

CADERNOS DO

ceas

Revista crítica de humanidades

236

Janeiro/Abril de 2016

DEMOCRACIA
JUVENTUDE
POLÍTICAS SOCIAIS



Cadernos do CEAS

Revista crítica de humanidades

Centro de Estudos e Ação Social - CEAS

Coordenador Geral
Prof. MS. Clóvis Cabral

Coordenador de Pesquisas e
Publicações
Prof. Dr. Iraneidson Costa
Secretária Executiva
Catarina Lopes

Universidade Católica do Salvador - UCSal

Reitor
Prof. Dr. Pe. Mauricio da Silva
Ferreira
Superintendência de Pesquisa e
Pós-graduação
Profª. Dra. Silvana Carvalho
PPG Políticas Sociais e Cidadania
Profª. Dra. Ângela Borges

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Reitor
Prof. Dr. Pe Pedro Rubens
Ferreira Oliveira, SJ
Pro-Reitor Comunitário
Prof. Dr. Pe. Lúcio Flávio Ribeiro
Cirne, SJ
Instituto Humanitas
Prof. Dr. Pe. Lúcio Flávio Ribeiro
Cirne, SJ

EDITORES

- Ângela Borges (UCSal)
- Joaci Cunha (CEAS-UCSal)
- Lúcio Flávio Ribeiro Cirne (UNICAP/Humanitas)

COMITÊ EDITORIAL

- Ângela Borges (UCSal)
- Clóvis Cabral (UNICAP)
- Inaiá Carvalho (UCSal)
- Iraneidson Costa (CEAS-UFBA)
- Joaci Cunha (CEAS-UCSal)
- Lúcio Flávio Ribeiro Cirne (UNICAP/Humanitas)

EQUIPE DA UNICAP

Comitê

- Maria Aparecida Craveiro Costa
- Mariano Vicente da Silva Filho
- Odalisca Cavalcanti da Moraes
- Valdênia Brito Monteiro
- Valdenice José Raimundo

Revisores

- Fernando José Castim Pimentel
- Jacques Trudel, SJ
- Jorge Cândido de Lima

Normalização e edição

- Mariano Vicente da Silva Filho

EQUIPE DA UCSAL E CEAS

Revisão e normalização

- Nídia M. L. Lubisco

Suporte Técnico OJS/SEER

- Rogério Pacheco (UCSal)
- Luis Paixão (UCSal)
- Filipe Fróes (UCSal)

Secretaria

- Patrícia Verônica (CEAS) (71) 3247-1232

Consultor Editorial

- Nídia M. L. Lubisco

CONSELHO EDITORIAL

Acácia Batista Dias (UEFS/PPG), **Albene Miriam Ferreira Menezes** (UnB), **Alberto Arroyo Picard** (UAM-MX), **Alberto Rocha Valencia** (Univ. de Guadalajara-MX), **Alfredo Ferro** (Proj. Pan-Amazônico), **Ana Fernandes** (UFBA – PPGAU); **Ana Maria Pitta** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais); **Ana Mota** (UFF-PPGD), **Angela Borges** (UCSal) **Carla Appolinario de Castro** (UFF/PPG em Sociologia e Direito), **Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho** (PUC/SP), **Carlos Eduardo Soares Freitas** (UFBA – UNEB), **Carlos Fritzen** (Fé e Alegria), **César Sanson** (CEPAT / UNISINOS), **Clóvis Crispiniano do Carmo Cabral** (UNICAP), **Corina Echavarría** (Univ. de Córdoba-ARG), **Elaine Rossetti Behring** (UERJ-PPG), **Eliana Rollemberg** (CESE), **Elsa de Sousa Krachete** (UFBA/Mestrado Relações Internacionais), **Eurelino Coelho** (UEFS/PPGH), **Gabriel Krachete Sobrinho** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Geraldo Luiz De Mori** (FAJE - MG), **Gilca Garcia de Oliveira** (UFBA - PPG em Geografia), **Horácio Martins de Carvalho** (ABRA), **Humberto Nascimento** (UNICAMP/PPG Economia), **Ignácio Neutzling** (Unisinos); **Inaiá Maria Moreira de Carvalho** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Isabela de Matos Pinto** (UFBA/PPG Saúde Coletiva), **Ivo Folmann** (Unisinos), **Joaci de Souza Cunha** (CEAS/UCSal); **(José Aldemir de Oliveira** (UFAM), **Katia Siqueira de Freitas** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Lúcio Flávio Ribeiro Cirne** (UNICAP - Inst. Humanitas), **Luis Filgueiras** (UFBA/PPG Economia), **Luiz Bassegio** (SPM), **Luiz Fernando Krieger Merico** (União Internacional para a Conservação da Natureza), **Marcia Esteves de Calazans** (UCSAL/PPG em Políticas

Sociais), **Maria Carmelita Yazbeck** (PUC/SP), **Maria Cecília Velasco Cruz** (UFBA-PPGH), **Maria da Graça Druck de Faria** (UFBA/PPG em Ciências Sociais), **Mary Garcia Castro** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Pedro Rubens** (UNICAP), **Ricardo Luiz Coltro Antunes** (Unicamp), **Roberto Vêras de Oliveira** (UFPB/PPG em Sociologia), **Rodrigo Montoya Rojas** (Univ. de San Marcos, Lima-PERU), **Rubens Siqueira** (CPT), **Ruy Medeiros** (UESB- PPG em Direito).

OBSERVAÇÃO:

Os *Cadernos do CEAS* recebem submissões a fluxo contínuo.

Cadernos do CEAS [recurso eletrônico]. Centro de Estudos e Ação Social, Universidade Católica do Salvador, Universidade Católica de Pernambuco. - N. 1(1969)- . - Dados eletrônicos. - Salvador : CEAS : UCSal ; Recife : UNICAP, 1969-

Modo de acesso: Word Wide Web.

Versão impressa até o n. 231.

Os números 232 e 233 foram editados online, mas suspensos.

A revista é retomada no n. 234, em versão online, em dez. de 2015.

ISSN 0102 0711 (versão impressa).

ISSN 2447-861X (versão online).

1. Problemas sociais. 2. Ação social. 3. Economia. 4. Direitos sociais. 5. Meio ambiente. 6. Movimentos sociais. 7. Política social. 8. Relações raciais. 9. Relações étnicas. I. Centro de Estudos e Ação Social. II. Universidade Católica do Salvador. III. Universidade Católica de Pernambuco.

CDD 361.1 - 23. ed.

EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos, em formato digital, o número 236 do Periódico *Cadernos do CEAS*.

Antes de tudo, gostaríamos de expressar nossa gratidão a todos os colaboradores, autores, avaliadores, revisores e à equipe editorial, que, com muito empenho, contribuíram na elaboração desta edição, cujos artigos, em sua maior parte, expressam as reflexões e debates produzidos na Conferência Internacional do Grupo Setorial de Ciências Sociais, evento promovido pela Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC), na cidade do Recife no mês de março do ano em curso, e que teve como tema “*Ciências Sociais Positivas: construção de uma cidadania global*”. Desse modo, queremos, também agradecer à FIUC, na pessoa de seu Presidente, Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S. J., o qual estimulou os diversos pesquisadores, presentes na Conferência, a darem sua valiosa contribuição para a edição deste número do Caderno CEAS.

Seguimos no intuito de discutir criticamente temas diversos, que se relacionam com questões sociais caras à realidade brasileira. Nesta direção, a presente edição dos Cadernos aporta contribuições importantes que nos ajudam a ler, com lentes de maior alcance, aspectos da nossa crise política atual e os percalços por que passa a democracia para se consolidar no Brasil ou alhures, a exemplo dos artigos de Olmos e Lepikson, ainda que, discutindo o primeiro os limites da democracia formal na Espanha, e, o segundo, as dificuldades da participação popular na dinâmica de funcionamento dos Conselhos gestores no Brasil.

Assim, o texto de abertura, *La Igualdad y la inclusión como Condiciones de la Democracia Real*, do pesquisador **Luis Díe Olmos**, da Universidad Católica de Valencia “San Vicente Mártir”, traz, a partir de um posicionamento cristão, uma rica reflexão sobre o distanciamento entre a classe política e as condições concretas de existência dos indivíduos, famílias e grupos sociais ao qual se soma o grau de impunidade ante a corrupção política. A desigualdade por ele percebida contrasta fortemente com o aparente desenvolvimento econômico da sociedade contemporânea, mais ainda, com um enriquecimento que pode ser ilegal, às vezes imoral de governantes, e o desperdício de recursos públicos por políticos irresponsáveis e indivíduos sem escrúpulos.

Esse fato tem gerado, em muitas partes do mundo, uma onda de protestos dos novos movimentos sociais, que reivindicam uma democracia real, que respeite e garanta os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, condições indispensáveis para uma vida digna de ser vivida. Com reflexões absolutamente pertinentes para o momento atual, o autor nos convida a refletir que esta democracia real, condição indispensável para a construção de “outro mundo possível”, necessita ser pensada para todos nós, sujeitos humanos, donde a pertinência de buscarmos construir a cidadania global, que vai além de um conceito de cidadania restrito à nacionalidade, o qual só alimenta xenofobismos. Sua reflexão é atual não só para o contexto europeu, como também para o latino-americano. Na sequência dessa edição, o leitor encontrará uma profícua discussão acerca dos limites da democracia participativa no Brasil.

No artigo *Conselhos Gestores de Políticas Sociais e a Formação de Consensos*, a pesquisadora **Maria de Fátima Pessoa Lepikson**, do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, discute a possibilidade da construção de políticas sociais a partir de consensos em um contexto no qual estão postas relações complexas, que comportam desafios e interesses diversos e, por vezes, antagônicos. A partir da constatação de que no, Brasil, os Conselhos Gestores têm produzido um consenso interclasses, a autora conclui que consensos de dimensões mais ampliadas só poderão ocorrer à medida que a justiça e a igualdade social se tornarem, de fato, parâmetros intransigentes na definição de políticas públicas. Destaca ela, que no Brasil os interesses das camadas pauperizadas nos conselhos são sobrepujados por interesses particulares de pequenas frações da sociedade. Tendo as contribuições teóricas de Gramsci e Habermas como pano de fundo, segue-se uma instigante discussão sobre as possibilidades de esses conselhos contribuírem para a alteração dos fundamentos da desigualdade social. A juventude, que aparecia no artigo de Olmos como a base social da retomada da luta democrática, ressurgiu no próximo texto como objeto central de uma importante e ampla pesquisa realizada na Europa.

Jóvenes en las Universidades Católicas, de autoria de **Rosa Aparício e André Tornos**, é fruto da pesquisa realizada pela Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC), com cerca de 16.000 alunos de classe média e classe média-alta, entre os anos de 2012 e 2014. Os autores investigaram os valores que orientaram a escolha desses jovens pelas universidades católicas e em que medida os estatutos destas, comprometidos com "o avanço do conhecimento e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais humana, à luz da fé cristã", foram importantes para as decisões de ingresso. Pois bem, embora

50% da amostra se declaram católicas, não foi esse o motivo central da escolha, e sim o prestígio acadêmico e a boa reputação que essas universidades têm no mercado de trabalho, o que, na visão da maioria, lhe permitirá alcançar suas metas, muito mais voltadas a aspectos lucrativos que altruístas. A análise dos dados nos brinda com reflexões bem pertinentes acerca das representações desses jovens sobre o futuro, sobre a religião e a sociedade bem como dos valores nelas implícitos. Dos valores da juventude de classe média, que certamente influenciam a natureza da democracia que construímos no mundo, esta edição lança um olhar sobre as relações internacionais contemporâneas, tendo como referência as teses do florentino Nicolau Maquiavel.

O manuscrito *Revisando o Marco Teórico Realista nas Relações Internacionais Contemporâneas: Revisitando Maquiavel e suas Teses*, de autoria de **Thales Castro**, tem como foco a contribuição do ethos teórico realista com Maquiavel no transcurso de celebração de quinhentos anos de publicação do livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. É divisor de águas no campo da influência política internacional e rompe com a herança medieva de intermediação eclesiásticas nos assuntos humanos.

O autor reforça a noção do Estado nacional como um produto de forças históricas e tem em seus *policymakers* sua principal fonte de análise das ações, navegando contra o discurso pós-moderno do enfraquecimento do Estado Nacional, que afirma possuir seus próprios interesses dentro de um sistema de Estados soberanos pautados por uma agenda externa ora conflitante, ora em sintonia conveniente. Inspirado em Maquiavel, observa Thales que, quando um Estado cria eventos bem articulados, elabora regras de comportamento no âmbito internacional, muda o interesse nacional de outros países e influencia seus valores. O realismo dessa concepção pode despertar os brasileiros para como, na conjuntura atual, é necessário estar atentos para o fato de como os Estados exercem habilmente seu poder, manobrando no sentido de promover seus interesses. Interesses esses que podem se estender das relações internacionais à educação da juventude.

O trabalho sobre *A Extensão na Universidade Comunitária: a experiência da Universidade Católica de Pernambuco*, das autoras **Odalisca Moraes e Valdenice Raimundo**, apresenta o surgimento das Universidades Comunitárias no Brasil, dando destaque para o trabalho de Extensão, característico das Instituições Comunitárias, salientando as atividades de Extensão desenvolvidas pela Universidade Católica de Pernambuco.

Também com reflexões acerca de políticas sociais, a pesquisa de **Laila Nazem Mourad e Nelson Baltrusis**, *O Lugar do Social Enfraquecido: 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, discorre sobre as formas de poder exercidas pelo Estado na 7ª etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. O reconhecimento, em 2005, do direito de permanência e inclusão de 105 moradores no Projeto da 7ª etapa, fez-se através de atividades dúbias – incluindo a população mais pobre e promovendo áreas de exclusão social, visto que a distribuição dos pobres no território distanciou-os das áreas mais valorizadas.

Na mesma perspectiva, o artigo *A Política de Saúde Integral da População Negra no Município de Salvador*, de **Eloísa Bastos e Ana Maria Pitta**, apresenta uma avaliação da política de atenção à saúde integral da população negra na cidade de Salvador e identifica que, apesar dos esforços para que a saúde da população negra seja incorporada na agenda do SUS, esta não se encontra plenamente implementada.

A temática social continua sendo estudada em *Política de Educação Profissional de Nível Médio e a Oferta do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Baiano Campus Senhor do Bonfim/BA*. **Thaline Teixeira Novaes Carneiro, Kátia Siqueira de Freitas e Antônio Amorim** apresentam um estudo sobre as condições e a qualidade de oferta do curso médio integrado do Instituto Federal Baiano no Campus Senhor do Bonfim/BA, realizado a partir da Política de Educação Profissional e Tecnologia de 2004. O objetivo foi identificar as condições físicas, ofertas de disciplinas, questões pedagógicas e qualificações de professores.

O artigo *Initiation Traditionnelle Africaine et Vivre Ensemble: Pistes Pour un Renouveau Éthique Aujourd'hui* (Iniciação Tradicional Africana e Viver Juntos: Pistas para uma Renovação Ética Hoje) **Brice Bine**, discute e tenta responder à seguinte questão: no contexto atual de desresponsabilização, marcado cada vez mais pela globalização, com violências de todos os tipos que desorganizam a vida social, a África teria, ainda, sólidos valores sobre os quais se poderiam reconstruir as responsabilidades sociais para formação do bem comum? A reflexão se volta aos impactos da cultura tecnológica moderna sobre a iniciação de jovens rapazes Kabyé. Apoiando-se no pressuposto de que uma cultura autêntica, que enraíze o sujeito moral em uma tradição precisa, é elemento chave para a construção de uma responsabilidade moral efetiva, o autor conclui que a África ainda detém esta tradição, expressa, principalmente nestes ritos de iniciação. No seu entender, a força de

resistência que expressam, deveria instigar as Universidades a repensarem seus currículos, visando a uma formação universitária integral que considerasse a educação moral dos jovens.

Por fim, o texto *Religião, Laicidade e Democracia: apontamentos sobre o Brasil*, do pesquisador **José Ivo Follmann** parte de uma breve provocação dentro do conceito de secularização. O artigo revisita brevemente o conhecido debate estatístico sobre religiões e religiosidade no Brasil e retoma uma reflexão sobre processos de identidade religiosas. Deságua na relação entre a esfera religiosa e a laicidade do Estado no Brasil, com uma nota de reflexão sobre religião e democracia. O autor finaliza ressaltando a importância do ensino religioso e da educação para as relações religiosas na sociedade e o papel da Academia nesta questão.

Esperamos que apreciem nossa publicação preparada com carinho e com o calor de muitas horas de dedicação. Boa leitura!

Comissão Editorial.

LA IGUALDAD Y LA INCLUSIÓN COMO CONDICIONES DE LA DEMOCRACIA REAL*

Igualdade e inclusão como condições de democracia real

Equality and inclusion as conditions for a real democracy

Luis Díe Olmos**

Resumen

Durante mucho tiempo, la democracia se ha utilizado como legitimación de despotismos encubiertos a través de los cuales, la población, el pueblo, perdía de facto la soberanía y el control sobre aquellos que, supuestamente, debían representarlo y cuidar de esos “indeterminados jurídicos” como el bien común y el interés general. La separación creciente entre la clase política y las condiciones de vida reales de personas, familias y grupos sociales, a lo que se añade la mayor o menor impunidad ante la corrupción política, ha generado y sigue generando en muchos lugares del mundo una ola de protestas y de reivindicaciones, a través de los nuevos movimientos sociales, relacionadas con la aspiración de una democracia real o, al menos, una democracia que priorice la satisfacción de las necesidades humanas; el respeto –y las garantías- de los derechos humanos, económicos, sociales y culturales; y una cierta estabilidad en unas condiciones de vida que permitan vivir una vida digna de ser vivida. Y, desde ahí, surge la aspiración, también de una “ciudadanía global”, como forma de contrarrestar un concepto de ciudadanía, que es inevitablemente restrictivo, si se vincula a la nacionalidad como requisito y al nacionalismo como respuesta.

Palabras Clave: Legitimación de despotismos. Nuevos movimientos sociales. Ciudadanía global.

Resumo

Durante muito tempo, a democracia há sido usada como uma legitimação de despotismos disfarçados através do qual, a população, as pessoas perderam a soberania de facto e controle sobre aqueles que supostamente deveriam representar e cuidar daqueles “indeterminados jurídicos” como o bem comum e interesse geral. O fosso crescente entre a classe política e as condições de vida reais dos indivíduos, famílias e grupos sociais, ao qual é adicionado o grau de impunidade ante a corrupção política, há gerado e continua gerando em muitas partes do mundo uma onda de protestos e reivindicações através dos novos movimentos sociais relacionados com a aspiração à democracia real ou, pelo menos, uma democracia que dá prioridade à satisfação das necessidades humanas; o respeito –e as garantias- dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais; e certa estabilidade das condições de vida que permitem viver uma vida digna de ser vivida. E a partir daí, surge também uma aspiração a uma “cidadania global”, como uma maneira de combater um conceito de cidadania, que é inevitavelmente restritiva se ligada à nacionalidade como requisito e à nacionalismo como resposta.

Palavras-chave: Legitimação de despotismos. Novos movimentos sociais. Cidadania global.

* El presente texto ha sido elaborado a partir de una ponencia en la III Conferencia Internacional del Grupo Sectorial FIUC-Ciencias Sociales, que tuvo lugar en la Universidade Católica de Pernambuco.

** Doctor en Sociología. Profesor de la Universidad Católica de Valencia "San Vicente Mártir". Investigador principal del Grupo de Investigación sobre Aprendizaje-Servicio. Miembro de la Cátedra Abierta Scholas Occurrentes. Miembro del Instituto Universitario de Antropología. Miembro del Consejo Científico de la Fundación FOESSA, de Cáritas Española. Correo electrónico: luis.die@ucv.es

¿POR QUÉ SURGE AHORA LA REIVINDICACIÓN DE UNA DEMOCRACIA REAL?

Aunque la gestación es larga y nos llevaría, al menos, al Movimiento Zapatista de las comunidades indígenas de Chiapas (México), en enero de 1994, tras la crisis económica internacional originada en los Estados Unidos, en 2007, podemos observar algunos cambios cualitativos e importantes en la ciudadanía de muchos países.

Así, se observa una mayor consciencia ciudadana y una recuperación de lo político como un asunto no delegado de responsabilidad personal. Muchas personas, en muchos países, caen en la cuenta de que la crisis y sus efectos, devastadores en algunos países y regiones, tuvo como origen la liberalización de la economía, entendida como desregulación, como falta de controles adecuados y como desprotección de todos los seres humanos que residen en un mismo territorio y una misma sociedad, ante los intereses, la especulación y el latrocinio de las grandes corporaciones nacionales y multinacionales.

La connivencia del poder político y su sometimiento a los intereses de estas corporaciones son percibidos por un número creciente de ciudadanos como “secuestro de la democracia” y como “dictadura de los mercados”. Hemos de tener presente tanto la imposición de gobiernos no elegidos democráticamente, en varios países de Europa, cuyos presidentes habían trabajado en una misma multinacional; como la anteposición y la prioridad dada, desde el ámbito político, de garantizar el pago de una deuda cuyo monto principal no tenía que ver con el gasto de los ciudadanos, sino con el gasto de algunas empresas y la propia especulación financiera; como los durísimos recortes (en gasto y protección sociales, por parte de algunos gobiernos, y del nivel salarial, por parte de no pocas empresas) que, con toda probabilidad, han alargado la duración de la crisis económica, agravando su impacto en las condiciones de vida de muchas personas, familias y grupos sociales, empobreciendo a la población, en general y a las clases medias, en particular. Una crisis que, en España, dura ya ocho años y cuyos efectos a largo plazo, en la sociedad española son, todavía, difíciles de valorar adecuadamente, pero que configuran, sin duda, las características y capacidades –y la confianza- de las hoy jóvenes generaciones y, consiguientemente, de la sociedad futura.

Paradójicamente, algunos políticos profesionales y, quizás, la mayoría de los partidos políticos, se obstinan en contraponer a los deseos de reforma de una parte muy importante de la sociedad, que trasciende grupos y clases sociales concretos, una mera “democracia formal”, en la que las personas son sólo “soberanas” y sólo se les permite participar en el momento de depositar su voto. Pero no se les reconoce ni la soberanía ni su participación en la

determinación de las prioridades sociales, ni políticas, ni en la acción del gobierno, ni en el control del propio gobierno y la ejecución de lo realizado. Para estos partidos, la soberanía y la participación dejan de residir en el pueblo, en el mismo momento en el que se cierran las urnas y los colegios electorales, para quedar sometido a “sus representantes” hasta las siguientes elecciones.

Desde esta percepción, se plantean algunas cuestiones absolutamente lógicas:

- a) si el pueblo es soberano para elegir a quienes le gobiernan, ¿cómo puede no serlo para deponer a quien le gobierna mal o a quien no representa al interés general y al bien común, sino a otros intereses particulares, incluso en contra de las personas gobernadas?
- b) ¿Qué debería hacerse con un gobierno que hace daño, de la forma que sea, directa o indirecta, a través de la represión o a través de las políticas, las prácticas que realiza o las decisiones que toma, a las personas para las que gobierna y a las cuales debía servir?
- c) En una democracia real, ¿puede un gobernante o un gobierno tomar medidas que empeoren la situación de los más vulnerables y desfavorecidos, que deje desprotegidas o desatendidas a esas personas o, incluso, que violen derechos humanos?
- d) ¿Qué habría que hacer con un gobierno –y con los gobernantes- de este tipo?

Como plantea Nieto (1997), en relación con la democracia en España,

el peor enemigo de la democracia está dentro, puesto que los que pueden ponerla en peligro real son los políticos. La democracia, si en estos momentos no se encuentra amenazada desde fuera [por el fascismo o el comunismo como sistemas totalitarios], puede morir por inanición, por desapego e indiferencia de los ciudadanos hacia unos gobernantes que, a despecho de sus verbalismos, consideran la política como un negocio. Los políticos que no rectifiquen terminarán siendo los enterradores de la democracia.

ALGUNAS REFLEXIONES ANTE LA REIVINDICACIÓN DE UNA DEMOCRACIA REAL

Esta situación ha hecho surgir la reivindicación de democracia real en muchos países y entre personas jóvenes y no tan jóvenes. También ha hecho surgir partidos políticos nuevos,

enfrentados a los partidos calificados como “tradicionales”, con independencia de que fueran de derechas o de izquierdas, a quienes acusan, con mayor o menor justicia y acierto, de haber formado parte de un gran engaño a la ciudadanía: el engaño de la alternancia de poder sin que cambien, ni se cuestionen siquiera, las propias relaciones de poder, los usos y prácticas a través de las cuales ese poder es ejercido.

Se ha adquirido la conciencia, por parte de muchas personas, de que da igual quién gobierne; de que, al final, todo es lo mismo; de que las políticas son las mismas, o peligrosamente parecidas; de que nada cambia y muchas situaciones y realidades van, cada vez, a peor. La desafección y la desconfianza espolean la contestación social y las protestas, incluso por parte de personas que, en otras circunstancias, se habrían amoldado con mucha facilidad a una sociedad en la que ellos y ellas habrían formado parte de las clases acomodadas a través del acceso a empleos “normalizados” y a niveles salariales que permitieran una vida tranquila y apacible. Pero el cumplimiento de estas expectativas es, cada vez, más excepcional.

La inseguridad generada y la desconfianza en quienes son percibidos como los causantes de la situación o como los colaboradores necesarios para que así ocurriera, facilitan que se busque un cambio a toda costa. Incluso cualquier cambio, desbocadamente. La situación no es para menos y, lamentablemente, no todas las alternativas de cambio deberían ser igualmente tranquilizadoras. En primer lugar, por aquella advertencia de Hölderlin (“Cuando el hombre intenta construir en la tierra su cielo, convierte la tierra en un infierno”), que hace referencia, al menos, a una triple imposibilidad:

- a) la imposibilidad de construir una realidad perfecta con materiales –humanos– muy imperfectos;
- b) la imposibilidad de que todos los seres humanos, en su diversidad, lleguen a un acuerdo acerca de lo que resulta deseable (es la cuestión de la libertad, los valores y los intereses, por un lado, y, por otro, la cuestión de los principios de los que se parte, los medios que se está dispuesto a utilizar o que se considera legítimo utilizar y los fines que se pretenden conseguir);
- c) la imposibilidad de construir sin imposición y, por tanto, sin violencia, una sociedad que responda a un único modelo de persona y de relaciones sociales.

En segundo lugar, también, porque, vivimos tiempos de desesperación y de desesperanza para muchas personas. Desesperación por la profunda desigualdad y la

exclusión de muchas personas, incluso de una parte de aquellas clases medias que, en principio, habían hecho todo bien desde el punto de vista de la educación y la capacitación profesional. Una desigualdad y exclusión (laboral, primero, económica y social, después) que contrasta fuertemente con el desarrollo económico aparente de una sociedad y, más aún, con un enriquecimiento que puede ser ilícito, en ocasiones inmoral, y con el despilfarro de recursos, tanto por parte de algunos de estos individuos enriquecidos, como de recursos públicos que son dilapidados por políticos irresponsables y sin escrúpulos. Y desesperanza porque, aun existiendo alternativas políticas, no pasa mucho tiempo sin que salgan a la luz algunos defectos y algunas malas prácticas, iguales que las realizadas por sus denostados antecesores.

En estos tiempos, de lógica y previsible indignación y protesta y de necesidad de encontrar nuevas esperanzas, pueden darse procesos reaccionarios (de vuelta a un conservadurismo político que, al menos para algunos, tiene la ventaja de “lo malo conocido”, frente a la incertidumbre, el esfuerzo que hay que realizar y el riesgo del desencanto que puede suponer “lo bueno por conocer”); procesos nacionalistas, muy peligrosos, como deberíamos saber bien y parece que hemos olvidado en Europa, por cuanto suponen la construcción de una polaridad entre “los nuestros” y “los de fuera” que, por sí misma, es excluyente, discriminadora y generadora de violencia y de conflicto; procesos de mesianismos políticos y de “salvapatrias” que se autoproclaman representantes de la nación y se presentan como los que van a solucionar todos los problemas que han generado los anteriores gobiernos, partidos, etc.; incluso procesos de reconsideración y renacimiento de antiguos o nuevos totalitarismos que, en aras de un cierto “orden”, de incierta consecución, sólo tienen como propuesta “inevitable” e “imprescindible” la anulación de derechos y libertades de personas, grupos sociales e instituciones. Todos estos procesos son fácilmente observables, en la actualidad, en muchos países y, ciertamente, en la cada vez menos convincente Europa, que todavía se concibe a sí misma, en ocasiones, incomprensiblemente, como culta, civilizada y solidaria.

En esta situación, debemos advertir a las personas y a los partidos jóvenes, de la diferencia entre las ideas, incluso entre un programa político, y la acción de gobierno a través de procesos complejos que involucran a personas e instituciones inevitablemente plurales y diversas. Debemos advertir del riesgo y las falacias de todo radicalismo ingenuo, que lleva a la sectarización de la política (fuera del partido de que se trate –o del movimiento social contestatario- no hay salvación), y que, con toda probabilidad, generará en su ocaso un

movimiento pendular en sentido contrario cuando, inevitablemente, su acción de gobierno llegue a su fin. Hecho éste inevitable si se mantiene la alternancia política democrática, pues, en caso contrario, es obvio que ya no estaríamos hablando de democracia.

Llegados a este punto, debemos plantear una reflexión acerca de las condiciones para una democracia real. Así nos parece imprescindible:

- a) establecer las condiciones de vida reales como indicadores de igualdad/desigualdad, con el fin de priorizar correctamente las políticas necesarias y corregir cuanto antes las desviaciones y los retrasos en la consecución de los objetivos establecidos;
- b) garantizar la satisfacción de las necesidades humanas, como fundamento de los derechos humanos y como condición de posibilidad para vivir una vida digna;
- c) Desarrollar las garantías efectivas de una igualdad real, y no meramente formal ni relegada a sólo los derechos civiles y políticos, sino extendida a los derechos económicos, sociales y culturales.

Llegamos, así a la centralidad de la igualdad y la inclusión como condiciones de posibilidad de una democracia real, primero, y, después, como condiciones de posibilidad de la propia perdurabilidad de la democracia como forma de gobierno y de organización social. Porque la alternativa a la democracia real ya no es la democracia formal, que nos han vendido durante tanto tiempo, sino algún “nuevo Antiguo Régimen”.

Porque el hecho es que nos encontramos, cada vez más y en palabras del Papa Francisco, en la sociedad del “descarte”, una sociedad en la que se tira lo sobrante. Pero hemos de ser conscientes y dejarnos afectar por semejante disparate. Por un lado, se malgastan y derrochan recursos, privados y públicos. Por otro, se abandona a las personas cuyos recursos (de todo tipo, económicos, relacionales, de formación y capacitación profesional, de maduración personal...) no les permiten vivir una vida digna. En este sentido se habla de “los que sobran” y este modelo de sociedad refleja una actitud profundamente clasista, egoísta e individualista, que desprecia la dignidad de todo ser humano y se defiende de la interpelación de la realidad de millones de personas tras la apariencia de neutralidad que sólo es inhibición cainita ante los problemas de los demás (¿acaso soy yo el guardián de mi hermano?).

El problema es que, en este tipo de sociedades, la igualdad sin inclusión real es un mero paternalismo que genera dependencia. Y la inclusión sin igualdad real es, además de un

mero formalismo, un burdo intento de manipulación social y de reproducción de las desigualdades y los privilegios.

La pregunta es, entonces, si en nuestras sociedades actuales se están desarrollando, es decir, diseñando, aplicando, controlando y, en caso de que fuera necesario, corrigiendo, las políticas necesarias para avanzar en la igualdad y la inclusión reales de las personas y grupos sociales, especialmente, de los más desfavorecidos. Y, en mi opinión, toda respuesta a esta cuestión, que ha de basarse en la práctica constante de la investigación social, no puede ser optimista ni ingenua ni meramente ideológica o por afinidad o desafección con el partido que gobierna.

Desde la experiencia de España y de otros países durante los últimos ocho años, creo que habría que partir de una doble conclusión:

- a) en el período anterior a la crisis económica se privatizaron las ganancias. A partir del comienzo de la crisis se socializaron las pérdidas;
- b) las políticas de austeridad aplicadas en algunos países de Europa, como si fueran la única posibilidad tanto en la acción política como en la gestión de lo público, han hecho saltar por los aires la cohesión social y la confianza en la política y en los partidos “tradicionales”.

¿DEMOCRACIA SIN IGUALDAD NI INCLUSIÓN SOCIAL?

Desde hace tiempo y cada vez más, la democracia como sistema político y como forma de organización social puede estar siendo percibida por un número creciente de ciudadanos, en muchos países, como una mera “plutocracia”, es decir, como una forma de gobierno de los ricos y para beneficiar a los ricos, contra las necesidades y los legítimos intereses de la mayoría.

Por otra parte, el alejamiento de la clase política respecto de las necesidades y prioridades de las personas concretas; las malas prácticas en la política externa e interna de muchos partidos de diferente adscripción ideológica (izquierda-centro-derecha); y la corrupción y el descaro con que se protegen ciertos intereses de unos pocos y se desprotegen necesidades graves y urgentes de otras personas, familias y grupos sociales, pueden hacer que la democracia se perciba como una mera “cleptocracia”, es decir, como una forma de gobierno de y para quienes están dispuestos a apropiarse de lo que no es suyo a toda costa y

con independencia del daño que causen, directa o indirectamente, a otros. O, si se prefiere, y en términos más directos, como forma de gobierno de los ladrones y para el beneficio de los ladrones.

Naturalmente, todo ello encubierto y disfrazado bajo la retórica política, con la excusa de la obligatoriedad de los procedimientos y la legislación (ambas cosas modificables), protegido por la repetición cansina de un pensamiento único y un liberalismo que sólo aseguran “la libertad del zorro libre en el gallinero libre”.

No es de extrañar que nos encontremos, así, con “democracias” –incluso en países occidentales y “desarrollados”- que dependen, cada vez más, de la manipulación, la represión y la violencia directa.

¿Quién podría sorprenderse, entonces, de que los ciudadanos rechacen las instituciones y la organización del Estado? ¿Quién podría sorprenderse del descrédito de la política y de los políticos? Y, en último término, ¿quién podría sorprenderse de la desafección por las organizaciones y el funcionamiento “democráticos”, es decir, de una democracia aplicada, así, en contra de una parte importante de los ciudadanos?

El peligro real, y creo que podemos verlo en muchos países de Europa en este momento, es el surgimiento y el crecimiento de alternativas populistas y/o nuevamente totalitarias. Y me preocupa y asombra la alarma que parecen producir los denominados “populismos de izquierda” y la diferencia de percepción, de valoración y de tratamiento, en los medios de comunicación y en la política, respecto de los movimientos, partidos y políticas de extrema derecha, incluso por parte de personas y partidos no extremistas, pero que justifican, comprenden y, en algunos casos, asumen con rapidez y facilidad estos otros planteamientos, dándoles carta de existencia y legitimidad y apoyo en la medida en que los toleran o callan, “prudentemente”, ante ellos.

En mi opinión, si no se priorizan y garantizan la igualdad e inclusión reales a través de políticas específicas para ello y cuya ejecución y eficacia debe estar debidamente vigiladas por un adecuado sistema de controles, no hay, ni puede haber, ni habrá ninguna democracia en absoluto.

MÁS ALLÁ DE LAS DEMOCRACIAS NACIONALES: LAS CONDICIONES PARA UNA CIUDADANÍA GLOBAL

Con todo lo relatado hasta aquí, sin embargo, no nos parece que un análisis o una reflexión “de puertas adentro”, es decir, parapetada en el interior de las fronteras nacionales, considerando única y exclusivamente la realidad interna de cada país, pueda ser suficiente. La igualdad y la inclusión entre las personas han de extenderse, en cierto modo, a la igualdad y la inclusión entre países. De otro modo, la desigualdad internacional, con las mismas percepciones de despilfarro de recursos y de injusticia que en el caso de las personas y las clases sociales, supone, de hecho, una “bomba social” que podría amenazar aquellas democracias planteadas en términos nacionalistas.

Normalmente, la cuestión de la ciudadanía global se plantea en términos de identidades diferentes que llevan a un conflicto cultural. Sin embargo, esto presupone una identidad estática, acabada y cerrada, centrada en un solo factor (la nacionalidad, la lengua, la cultura, la religión...), que se establece como principal y prevalente sobre los demás. Sin embargo, Maalouf (2005) plantea la posibilidad de construir identidades dinámicas, que cambian, maduran y se enriquecen con el tiempo y, sobre todo, con las experiencias humanas, con la relación con los tenidos por diferentes; identidades formadas por múltiples pertenencias, de cuya intersección queda definida dicha identidad en cada momento y cuya combinación nos hace únicos e irrepetibles –y diferentes, también, de los que consideramos o son considerados como “los nuestros-; y, finalmente, identidades cuya relación se basa en la reciprocidad, de forma que los demás acogerán la posibilidad de cambios, crecimiento y enriquecimiento de sus respectivas identidades en la medida en que nosotros hagamos lo propio con las nuestras, a partir de una relación humanizadora entre ambos.

Sin embargo y desde nuestro punto de vista, las relaciones personales no se basan, sin más, en la mera reciprocidad, que más bien sugiere algún tipo de “contrato” o de contraprestación. Porque, incluso para la reciprocidad, debe haber una confianza básica y alguien que dé el primer paso. Y aquí introducimos un neologismo acuñado por el Papa Francisco: el concepto y la práctica de “primerear”, referido al amor que ama primero.

Desde nuestro punto de vista, esta idea es fundamental para la construcción de una ciudadanía global, para la cual partimos de una situación secular de desigualdad, dominación y opresión, explotación y latrocinio. Y supera, en nuestra opinión y con mucho, las posibilidades de un planteamiento, el del realismo político, todavía demasiado vigente en las relaciones internacionales, entre cuyos logros (los del realismo político) se podrían señalar dos guerras mundiales, el neocolonialismo, un proteccionismo comercial de los países “desarrollados” que desmiente la liberalización que éstos solicitan a los países “en vías de

desarrollo”, o las múltiples doctrinas “de seguridad nacional”, que justifican la limitación o anulación de los derechos humanos de algunas personas o grupos sociales o nacionales o religiosos.

“Primerear” supone que la acogida, la igualdad y la inclusión (el amor eficaz que se realiza a través de prácticas reales y no meras declaraciones), se ofrecen antes de que el otro “lo merezca”. Supone una entrega de sí mismo como prueba y demostración de su propia realidad. Evidentemente, esto puede significar que se hace –que nos hacemos-, de algún modo, vulnerables frente a la posible reacción (de aceptación o de rechazo, de paz o de violencia) por parte del otro. Y que puede llegar a terminar en una entrega que es sacrificio.

La propuesta es tan seria que nos lleva, inevitablemente a un terreno religioso (de las distintas religiones, no sólo la cristiana) y metafísico (lo bueno, lo bello, lo que da sentido, lo que religa a las criaturas entre sí, con la Naturaleza y con el radicalmente Otro, con Dios). Pero esto no debería sorprendernos, puesto que lo expresado en el párrafo anterior tiene que ver con la gratuidad y la entrega de sí, con el amor incondicional, con la redención, con el abajamiento y con la pasión.

Se puede, por tanto, plantear como objeción “práctica” que este amar primero, sin que exista una relación de reciprocidad, antes de que el otro esté dispuesto a dar algo de su parte, nos hace, como personas, como familias, como grupo social, como sociedad o como país, inevitablemente vulnerables. Pero esta vulnerabilidad se convierte en criterio de verdad, en condición de credibilidad de nuestras opciones: si yo no obtengo nada, entonces queda planteada la pregunta por opciones, valores y prioridades distintas y superiores al mero interés propio, al interés de mi grupo de pertenencia, al interés de mi país, etc.

Desde este planteamiento, lo importante, desde el punto de vista de la identidad y de la acción eficaz, no es la nacionalidad, la religión, la corriente o el partido político, la clase social, el idioma o cualquier otra adscripción de pertenencia, sino, precisamente, la apertura a la universalidad y, en este sentido, para nosotros, la catolicidad.

Podemos, aquí, plantear algunas preguntas para la reflexión personal e institucional: ¿cómo seguir siendo “católicos” si no nos abrimos a la universalidad, sean cuales fueren las consecuencias de esta apertura?; ¿cómo seguir siendo “universidad”, si no transmitimos esa apertura a la universalidad?; ¿cómo descubrir la radical unidad del género humano, sin la necesaria apertura y aceptación de esta universalidad y de sus consecuencias?

La cuestión es que estas preguntas no se refieren a “contenidos” que se pueden enseñar y aprender a través del intelecto, sino a un descubrimiento existencial que sólo se

facilita a través del amor que ama primero y, por tanto, sólo se pueden transmitir, desde la educación de los afectos, a través de la experiencia. El carácter experiencial de este descubrimiento personal hace que no sea posible imponerlo de ningún modo. Se pueden poner medios adecuados para facilitar esa experiencia, pero no es un contenido que se pueda transmitir y no sirve de nada plantearlo como un contenido que debe ser aprendido-memorizado para exponerlo en un examen.

Tiendo a pensar que estos descubrimientos basados en la propia experiencia vital y biográfica nos muestran que su transmisión sólo puede hacerse por “proseguimiento”, por la adhesión personal de quienes asumen para sí ciertas opciones personales, que abren unas posibilidades (cerrando otras), y crean unas capacidades (dificultando e imposibilitando otras). Pero asumir opciones personales lleva implícito asumir, consciente o inconscientemente, las consecuencias de dichas opciones.

De esta forma, podemos intuir que el terreno de juego para los principales retos de la humanidad, para los principales avances en la calidad humana, se juega en el terreno de los afectos hacia aquellas personas que tomamos como referentes personales. Y, si esto es así, esta ciudadanía global, la construcción de identidades formadas por múltiples pertenencias, el descubrimiento de la radical unidad del género humano, la asunción de que la inclusión social es una exigencia del desarrollo humano y social, todo ello, tiene que ver con el acto de amar, de saberse importante para alguien, de amar y ser amado, gratuita e incondicionalmente. Porque, desde la pedagogía de los Ejercicios Espirituales de San Ignacio, el motor para la acción transformadora, en uno mismo, en los demás y en la realidad social, es la gratitud como respuesta ante la experiencia de haber sido amado primero y sin merecimiento alguno por nuestra parte. Esto es lo que nos lleva a la lógica de la donación y a la práctica de la ternura y de la misericordia, que resulta ser una consecuencia de la experiencia de haber sido amado primero.

CONCLUSIONES

Los profesores e investigadores de las diferentes ciencias sociales que trabajamos en Universidades Católicas deberíamos ser capaces de reconocer lo que hay de verdad y de justicia en el rechazo a la corrupción y a los corruptos, en el rechazo a la participación en las tramas y funcionamientos corruptos y, como mínimo, deberíamos ser capaces de reconocer lo que hay de verdad y de justicia en los nuevos movimientos sociales, normalmente vinculados

a las posiciones de los jóvenes actuales, de cuya percepción, valoración y posicionamiento podríamos aprender cuestiones importantes en la sociedad actual y futura, que pueden ser incorporadas a nuestros enfoques y a nuestras prioridades de investigación social. De otro modo, podríamos estar ejerciendo nuestra labor y nuestra responsabilidad abordando cuestiones que no le interesan, precisamente, a aquéllos que van a construir la sociedad en un futuro muy próximo.

En segundo lugar, cuanto mayor sea nuestra implicación y compromiso reales (y la de nuestros alumnos y la de nuestras Universidades) en el estudio y en el avance de la igualdad y la inclusión reales en el sentido formulado (posibilidad de satisfacer las necesidades humanas; cumplimiento de los derechos humanos; reducción de la desigualdad en las condiciones de vida reales; y garantías efectivas de todos los derechos humanos, extendidas también a los económicos, sociales y culturales), tanto mayor será la confianza y la deseabilidad social de la democracia como sistema válido de gobierno y de organización social y, correspondientemente, menor será la necesidad de buscar entre otras alternativas que se han demostrado históricamente peores. En este sentido y para ello, no podemos menospreciar la vivencia, por parte de millones de personas y de una buena parte de los jóvenes, acerca de lo mal que se ha utilizado la democracia, a la que han visto, a través de unos medios de comunicación cuya labor no es neutral, convertida en una guarida donde se han refugiado ignorantes e incompetentes aprovechados, déspotas encubiertos y corruptos descubiertos, sinvergüenzas que entraron en política para “forrarse”, para enriquecerse mucho más allá de lo que puede verse como legítimo y como éticamente aceptable, y un enorme séquito de adláteres y figurantes, de más que dudosa preparación e incapaces de servir de algo más que de aduladores y de claqué en un espectáculo impúdico y bochornoso. Todo ello protegido por una impunidad, la de los cargos electos, que no pueden ser juzgados igual que cualquier otro ciudadano, no ya en lo relativo a las funciones y deberes de su cargo, sino ante delitos penales ante los cuales no debería haber ninguna diferencia de trato respecto a cualquier otro ciudadano.

En tercer lugar, nuestra credibilidad, como profesores e investigadores, como aprendices permanentes de lo social, y la de nuestras instituciones, dependen de que sepamos encontrar propuestas que cuiden de y avancen en la igualdad y la inclusión de los grupos tradicionalmente desfavorecidos, de los jóvenes y de las personas “no ciudadanas” (inmigrantes con o sin papeles y refugiados, dentro de las fronteras nacionales; y de todos los seres humanos, con independencia de las fronteras y del lugar en que se encuentren), cuya

situación y condiciones de vida reales desmienten la igualdad de todos los seres humanos, en el sentido mostrado antes, y la inclusión, la posibilidad de acceso a una vida digna, en cada una de nuestras sociedades.

En cuarto lugar, la urgencia de construir ese “otro mundo posible” y, en nuestro caso, la construcción del Reinado de Dios, desde lo que estamos viendo en estas líneas, pasa por y depende de dos cuestiones y procesos sociales fundamentales. Primero, del fortalecimiento de estas condiciones de posibilidad de la democracia real, es decir por la defensa y garantías de la igualdad y la inclusión, así como por la defensa y garantías de los cauces efectivos para una justa distribución de bienes y servicios que resulten imprescindibles para vivir una vida que merezca ser vivida. Y segundo, de la implantación de sistemas de control y garantías tanto de los derechos humanos como de la satisfacción de las necesidades humanas de todas las personas sin excepción.

Debe resultar evidente que el horizonte cristiano del Reinado de Dios no es ni equiparable ni reductible a una mera forma de gobierno y de organización social y política, pero lo que estamos diciendo acerca de las condiciones de la democracia real no difiere mucho del contenido de los relatos del Reino en el Antiguo y en el Nuevo Testamento. Ni la denuncia y las propuestas que planteamos difieren demasiado de la acción profética, imprescindible en toda situación que, por injusta, imposibilite o desdibuje ese otro horizonte del Reino de Dios.

Sin embargo, la utopía del Reino, no se dirige a los nacionales de ningún Estado. No, al menos, desde el contenido del mensaje de Jesús de Nazaret y desde la experiencia de “misión universal” asumida ya por las primeras comunidades cristianas. La opción por esta “catolicidad” nos acerca a la reivindicación y a la esperanza de una ciudadanía universal que supera, con mucho, las rigideces, la injusticia y la estrechez de miras de cualquier reducción nacionalista.

Ya hemos indicado que toda opción, especialmente las de más profundo calado, pueden tener consecuencias incómodas y graves. Como dijo el P. Arrupe, en relación con las consecuencias del compromiso por la justicia que la misma fe exige, en el Decreto cuarto de la Congregación General XXXII:

No trabajaremos, en efecto, en la promoción de la justicia sin que paguemos un precio. Pero este trabajo hará más significativo nuestro anuncio del Evangelio y más fácil su acogida. Esta opción nos llevará también a revisar nuestras solidaridades y nuestras preferencias apostólicas. En efecto, la promoción de la justicia no constituye tan sólo, para nosotros, un campo apostólico entre otros, el del apostolado social: debe ser una preocupación de

toda nuestra vida y constituir una dimensión de todas nuestras tareas apostólicas.

Pues bien, esta ciudadanía universal que extiende la igualdad y la inclusión a todos los seres humanos sin excepción, más allá de fronteras nacionales y credos religiosos, puede suponer hoy un reto análogo al que supuso la promoción de la justicia en los años 70 del siglo XX y comparte con aquél, al menos, ciertas dosis de impopularidad y de riesgo real, personal e institucional, que llevó a la Compañía de Jesús, a tantos jesuitas y a tantos de sus colaboradores, a dar lo mejor de sí, con el testimonio radical que supone entregar tantas vidas, que fueron arrebatadas a causa de la justicia.

Quizás hoy estamos, todas las personas, llamadas a superar las barreras de vallas, muros y fronteras que nos separan y a tender puentes por encima de clases sociales, de fronteras nacionales, de ideologías políticas y de creencias religiosas, reconociendo al otro como un igual, incluso en su derecho a ser diferente, sin que ello suponga ningún obstáculo para la convivencia, para construir ese otro mundo posible y, sin duda, más justo que éste en el que nos encontramos.

BIBLIOGRAFÍA

- Compañía de Jesús (1975). Congregación General XXXII. Decretos y documentos anejos. Madrid. Ed. Razón y Fe.
- Díe, L. (2010). La acción personal para el cambio social desde Ignacio Ellacuría. Sevilla. Ed. Instituto Andaluz de Administración Pública.
- Díe, L. (2012). Cuando la economía se construye contra la humanidad: lecciones tardías de la crisis económica en Europa. Epikēia. Derecho y Política. León, Guanajuato (México). Ed. Universidad Iberoamericana.
- Díe, L. (2012). Gracias por ser mucho más que 132. Carta abierta a los alumnos y alumnas de la Ibero. Revista Entretextos. León, Guanajuato (México). Ed. Universidad Iberoamericana.
- Díe, L. (2013). Real Democracy or new 'Ancient Regimes'. Trencin (Eslovaquia). Ed. Universidad Alexander Dubcek.
- Díe, L. (2014). Reactions related to 'indignados' social movements. Paris. Ed. IFCU.

- Díe, L. (2014). Transformaciones en los dinamismos de participación política y asociativa en la sociedad española. Una comparativa con base en los datos de la encuesta FOESSA de 2007 y 2013. Madrid. Ed. Fundación FOESSA.
- Maalouf, A. (2005). Identidades asesinas. Madrid. Ed. Alianza.
- Nieto, A. (1996). La “nueva” organización del desgobierno. Barcelona. Ed. Ariel.

Abstract

For a long time, democracy has been used as legitimization of some covert despotisms through which, the population, the people, lost ‘de facto’ their sovereignty and control over those who, supposedly, should represent them and take care of those so called ‘legal indeterminates’ as the common good and general interest. The growing gap between the political class and the actual living conditions of individuals, families and social groups, to which is added the degree of impunity for political corruption, has generated and keep on generating, in many parts of the world, a wave of protests and claims, through the new social movements, related to the aspiration for real democracy or, at least, for a democracy that gives priority to the satisfaction of human needs; respect –and guarantees- about human, economic, social and cultural rights; and some stability in living conditions that allows everyone to live a life worthy of being lived. From that point, it also arises an aspiration to a "global citizenship" as a way to counteract an inevitably restrictive concept of citizenship, if linked to nationality as a requirement and nationalism as a response.

Keywords: Legitimization of despotisms. New social movements. Global citizenship.

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DE CONSENSOS

Management Councils of Social Policies and Consensus Building

Maria de Fátima Pessoa Lepikson*

Resumo

Este artigo discute a possibilidade da construção de políticas sociais a partir da formação de consensos em um contexto onde estão postas relações complexas que comportam desafios e interesses diversos e, por vezes, antagônicos. O texto se apoia em concepções de teóricos-chave da categoria "sociedade civil", com destaque para Gramsci e Habermas. Articulando as concepções desses teóricos, apoiada em autores que aproximam tais concepções da realidade brasileira, como Montañó e Duriguetto, destaca que no Brasil os interesses das camadas pauperizadas nos conselhos gestores de políticas sociais são sobrepujados por interesses particulares de pequenas frações da sociedade. Para discutir as possibilidades de esses conselhos contribuírem para a alteração dos fundamentos da desigualdade social, o artigo foca justamente na dinâmica recente de seu objeto de atuação: as políticas públicas no período que segue à promulgação da Constituição Federal. Com o desenvolvimento da discussão, percebe-se que os conselhos brasileiros se aproximaram da teorização habermasiana na medida que atuam para a formação de consensos interclasses. Por fim, o artigo enfatiza que qualquer possibilidade de consenso só poderá vir a ocorrer na medida em que a justiça e a igualdade social se tornem, de fato, parâmetros intransigentes na definição de políticas públicas.

Palavras-chave: Conselhos. Consenso. Classes.

INTRODUÇÃO

A participação da sociedade civil na formulação e execução de políticas públicas, que avançou em compasso com o avanço do projeto neoliberal, é ponto de intenso e caloroso debate. De um lado, é alvo de críticas que a tratam como instrumento de desresponsabilização do Estado ante questões necessárias e, de outro, é exaltada pelos que defendem a construção de consenso interclasses e a busca da solidariedade promovida por iniciativas voluntárias e autônomas.

Essa diferença de concepções resulta da crença em distintos projetos societários. De um lado, pensa-se a superação das desigualdades sociais a partir de mudanças estruturais nas relações sociais e, de outro, vislumbra-se a formação de consenso interclasses por meio de

* Doutora em Educação pelo PPGE/UFBA; Membro do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania; Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. E-mail: maria.lepikson@ucsal.br.

processos comunicativos voltados para a interação sem que sejam necessariamente alteradas as relações estabelecidas.

Sobre a divergência dos pontos de vista, releva destacar que as relações sociais estabelecidas determinam diferentes situações de sobrevivência, papéis, lugares no mundo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), enfim, contribuem para a formação de interesses e visões de mundo diferentes e, por vezes, inconciliáveis.

Este artigo pontuará, em um primeiro momento, a questão da participação social e, em seguida, as políticas sociais no Brasil, que se configuram como objeto central das instâncias de participação social, os Conselhos Gestores de Políticas Sociais.

Em seguida, serão destacadas concepções de teóricos que atribuem significativa importância à participação da sociedade civil no processo de construção de projetos societários, mais especificamente, Gramsci e Habermas. A escolha desses autores se justifica por serem eles bases teóricas fundamentais das reflexões contemporâneas a respeito das relações estabelecidas entre Estado (em seu sentido estrito) e Sociedade Civil. A partir dessas reflexões, alguns teóricos têm fundamentado suas análises sobre a sociedade civil e sua participação em instâncias de deliberação de políticas, como é o caso de Montañó e Duriguetto.

Por fim, converge-se para a discussão sobre os limites de uma substantiva conciliação de interesses para a definição de políticas sociais e, nesse sentido, a possibilidade de atuação dos conselhos no verdadeiro enfrentamento das reais demandas das camadas pauperizadas da população¹. Pretende-se, mais do que conclusões, apontar elementos e questões que deverão embasar posicionamentos teórico-práticos frente aos novos desafios colocados aos conselhos gestores, desafios que se fazem prementes diante da fragilização dos direitos sociais imposta pelo projeto neoliberal.

¹ Vale esclarecer que a Política Pública, cujo objetivo precípua é responder às demandas relacionadas à questão social, é reconhecida, conforme apontou Granman, (em Seminário realizado em 15 de maio de 2012 em Salvador/Ba) como uma Política Pública de caráter Social. Pois bem, sem desconsiderar as demais políticas, especialmente a Política Econômica, até porque isto seria impossível, é sobre esse perfil de Política, a Social, que este artigo discutirá.

OS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo brasileiro de redemocratização político-eleitoral que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, oficializou novas bases para a relação entre sociedade e Estado. Já no seu parágrafo único do artigo primeiro, ficaram definidas as bases democráticas de caráter representativo: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Apesar de não atacar os mecanismos geradores de desigualdades, a Constituição avançou, no seu artigo sexto, ao determinar os direitos sociais: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Deve-se ter claro que a conquista desses direitos sociais, ou melhor, de sua inclusão na Carta Magna, é fruto não de uma situação de convergência de interesses interclasses, mas sim da correlação de forças interclasses do momento.

Nesse sentido, como aponta Coutinho (2008), conquistas populares podem se desenvolver mesmo dentro da ordem capitalista, o que significa dizer que avanços sociais são conquistados mesmo sem que seja abalada fundamentalmente a ordem capitalista.

Decerto, muitas das liberdades democráticas em sua forma moderna (o reconhecimento dos direitos civis, o princípio da soberania popular, etc.) tiveram nas revoluções burguesas – ou, mais concretamente, nos amplos movimentos populares do Terceiro Estado contra o despotismo absolutista – as condições históricas de sua gênese; e outras tantas (como o direito de associação, o sufrágio universal e igual, etc.), embora conquistadas pelas lutas populares em oposição à burguesia, puderam se desenvolver e consolidar no quadro da ordem capitalista (COUTINHO, 2008, p. 21).

Os direitos sociais devem, conforme determina a própria Constituição, ser materializados por meio das políticas sociais, que, por sua vez, devem ser viabilizadas pelo Estado em parceria com a sociedade. Ao instituir a participação da sociedade na formulação das políticas sociais e, para tanto, institucionalizar os conselhos, a Constituição preenche lacuna deixada pela ditadura militar.

Segundo Calderón, nesse sentido, a Constituição Federal traz consigo uma nova utopia democrático-participacionista (1995) na qual a sociedade civil, representada pelos

conselhos enquanto instâncias democráticas e descentralizadas de representação de interesses coletivos, seria parte necessária do poder político de deliberação e de controle social.

Aos conselhos foi atribuída a função de, de forma colegiada (com representações da sociedade civil e do Estado), deliberar sobre diretrizes de políticas públicas nos três níveis federativos (municipal, estadual e Federal), além de exercer controle sobre as ações do Estado, inclusive sobre o orçamento público. Em suma, com o reconhecimento dos conselhos gestores como espaços de deliberação, oficializava-se e regulamentava-se a participação da sociedade civil na gestão dos interesses públicos.

Com suas prerrogativas, esses organismos, ao fortalecerem a representação popular, poderiam significar uma importante ferramenta na luta contra a própria ordem social que o estabeleceu ou, em outro sentido, poderiam trabalhar para a construção de consenso entre diferentes forças e classes sociais. Poderiam, ainda, constituir-se em instâncias que corresponderiam ao que Duriguetto (2005, 2007) intitula de “esfera pública de cidadania”, que, sem ter como propósito último a alteração da ordem estabelecida, garantiria a existência de espaços necessários à defesa e/ou avanço de direitos.

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

A resposta estatal às necessidades da sociedade ocorre via regulamentação de direitos por meio da Política Social, cuja formatação depende, obviamente, de circunstâncias históricas específicas e, nesse bojo, da correlação de forças no interior da própria sociedade civil.

A Política Social, portanto, não se reduz, como é do senso comum, às ações concretas desenvolvidas pelo Estado para atender ou amenizar demandas das camadas pauperizadas. Ao contrário, como sugerido, materializa a correlação de forças e interesses de instâncias distintas em determinado momento histórico. Segundo Faleiros

A população-alvo das políticas sociais não são indivíduos isolados, mas a força do trabalho atual ou potencial, segundo a correlação de forças sociais e o desenvolvimento do Estado democrático de direito. Os trabalhadores do setor monopolista estão em melhores condições de beneficiar-se da política de habitação, de educação, de lazer, de saúde. Os trabalhadores do setor concorrencial, por sua vez, dificilmente teriam acesso a casas, lazer, já que consomem a quase totalidade de seus salários em alimentação e vestuário (FALEIROS, 2006. p. 73).

Entende-se, pois, que a sociedade civil é compreendida como um complexo conjunto de organismos que, consciente ou inconscientemente, defendem interesses das respectivas classes (GRAMSCI, 1978). Esses organismos não se configuram como um todo homogêneo, não atuam usando as mesmas estratégias e nem ao menos têm base nas mesmas posições políticas. Mesmo as visões de mundo desses organismos se diferenciam a partir de conjunturas políticas, realidades geográficas, culturais e socioeconômicas particulares.

Ademais, discutir Política Social em um país marcado por um período autoritário e excludente, como é o caso brasileiro, torna impreterível pensar a participação político deliberativa da sociedade civil sem perder de foco o histórico de repressões. Deve-se manter em mente que a nação brasileira é, desde suas raízes, perpassada por relações autoritárias e centralizadoras, fruto, também, de uma relação que pautou (e que ainda pauta) políticas verticais “de cima para baixo” e que, portanto, sempre determinada por aqueles que se mantinham apartados da realidade da população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Não por acaso, as políticas sociais foram engendradas em bases assistencialistas e paternalistas, só tendo sido alterada a partir de legislações complementares à Constituição Federal, como é o da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – (Lei 8.742 aprovadas em 07/12/1993)².

No característico movimento de avanços e retrocessos da história, os regimes ditatoriais foram sendo minados pelas lutas em busca da democracia. A redemocratização político-eleitoral, no Brasil, como é sabido, só ocorreu porque, mais do que com a mera aceitação, contou com os interesses (mesmo que não expressos) de determinados grupos econômicos e políticos. Ou seja, para além do “clamor popular”, interesses de poderosas frações econômicas da sociedade foram atendidos pelo processo de redemocratização brasileiro.

É inegável, contudo, que as novas bases das relações entre Estado e Sociedade Civil, sobretudo no que tange ao avanço da participação da última nas instâncias deliberativas, são resultados da pressão social exercida pelos movimentos sociais de construção da cidadania. Dessa pressão surgiram os mecanismos de controle social, dessa vez, ao contrário da relação anterior, da sociedade civil em relação ao Estado. A previsão dessas instâncias de participação

² “A partir da Loas, a proteção social se coloca como um mecanismo contra as formas de exclusão social que decorrem de certas vicissitudes da vida [] A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaços de ampliação de seu protagonismo”. (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 28)

da sociedade civil foi, então, oficialmente inserida na Constituição na forma de conselhos de diferentes setores da política social.

Mais tarde os conselhos (ex: de saúde, educação, criança e adolescente) foram regulamentados por leis complementares em todos os níveis da federação (municipal, estadual e federal). Os Conselhos foram configurados como organismos paritários (Estado, sociedade civil e, em alguns deles, usuários) corresponsáveis pela deliberação de políticas e pelo controle social voltado para a defesa e para a garantia dos “interesses públicos”, ou mais exatamente, para a efetivação dos direitos sociais a serem materializados pelas políticas sociais.

Contudo, enquanto o Brasil consolidava, em sua nova Constituição, avanços em relação aos direitos sociais e institucionalizava a participação social nas instâncias deliberativas, em países centrais e seus vizinhos latino americanos, o projeto neoliberal avançava de forma “deletéria” sobre conquistas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Nesse contexto, o Estado passava a ter outro papel: de agente direto do desenvolvimento passava a atuar como preparador de espaço para que o mercado pudesse se desenvolver “livremente”, o que, em tese, permitiria um crescimento econômico que se refletiria em desenvolvimento para todo o conjunto da sociedade. O Estado abandonava, então, sua função de promotor do “bem-estar social” para concentrar esforços na preparação adequada do seu território para a circulação do capital.

Além do recuo do Estado de atividades potencialmente lucrativas para que fossem ocupadas pelo capital, como, por exemplo, a prestação de serviços de saúde e educação, o projeto neoliberal trouxe em seu bojo flexibilização das leis trabalhistas. Evidentemente, isso teve reflexo imediato sobre a parcela da população que mais dependia dos serviços públicos essenciais e que tiveram suas relações de trabalho precarizadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Em suma, o que se tem a partir do processo de “neoliberalização” do país é a fragilização dos direitos sociais.

Diante da redução e da precarização das políticas sociais coube à sociedade civil, ou melhor, aos organismos sociais ditos de função pública, de caráter não governamental, apresentar propostas para amenizar os reflexos do recuo do estado. Daí alguns sugerirem que o avanço da sociedade civil no vácuo deixado pelo Estado legitima e ratifica a desresponsabilização do Estado ante os direitos sociais.

A expansão da sociedade civil a partir dos organismos de intervenção direta nas múltiplas manifestações oriundas da questão social passou a ser alvo de problematizações e interpretações de diferentes correntes teóricas. O fato é que a participação da sociedade civil nos espaços de deliberação política e de controle social contribuiu para que a própria sociedade civil fosse ressignificada de acordo com diferentes visões políticas e ideológicas naquele momento específico onde se apregoava a minimização do Estado

Dentre essas formas de controle social, inserem-se os conselhos gestores de políticas públicas. Segundo Tatagiba (2010, p. 35),

Os Conselhos gestores aparecem com espaços nos quais se gesta um importante aprendizado de convivência democrática, tanto para os atores da sociedade quanto para o Estado, indicando a gestação de uma tendência contrária à privatização dos espaços e dos assuntos públicos, marca da constituição do Estado e da sociedade no Brasil. Os Conselhos, nesse sentido, encarnam as ambiguidades, os desafios e as promessas de uma forma partilhada de produção de políticas públicas, erigida sob uma cultura política na qual predominam referências autoritárias, as quais elas obviamente não estão imunes.

Considerando que o papel legal dos Conselhos Gestores de Políticas é de controle e de deliberação de políticas sociais, nesse contexto de desresponsabilização do Estado ante os direitos sociais, releva destacar seu poder legítimo de articular, influenciar, deliberar e de controlar o Estado no exercício de suas funções e uso dos recursos públicos. Ou seja, já instituídos e regulamentados, caberia aos Conselhos interferir nesse processo de recuo do Estado.

A divergência de compreensões sobre o papel da sociedade civil nesses conselhos é significativa entre autores que são referência na análise contemporânea da sociedade civil. Embora em períodos históricos diferentes, Gramsci (final do século XX) e Habermas (teórico contemporâneo) colaboram para que se possa compreender essa participação em sentido emancipador das classes subalternas ou conciliador de interesses interclasses a partir dos diferentes projetos de sociedade.

SOCIEDADE CIVIL E O (IM)POSSÍVEL CONSENSO INTERCLASSES

Gramsci defende a ideia da sociedade civil como esfera integrante do Estado, Estado este constituído pela unidade entre a sociedade política (coerção) e sociedade civil (consenso).

Segundo o autor, os processos de complexificação das relações de poder e da organização de interesses fazem emergir uma “nova dimensão da vida social”, a esfera da sociedade civil. O entendimento de Gramsci sobre a sociedade civil é pautado na relação entre teoria, história, política e, especialmente, a partir de uma leitura de totalidade. Sob esse enfoque, a sociedade civil é concebida com base na história e em concepções formadas ao longo de um processo de elaboração de ideias sobre o Estado (GRAMSCI, 1978).

É importante ressaltar que Gramsci realizou suas reflexões a partir do Estado burguês (GRUPPI, 1980) e, por isso, resalta a hegemonia de uma classe social sobre a outra. Sobre a questão da hegemonia e de ideologia, Gramsci fundamenta suas reflexões no pensamento marxista, mais especificamente em Lênin (BUONICORE, 2011)

Antônio Tavares de Jesus, ao discutir o pensamento gramsciano em relação à questão da hegemonia, esclarece:

Hegemonia, portanto, desde suas origens até os nossos dias, implica poder-direção ou dominação-consenso. Assim é que aparecem, permanecem e se estratificam esses dois elementos encontrados desde o início, diversificados em vários sinônimos. Dominar é igualmente governar, ser chefe, mandar. Por outro lado, dirigir equivale a guiar, conduzir, ser líder. É, porém, na união destes elementos que se deverá buscar um conceito pleno para a hegemonia (JESUS, 1989. p. 32).

De forma complementar, Gruppi acrescenta:

Naturalmente, ampliamos o conceito de hegemonia. Para nós a hegemonia é a capacidade dirigente da classe operária, é a capacidade de realizar todas aquelas alianças que são indispensáveis a fim de que a classe operária tenha acesso ao poder numa sociedade de capitalismo monopolista de Estado (GRUPPI, 1980, p. 89).

Gramsci entende que a cultura e a ideologia são frutos das ideias da classe dominante e que as relações de produção determinam não só as instituições políticas e estatais, mas também a própria maneira de pensar, ou seja, a formação da consciência.

Na relação entre interesses antagônicos, algo inerente às relações de reprodução capitalista, as classes subalternas se situam, como o próprio adjetivo sugere, de forma subordinada à classe dominante. Essa subordinação ocorre porque as classes subalternas, formada pela a grande massa dos trabalhadores, não têm sua própria concepção de mundo, mas absorvem concepções da classe a que estão subjugadas (GRUPPI, 1980, p. 89).

Gramsci discute o princípio da construção da hegemonia, direção moral e política de uma classe sobre a outra. A esse respeito Gruppi (1980), teórico estudioso de Gramsci, afirma

que o proletariado, ao tomar consciência de sua posição no modo de produção capitalista, passa a se contrapor a esse sistema e busca conquistar a hegemonia da classe dominante. Para Gramsci, a conquista da hegemonia pelo proletariado pressupõe a ação revolucionária. Nesse sentido, na medida em que a classe dirigente não consegue manter o poder e a coesão social pela hegemonia, tem vez a revolução proletária, a revolução das classes subalternas.

Gramsci, em razão de sua doença, não pode avançar em relação às discussões sobre a estratégia revolucionária, mas Gruppi coloca:

Nós fomos adiante nessa elaboração buscando descobrir o que vem a ser uma estratégia revolucionária nos países capitalistas desenvolvidos. [...] Começamos a fazê-lo durante a guerra de libertação, falando em democracia progressista, em democracia de tipo novo [...] (GRUPPI, 1980, p. 82).

Sob essa ótica, o sistema de alianças se dá na perspectiva de combate ao capitalismo e é permeado por relações pluralistas e por contrastes, confrontos e lutas. Em relação ao pluralismo, pode-se defini-lo como pluralismo social e político. Gruppi afirma que

[...] para nós o pluralismo é uma amplidão de alianças sociais e políticas tamanha que possa isolar o grande capital monopolista – sua lógica é a lógica que hoje, nesta sociedade predomina o capitalismo de Estado – até derrotá-lo. Só assim realiza-se o verdadeiro pluralismo, porque nós afirmamos que enquanto existir o grande capital nunca existirá na sociedade um pluralismo real, será sempre uma ficção na medida em que existe o monopólio dos meios de informação, da economia, dentre outros monopólios (GRUPPI, 1980, p. 89).

De acordo com Gruppi, um pluralismo real só existirá quando o capitalismo for derrotado e se encaminharem formas de autogoverno da sociedade com participação plural composta de instituições estatais e sociais, inclusive, no interior da própria classe operária, que não é homogênea.

Gruppi defende a ideia de que o que se espera não é hegemonia e pluralismo, mas hegemonia no pluralismo e que, se “O pluralismo vive na classe operária, ele pode realizar-se na sociedade” (GRUPPI, 1980, p. 90). Como coloca o autor, entre a hegemonia e o pluralismo existe uma correlação dialética, quanto mais existir “hegemonia mais existe pluralismo, não como confusão de forças diferentes, mas sim como forma de luta que é hoje a mais ampliada, a mais aguda, a mais caracterizada do ponto de vista de classe” (GRUPPI, 1980, p. 90).

Retomando as ideias de Gramsci, vale salientar a importância por ele atribuída à questão da intransigência (como atributo do caráter) e da tolerância (como método das discussões entre os homens no estabelecimento de consensos). Em relação à intransigência,

Gramsci afirma que ela se refere exclusivamente à relação entre objetivos pretendidos e meios adequados. A intransigência se constitui como a “única prova” de que uma determinada coletividade tem um objetivo, uma única vontade e maturidade de pensamento.

Pois a intransigência exige que cada parte em separado seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja harmonicamente preestabelecido, que tudo tenha sido pensado. Isto é, existem princípios gerais, claros e distintos e que tudo que seja feito dependa necessariamente deles (GRAMSCI, 1976, p. 171).

A intransigência tem a tolerância como seu contrário. A esse respeito, Gramsci discute a importância da deliberação coletiva. Nesse sentido, deve-se preservar o acordo e seus membros devem discutir entre si para que possa, assim, acontecer o “encontro das almas e das vontades”. Para que isso aconteça, para que a discussão seja plena e sincera, é, pois, fundamental a máxima tolerância. Todos devem estar convencidos de que aquela é a verdade e que, portanto, é preciso realizá-la. No momento da ação, todos devem ser concordes e solidários porque, no fluir da discussão, se foi formando um acordo tácito e todos se tornam responsáveis pelo sucesso.

Por fim, pode-se afirmar que em Gramsci a ideia do consenso intraclasse é pautada na intransigência em relação aos princípios e na tolerância no que tange à diversidade, ou, como expressa Gruppi, ao pluralismo na hegemonia (GRAMSCI, 1976, p. 171). Para tal, se faz necessária a ruptura da hegemonia do bloco adversário. A hegemonia pretendida pelos autores se pauta em uma hegemonia fundamentada na luta, uma luta que, no Ocidente, em decorrência da organização da sociedade civil, dar-se-á através de uma guerra de posições em busca de um resultado concreto: a conquista da hegemonia, da emancipação das classes subalternas.

Mas Gramsci não é o único teórico que tem respaldado as discussões sobre a sociedade civil na contemporaneidade e a construção de consensos. Adeptos de ideias reformistas, da solidariedade, da interação e da formação de consensos a partir de interesses específicos, têm embasado reflexões críticas de autores como Montañó e Duriguetto, especialmente diante dos contextos social, econômico, político e ideológico que perpassa o “mundo da vida”. Dentre esses autores Habermas é uma das referências atuais.

Diferente de Gramsci, Habermas discute a autonomia da sociedade civil em relação ao sistema econômico e da administração pública. No seu entendimento, a sociedade civil é

composta por diferentes movimentos sociais, por associações e organizações voluntárias e autônomas que têm o papel de captar

[...] os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensá-los e transmiti-los, a seguir, para a esfera política. (Habermas 1977:99) Dessa compreensão da dinâmica social é que pode resultar [...] um deslocamento de pesos nas relações entre dinheiro, poder administrativo e solidariedade, a partir das quais as sociedades modernas satisfazem suas necessidades de integração e regulação (HABERMAS, 1977, p. 22 apud, DURIGUETTO, 2007, p. 112).

Habermas discute a dimensão política da vida social com base na crítica sobre experiências das sociedades capitalistas avançadas. Apesar de reconhecer os ganhos daí advindos, destaca a “face negativa” da intervenção do Estado através de procedimentos jurídico-administrativos que provocaram a “burocratização, vigilância e controle da vida diária”. Diante da autonomização da economia, da política e da conseqüente colonização da “dinâmica associativa e comunicativa do mundo da vida”, esse autor apresenta a alternativa de “substituir a ‘utopia do trabalho’ pela racionalidade comunicativa, único meio que visualiza como capaz de afirmar os valores de solidariedade contra o poder e o dinheiro” (DURIGUETTO, 2007, p. 113).

Partindo do princípio de que a categoria trabalho e a divisão da sociedade em classes sociais, diante do capitalismo avançado, não se figuram como elementos centrais³, o autor destaca a esfera comunicacional como elemento fundante da formação do ser social e desenvolve essa ideia com base em sistemas pautados na racionalidade instrumental e na racionalidade comunicativa. A primeira diz respeito ao agir voltado para fins determinados (resultados) e desenvolve-se nas esferas da economia e da administração pública. Esse sistema desdobra-se em subsistemas autônomos responsáveis pela reprodução social: o subsistema econômico e o subsistema político. É nesse sistema que o trabalho, o dinheiro e o poder se destacam como elementos de controle (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Ainda em relação ao agir voltado para determinados fins ou, no dizer de Habermas, para o sucesso, o autor destaca que eles buscam alcançar seus objetivos influenciando externamente através de armas, seduções e ameaças. Na racionalidade comunicativa, diferente da racionalidade instrumental, o produto do agir comunicativo é o consenso resultante da interação e da negociação entre os atores.

³ Segundo Habermas, diante do capitalismo avançado não é possível se fundamentar na luta de classes, isso não quer dizer que os antagonismos de classes tenham desaparecido (HABERMAS, 1977. p. 386).

A racionalidade comunicativa permite que os indivíduos, a partir da internalização das regras e das normas sociais, expressem seus sentimentos e vivências. É neste campo de interação social, o qual Habermas denomina de mundo da vida, que os indivíduos interagem, defendem seus interesses e reagem contra a burocratização e a mercantilização. A partir daí, buscam formas de solidariedade e de coesão social. (HABERMAS, 1989).

Os fluxos comunicativos decorrem do conjunto de associações voluntárias, espontâneas e não vinculadas ao mercado, ao Estado e à sociedade civil. Segundo Habermas (HABERMAS, 1989), é nesse conjunto de movimentos, associações e organizações de caráter voluntário e espontâneo que são geradas e propagadas as convicções, onde surgem e são levantados temas relevantes para o conjunto da sociedade. Nesses espaços, são interpretados valores e produzidos fundamentos que podem ser aceitos ou rejeitados (desqualificados).

Vale aqui considerar a posição de Habermas a respeito da intervenção do Estado no capitalismo, que contribui diretamente para entender a estratégia compensatória, por ele oferecida⁴ à população demandante de políticas sociais.

O capitalismo regulado pela intervenção do Estado e que nasceu para fazer face aos perigos representados para o sistema por um declarado antagonismo entre as classes bloqueia-lhes o conflito. O sistema do capitalismo avançado define-se por uma política que assegura para si a lealdade de massas por via de gratificações compensadoras, isto é, uma política que evita conflitos” (HABERMAS, 1977, p. 385).

Enquanto o produto da racionalidade instrumental, pautado na busca pelo sucesso, é o dinheiro e o poder, o produto do agir comunicativo busca o entendimento mútuo, o acordo ou a negociação sobre situações e consequências esperadas que resultam do diálogo entre os atores.

A respeito da distinção desses dois sistemas da racionalidade instrumental e da racionalidade comunicativa, Habermas destaca que o fortalecimento do fenômeno da burocracia estatal reduziria a autonomia dos indivíduos sem, no entanto, obstaculizar “as formas da política moderna”, à medida que encontram “estruturas associativas e comunicativas da esfera pública, o espaço para sua expansão e desenvolvimento de forma

⁴ De acordo com Cohen e Arato (2000, p. 493), o mundo da vida em Habermas apresenta “[...] três componentes estruturais – cultura, sociedade e personalidade. Na medida em que os atores se entendem mutuamente e estão de acordo sobre sua situação, compartilham uma tradição cultural e, ao coordenarem sua ação por meio de normas reconhecidas intersubjetivamente, atuam como membros de um grupo social solidário (DURIGUETTO, 2007, p. 110).

autônoma, visando, cada vez mais, à reprodução da solidariedade social” (DURIGUETTO, 2007, p. 109-110).

Segundo Habermas, a teoria do agir comunicativo teria mais condições, estaria mais preparada para propor uma utopia emancipadora sem que para isso, sejam travadas lutas. Nesta ótica seria possível, sem que se entre em confronto com as estruturas, criar um processo de interação construído em base do diálogo e na solidariedade a partir de interesses comuns interclasses (HABERMAS, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Têm-se como fundamento da discussão sobre a participação da sociedade civil nas instâncias deliberativas duas concepções que não divergem “nos detalhes”, a construção de consensos, mas que, em sua essência, em termos de visão de mundo, objetivos e resultados, divergem em questões basilares.

Gramsci alicerça seu pensamento sobre sociedade civil na ideia de Estado ampliado, do qual fariam parte a sociedade política e a sociedade civil. A ideia de Gramsci está baseada na centralidade do trabalho, à medida que defende a emancipação da “classe subalterna” (trabalhadora) da hegemonia da classe dominante. Nessa perspectiva, a busca de um consenso se daria intraclasses, visto que a relação interclasses seria impossível, uma vez que os interesses das classes fundamentais, por serem contraditórios e antagônicos, são inconciliáveis.

Habermas, por sua vez, desenvolve a teoria do agir comunicativo, pautado na ideia de construção de processos interativos formadores de consensos. Para ele, o trabalho não seria a categoria central, mas a linguagem que comunica e expressa interesses conciliáveis se constitui como tal categoria.

Aqui se tem um ponto determinante e que diferencia os dois autores em questão: Gramsci busca um projeto de sociedade cujo fundamento é a emancipação das “classes subalternas”, enquanto, para Habermas, através das ações geradas por iniciativas voluntárias e autônomas da sociedade civil, seriam construídos consensos inter e intraclasses sem que para isso fosse afetada a ordem social estabelecida, ou seja, a existência de classes em posições antagônicas.

Como pode ser percebido, as ideias de Gramsci e Habermas divergem na essência, divergem em relação ao projeto de sociedade, sobre a emancipação das classes subalternas ou a convivência consensual interclasses com um capitalismo menos avassalador e, por que não dizer, parafraseando Milton Santos (2001), quando se refere à globalização, para um capitalismo menos “perverso” para a classe pauperizada.

Em Gramsci, a intransigência é uma questão de princípio e a necessária tolerância só é possível intraclasse. Nessa concepção o projeto de sociedade se volta para a emancipação das classes subalternas que deverá ocorrer de forma processual ou progressiva e efetivará a superação da sociedade dividida em classes antagônicas. Já em Habermas é destacada a possibilidade de interação e da construção de consensos a partir de interesses afins, interesses esses que extrapolam a questão de classe e que não atingem a questão estrutural conformada pelas relações sociais capitalistas.

A partir dessas diferentes concepções, pode-se compreender o resultado efetivo da atuação dos conselhos enquanto instâncias representativas da sociedade civil na formulação de políticas e mesmo o direcionamento resultante dessas políticas. Compreende-se a importância de perspectivas que defendem a possibilidade de consensos, de tolerância, no que tange às questões “transversais”, das relações interpessoais inerentes ao cotidiano, questões que aproximam sujeitos de diferentes classes sociais, como é o caso do combate à exploração sexual de crianças, e de adolescentes, o preconceito racial ou de gênero e a defesa do meio ambiente.

Tal tolerância, não se nega, é de extrema importância. No entanto, não se pode perder a visão da inserção de tais diferenças em um princípio basilar: o princípio da intransigência em relação à justiça social, aí incluída, obviamente, a justiça econômica e política. Essa intransigência deveria pautar as instâncias que representam a sociedade civil nos espaços de deliberação das políticas públicas.

A racionalidade comunicativa diz respeito à questão da criação de espaços de negociação e construção de consensos e, sendo assim, de convivência e tolerância entre interesses diversos, inclusive os interesses de classes. Apesar de Habermas não discutir abertamente essa questão, ela afeta de forma diferenciada as relações cotidianas das pessoas a depender de seu modo de inserção social. Não extrapola, portanto, a construção de respostas a demandas das relações que se travam na infraestrutura, que são de extrema importância para a sociedade contemporânea, mas que não atingem diretamente as raízes da questão social.

Nesse sentido, a questão das políticas sociais, deliberadas e fiscalizadas com controle social exercido pelos conselhos, decorrem, como sugerido no desenvolvimento do trabalho, da correlação de forças inerentes às relações estabelecidas intra e extra conselho e de questões relacionadas ao cotidiano ou de ordem macroestrutural. Ficam patentes, aí, as dificuldades no que diz respeito à formação de um único projeto de sociedade.

A primeira dessas dificuldades está ligada à atribuição desses conselhos como organismos com força política e representatividade suficiente para enfrentar os obstáculos à construção de uma sociedade verdadeiramente justa, a atribuir-lhes papel de representar os interesses das classes cujas próprias visões de mundo sofrem determinações exógenas.

Diante de tal limitação, receia-se que os conselhos de políticas sociais, diante da falta de clareza política e da fragilidade da força de pressão de seus representantes, se reduzam a meros “captadores de ecos”, ou melhor, mediadores de interesses divergentes e assimetricamente representados no meio social. Receia-se que se restrinjam a “comunicar” e a “tornar públicos” os interesses de determinadas categorias, mas que não combatam frontalmente a questão do processo de fragilização das políticas sociais e, mais do que isso, não combatam as raízes da pauperização de grupos populacionais inteiros, não combatam os mecanismos que originam a desigualdade social. Pior, tratados como grande avanço, na condição instrumentos representativos supostamente suficientes de participação social, enquanto não atacarem os mecanismos estruturais que reproduzem as consequências que combatem, podem estar servindo de instrumentos de legitimação dessa própria estrutura.

Considerando que a sociedade contemporânea responde ao paradigma individualista, a possibilidade do controle social exercido por conselhos de base paritária, mesmo sendo uma conquista da democracia brasileira, vê sua força reduzida diante da condição de instância paritária. Como esperar que um conselho paritário, inserido que está em uma sociedade desigual, possa vir a garantir a destinação e a priorização do uso dos recursos públicos para a implementação de políticas sociais que superem meros e estratégicos propósitos compensatórios e que sejam destinadas para a superação do “perverso” processo de pauperização e de negação dos direitos sociais de milhões de brasileiros? Como esperar que, imersos no paradigma individualista, lutem por questão de classe, lutem pela emancipação da classe subalterna?

Se assim acontecesse, a participação da sociedade civil em organismos de controle social passaria a se configurar como uma estratégia processual para a construção de uma

sociedade justa e igualitária, mas nunca como um acordo com aqueles que desrespeitam e violam os direitos sociais e humanos.

Se adotassem práticas emancipatórias, os conselhos se configurariam como um risco para aqueles que não se sensibilizam e reagem ativamente para superar as situações de constante violação de direitos sociais da população pauperizada. Tal risco ocorreria à medida que se substanciaria uma participação social mais comprometida com os destinos da sociedade e a vida dos cidadãos brasileiros em seu conjunto.

Tem-se, por fim, que as políticas sociais verdadeiramente voltadas para a “justiça e igualdade social” têm um longo caminho a percorrer, um caminho que depende inexoravelmente da participação política da sociedade civil. A forma como essa participação se materializa depende de um igualmente longo e rigoroso processo de formação de um consenso pautado em interesses universais, em oposição aos interesses da classe dominante, o que significa, nos termos de Gramsci, travar a guerra de posição. Para isso, indispensável se torna a construção de intransigente e persistente processo de formação de uma consciência voltada para a justiça e igualdade social ou, dito de outra forma, para a superação dos mecanismos geradores da desigualdade social, não apenas de suas consequências.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).

BUONICORE, Augusto C. **Especial 120 anos de Antônio Gramsci** – Ideologia e intelectuais na obra de Gramsci. Disponível em:

<<https://solidariedadesocialista.wordpress.com/tag/ideologia-e-intelectuais-na-obra-de-antonio-gramsci/>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Rideel, 2003.

_____. Lei Orgânica de Assistência Social n. 8.742/93. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 15 de mai. 2013.

CALDERÓN, A. Participação Popular: uma abordagem na lógica da função governativa. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 9, nº 4, out-dez 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**: ensaios sobre a democracia e Socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRISTO, S. C. A. Controle Social em Saúde: o caso do Pará. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 109, jan./mar. 2012.

CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N.M.F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N.M.F (orgs). **Políticas**

públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009 – (Coleção Psicologia Social).

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, Esfera Pública, Terceiro Setor: a dança dos conceitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 81, 2005.

_____. **Sociedade Civil e Democracia:** Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista:** as funções da previdência e assistência sociais. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Obras Escolhidas**. Trad. de Manuel Cruz; Rev. de Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel:** as concepções de Estado em Marx, Engels e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

HABERMAS, Jurgen. A Técnica e a Ciência como Ideologia. In: Birnbaum, P; Chazel, F. **Teoria Sociológica**. Trad. Gisela S. Souza e Hélio Souza. São Paulo: Hucitec, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

_____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Letras, 1989.

JESUS, A. T. **Educação e Hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. Campinas: Cortez; São Paulo. Editora da Universidade de Campinas, 1989.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “Terceiro Setor” em questão. In: **Revista Serviço social e Sociedade**. São Paulo, Editora Cortez, n. 59, 1999.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, M. L. **Classe e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TATAGIBA in Rubin. (Org.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

WANDERLEY. L. E.W. **Sociedade Civil e Gramsci:** desafios teóricos e práticos. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 109. jan./mar. 2012.

Abstract

This article discusses the possibility of building social policies based on consensus formation in a context where truly complex relationships are placed and point to diverse and sometimes antagonistic challenges and interests. The text is based on concepts of theoretical key authors on "civil society", especially Gramsci and Habermas. Articulating the conceptions of these theorists, with the support from authors who brings such conceptions into Brazilian reality, as Montañó and Duriguetto, the text points out that in Brazil the interests of the impoverished layers of the society are outweighed by private interests in the management of social policy councils. To discuss the possibilities of these councils to contribute for changing the foundations of the social inequality, the article focuses on the actual dynamics of its acting

object: the public policy in the period following the promulgation of the Constitution. It is expected from this discussion to demonstrate that it is evident that Brazilian councils approached the Habermas' theory when they act for forming interclass consensus. Finally, the article emphasizes that any possibility of consensus can only occur to the extent that justice and social equality become, indeed, intransigent parameters in defining public policies.

Keywords: Councils. Consensus. Social Classes.

JÓVENES EN LAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS

Youth in Catholic Universities

Juventude em Universidades Católicas

Rosa Aparicio*
Andrés Tornos**

Resumen

En los años 2012 a 2014 la Federación Internacional de Universidades Católicas (FIUC) ha realizado un gran estudio acerca de sus estudiantes de todo el mundo y de los trasfondos culturales que les permiten orientar y dar sentido a lo que hacen en sus universidades. Con una muestra pues de más de 16.000 encuestados apareció que la gran mayoría es de clase media o media alta, como un 50 % católicos, que han elegido por sí mismos esas universidades y saben que son católicas y que se atienen a las enseñanzas católicas. Pero ellos no las han elegido por eso, sino por su prestigio académico y buena reputación en los mercados de trabajo. Puede verse en esto un sesgo general en las inclinaciones de los jóvenes que eligieron estas universidades: el fijarse en lo que a corto plazo les interesaría. Es decir: *“graduarse y conseguir un buen trabajo”, “fundar la propia familia”, “ganar mucho dinero”*. Poco en cambio les interesan los proyectos altruistas, las grandes cuestiones políticas, el implicarse en algún grupo religioso para profundizar en la fe. Esto será lo que marca su manera de posicionarse ante sus respectivos centros, ante la religión, ante la sociedad. No es muy diferente lo que el estudio encontró como característico de los estudiantes brasileños. En todo caso, mayor proporción de los que aspiran a fines lucrativos en su curriculum universitario y menor proporción de los que se inclinan por fines altruistas.

Palabras Clave: Juventud universitaria. Cultura. Universidades Católicas.

ARTÍCULO

Hoy día el acceso a la Universidad, y la orientación que una gran parte de la juventud dará en ella a sus estudios y convivencia, no es solamente una fase de sus vidas tremendamente importante para ellos mismos. Además determinará en gran medida el mundo en el que ellos como adultos van a querer moverse, transformando el que les hemos organizado los de generaciones anteriores.

Y en el proceso están las universidades de la Iglesia, estatutariamente comprometidas con *“el progreso del saber y a la elaboración de un mundo más justo y más humano, a la luz de la fe cristiana y gracias al espíritu del Evangelio”*¹. Y surge la pregunta de si el estilo de

* Doctor en Sociología, Instituto Universitario José Ortega y Gasset, rag.migraciones@fogm.es.

** Doctor en Filosofía y en Teología, Universidad Pontificia Comillas. Correo electrónico: tornos@comillas.edu

¹ Art. 2 de los Estatutos de la Federación Internacional de las Universidades Católicas (FIUC, 1951[2015]).

juventud que concurre a ellas asume también estos objetivos o más bien coexiste simplemente con la pedagogía que aspira a lograrlos.

La ocasión para examinarlo se nos ofrece con la reciente publicación, por la Federación Internacional de Universidades Católicas (FIUC)², de un gran estudio sobre su alumnado, realizado durante los años 2012 a 2014 con el objetivo de poner a disposición de los gestores de sus universidades una imagen de las culturas universitarias mediante las cuales dicho alumnado da sentido a lo que hace en la Universidad. Y retomar aquí este estudio, que examinó en detalle la manera de estar los jóvenes ante sus centros, ante la sociedad y ante su futuro, nos permite ver de cerca un estilo de juventud. Para ello se encuestó en todas las partes del mundo a una muestra de casi 17.000 estudiantes de dichas universidades³.

El presente artículo ofrecerá primero una descripción de la muestra seguido de una panorámica del alumnado de las universidades católicas de que va a tratarse. Y luego también, en la misma parte introductoria, una síntesis de lo que las universidades pretenden transmitir a los jóvenes y de lo que los jóvenes aspiran a conseguir. Para tal fin compararemos las imágenes de futuro que predominan en la perspectiva de los jóvenes con las que las universidades católicas estatutariamente persiguen. Después se examinará con mayor detención cómo se posicionan los mismos jóvenes ante sus centros, ante la religión, ante la sociedad, dedicando un apartado especial a algunas características de los estudiantes brasileños.

EL ALUMNADO ESTUDIADO Y LOS OBJETIVOS DE LAS UNIVERSIDADES

Para tener en cuenta cómo es el colectivo de jóvenes universitarios de que tratamos nos fijamos en los contextos culturales en que se han socializado, en los estratos sociales a que pertenecen y en sus afiliaciones y posicionamientos religiosos. ¿Es que su proceder se ajusta al de unos universitarios mundialmente iguales u homogéneos? ¿Qué condicionamientos de clase o estrato social podrán hacerse presentes en ellos? ¿Un ambiente confesional les marcará como distintos del común de los jóvenes?

² “Las culturas de los jóvenes en las universidades católicas”, FIUC, 2014 (publicado en inglés con el título “Youth Cultures in Catholic Universities” y en francés con el título “Les Cultures des Jeunes dans les Universités Catholiques”).

³ A la FIUC pertenecen más de 200 universidades localizadas en países cristianos y no cristianos.

Las distintas zonas culturales a que pertenece el colectivo juvenil estudiado

Previendo que podrían ser distintas las maneras de ponerse los estudiantes ante el saber y ante las responsabilidades y función social del saber propias de las universidades católicas, se tabularon sus respuestas a las 85 preguntas de que constó el cuestionario diferenciando 11 zonas geográficas distintas: África, América Central y Caribe, América del Norte, América del Sur menos Brasil, Brasil, Europa Occidental, Europa del Este, la India, Asia Este, Asia Sudeste (con Filipinas), Medio Oriente. Los criterios con que se hizo esta distribución fueron la pertenencia a áreas geográfico-culturales previsiblemente distintas y luego el número de Universidades Católicas existentes en dichas áreas. Por ejemplo, Brasil se separó del resto de América del Sur por ser muy numerosas en Brasil las universidades católicas. Y se suponía que así, diferenciando estas zonas, podrían concretarse las diferencias existentes entre los alumnados de las distintas áreas culturales.

Pues bien: resultó que efectivamente existían dichas diferencias en cuanto a las formas de vivirse lo universitario y lo cristiano por los distintos alumnados. Por ejemplo, en África, de una manera más decididamente entusiasta; en Europa Occidental con bastante desapego y pragmatismo; en Europa del Este con una cierta sombra de pesimismo... En su lugar volveremos de pasada sobre algunas de estas diferencias aparentemente más llamativas.

Los estratos sociales de los que proceden estos estudiantes

Para precisarlos se ha tenido en cuenta el nivel educativo a que han llegado los padres de los muchachos y el nivel de sus ocupaciones en el ranking de la común estimación social. Y resultó que en la mayoría de los hogares en los que se han socializado los alumnos de las universidades católicas son altos o muy altos el nivel de estudios de sus padres y madres, así como el nivel de los trabajos en que ambos se ocupan. Hasta el punto de que en cuanto a estudios universitarios concluidos sus cifras (45,4% de los padres y 42,4% de las madres) están muy por encima de los alcanzados por la población mayor de 25 años en la mayoría de los países, incluso los más desarrollados (por ejemplo en EE.UU., 39%; en el Reino Unido 31%) . Y su nivel de estudios se corresponderá, aunque algo groseramente, con su nivel de ocupaciones.

En conclusión: el estrato social al que predominantemente pertenecen las familias del alumnado de las universidades católicas es el medio alto y el constatarlo es importante para mejor comprender todos los demás datos que aparecen en el estudio.

El alumnado ante el catolicismo de sus universidades

Son pues jóvenes de clase media más bien alta la mayoría de los que optan actualmente por matricularse en las universidades católicas. Y por cierto que dicen haberlo hecho así por propia iniciativa (83,4% del total)⁴ y a sabiendas de que ellas se rigen por los principios y enseñanzas de la Iglesia Católica (80,5%) - aunque ya sea importante notar que solamente el 13,3% las ha elegido precisamente por ser católicas (en Asia Oriental el 1 %, en Europa Occidental el 4,9%, (ni siquiera uno de cada 20 alumnos).

Estas cifras son muy de considerar, porque revelan ya de entrada que hay una tensión subterránea entre lo que pretenden los jóvenes al matricularse en una universidad católica y lo que se proponen fundacionalmente las universidades mismas. Las universidades católicas se crean para hacer presente lo cristiano y católico en el mundo universitario; los estudiantes lo saben, pero no les interesa. Al parecer la confesionalidad de las universidades no importaría mucho a este alumnado; quizás por el estrato social a que pertenece. ¿Por qué entonces las han elegido? ¿Desde qué disposiciones culturales y religiosas han tomado la determinación de estudiar en ellas?

Vaya por delante el decir que lo religioso no le diría nada a un 39%, puesto que a la pregunta de si se consideraban personalidades religiosas no pasaron del 61% los que respondieron afirmativamente (con valores mucho más bajos para Europa Occidental y Asia Este). Y por afiliación a confesiones religiosas casi el 50% se dijeron católicos (49,6%), con pequeñas proporciones de otros cristianos, de judíos, musulmanes, budistas e hindúes. No deja pues de llamar la atención que, siendo tan frecuente en el alumnado la afiliación religiosa, sea sin embargo muy reducida la proporción de los que han elegido esas universidades por ser católicas. Se diría que lo católico se acepta pasivamente por el alumnado. Pero la condición católica de las universidades se separaría intencionadamente por dicho alumnado de lo que en él ha contado para elegir su universidad. Desde el principio

⁴ El 16 % restante se ha matriculado en su universidad católica por iniciativa de sus padres o por conveniencias accidentales - como haber conseguido una beca de estudios para ellas, y no para otras universidades.

parecen querer mostrar en la encuesta que no se sienten comprometidos con la catolicidad de los centros a que acceden.

En resumen: lo que marca al conjunto total de este alumnado no es un ambiente confesional activo que les caracterice, como en bloque, frente al conjunto de los jóvenes de su entorno, creyentes o no. Pero sí que predomina entre estos jóvenes, también en los no creyentes, una aceptación no problemática del hecho religioso. Quizás porque esta clase de aceptación es lo más común en el nivel socio-económico de sus familias - aunque este último no elimine las tendencias culturales de fondo que separan por ejemplo a África de la India. Veamos pues ahora qué pretenderían conseguir de ellos las universidades católicas que les han acogido.

Los propósitos formativos de las Universidades Católicas

Es sobradamente sabido que la finalidad de las universidades católicas no es la conversión de su alumnado y que ellas, con respecto a éste y al profesorado, se atienen al ideal católico de la libertad religiosa. El cumplimiento de la finalidad eclesial de las universidades no se valora por tanto en función del número de conversiones al catolicismo que puedan darse entre alumnos y profesores.

Pero sí que aspiran las universidades de la Iglesia a una peculiaridad especial en su ejercicio de la función universitaria, tal como lo expresa largamente la Constitución Apostólica *“Ex Corde Ecclesiae”*, promulgada por Juan Pablo II. Primero, la peculiaridad de realizar su misión docente, de creación e irradiación de conocimientos, tomando a éstos no sólo en su indudable utilidad práctica, sino antes y sobre todo como *“verdades”* ennoblecedoras de las relaciones interhumanas y de las relaciones entre los hombres y el mundo. Y, segundo, el contribuir con ello a hacer un mundo más justo y más humano, a la luz de la fe cristiana y gracias al espíritu del Evangelio. Y es que, como lo argumenta la *“Ex Corde Ecclesiae”*, el enorme crecimiento económico e industrial a que contribuye la ciencia en el mundo de hoy impone ineludiblemente *“la necesaria búsqueda del significado, con el fin de garantizar que los nuevos descubrimientos sean usados para el auténtico bien de cada persona y del conjunto de la sociedad humana... Está en juego el significado de la*

investigación científica y de la tecnología, de la convivencia social, de la cultura; pero, más profundamente, en todo caso, porque está en juego el significado mismo del hombre»⁵.

Estos objetivos serían por tanto válidos por igual en todas las universidades católicas para la formación de todo su alumnado (católico o no católico), en todas las disciplinas por ellas impartidas, en todos los países y entornos culturales. Y la manera de posicionarse el alumnado ante ellos es lo que vamos a tomar como revelador, no tanto del funcionamiento de las universidades - que por supuesto esto lo dejan ver - sino de las maneras de ponerse ese alumnado ante los estudios, ante la sociedad y ante su propio futuro.

Los jóvenes y sus imágenes de futuro

A fin de conocer dichas imágenes, en el cuestionario se les pidió que señalaran, en una lista muy variada de proyectos susceptibles de realizarse a 15 años vista, los tres que más les gustaría realizar. Entonces sus respuestas nos devolvieron a un alumnado que piensa como absorbido en la corta distancia en que estrechamente convive con su familia, con sus amigos, con los estudios y usos universitarios. No más allá. Porque en la gran dispersión de sus elecciones los proyectos que más veces se eligieron por los estudiantes fueron “*graduarse y conseguir un buen trabajo*” (62,4%), “*fundar la propia familia*” (45,5%), “*ganar mucho dinero*” (30%), mientras que un 24,5% aspiraría a viajar para conocer distintas partes del mundo. Y de los proyectos altruistas por los que se les preguntó el señalado más veces fue el de implicarse en movimientos pro derechos humanos o similares (solamente un 4,8%), mientras que sólo el 2,6% señaló como coincidente con sus propósitos el proyecto de implicarse en algún grupo religioso para profundizar en la fe.

Vemos por lo demás que el ranking de las frecuencias con que se suscriben los proyectos no varía mucho entre zonas culturales, aunque en África se registra mayor tendencia a realizar proyectos altruistas, y en Europa y América del Norte la consecución de un buen trabajo es especialmente importante. Inesperadamente el logro de un buen sueldo es en la India donde más veces se menciona. ¿Por qué allí los sueldos son generalmente bajos?

Hace uno años se decía de los estudiantes universitarios que eran una generación pesimista. Hoy día, tratándose al menos de los universitarios de las universidades católicas, visto lo que en el futuro más les interesa, no podría seguramente decirse lo mismo. Pero no

⁵ “*Ex Corde Ecclesiae*”, n. 7 (JUAN PABLO II, 1980).

exactamente porque les preocupen menos las grandes cuestiones con que se enfrenta la humanidad actual, sino porque ellos al pensar en su futuro tienden a pensar menos en lo que a esas cuestiones atañe que en lo que les concierne *a corta distancia*: familia, profesión, amistades. Con esto se explicaría también que al valorar en una escala de 1 a 6 si están felices con su vida, si encuentran pleno sentido en ellas, si les parece que la tienen bajo su control, sus respuestas se concentren en la cercanía del valor 5.

LA ACTUAL GENERACIÓN JOVEN DE LAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS ANTE SUS ESTUDIOS, ANTE LO RELIGIOSO, ANTE LA SOCIEDAD

El modo de situarse este estilo de jóvenes ante sus estudios y centros

Entra en cuestión antes que nada lo que ellos nos dicen acerca de por qué han decidido estudiar lo que estudian y hacerlo en una universidad católica. Y a propósito de ello aparece en sus respuestas un primer rasgo muy general que afectará del todo a sus personalidades: la conciencia (¿o pretensión?) de autonomía. Están estudiando una carrera universitaria porque así lo han decidido ellos, han escogido la carrera que ellos han querido, se han matriculado en la universidad que prefirieron. Solamente en un 1,3% de los casos habrían sido sus padres los que decidieron que hicieran estudios universitarios, solamente en un 8,9% de los casos los padres quisieron decidir la carrera que sus hijos estudiarían y solamente en un 11,8% habrían decidido la universidad en que terminarían por ingresar. De modo que como un 90% de estos jóvenes piensa o cree que ha sido y es autónomo en la estructuración básica de su vida universitaria - y, por lo tanto, de su futuro.

Esto muestra su importancia si se tiene en cuenta que a la gran mayoría (a un 75%) le paga los estudios su familia, o todavía otras instituciones (a un 21,6%). Sólo el 3,4% se paga por tanto los estudios por sí mismo. Y así podría decirse que su autonomía es hasta cierto punto una especie de “*autonomía enclasadada*”, es decir, una autonomía vinculada a la clase social a que pertenecen. Con una expresión tosca podríamos decir que pudieron elegir sus universidades gracias a que sus familias son “ricas”. Y esto parece que se esconde detrás de otros aspectos de sus actitudes, hasta el punto de causarse en algunos países la impresión de que las universidades de la Iglesia son elitistas o incluso clasistas. Y así como ello atentaría frontalmente contra el espíritu de lo que la Iglesia pretende con sus universidades, así por otra parte no parece fácil evitar que los costos de las matrículas sean en ellas inasequibles para otra

clase de alumnos. Aunque no es banal preguntar si se hace lo posible o se debería hacer más para que las universidades de la Iglesia se libren en todas partes del elitismo del alumnado.

Volviendo pues sobre lo que a los alumnos les habría llevado a elegir estudios se presentó a éstos un listado de 15 razones muy variadas que podrían haberles llevado a decidir lo que estudiarían: unas razones de tipo económico-social (como ofrecer facilidades para encontrar trabajo y buenos sueldos), otras relacionadas con sus gustos y cualidades (como corresponderse con su preparación o aficiones), otras con propósitos idealistas (como ofrecer mejores posibilidades para trabajar por una sociedad más justa). Acerca de cada una de éstas razones para elegir carrera se les había pedido a los estudiantes que expresaran si alguna les había influido en su elección de estudios y cuánto les habían influido. Y como era de esperar fue la adaptación a sus gustos y cualidades personales lo que ellos, en un mayor tanto por ciento, indicaron que había decidido su elección (un 72,1%). Pero bajando al detalle aparecieron perspectivas interesantes acerca de cómo se situaban ante sus estudios en los distintos países.

Por ejemplo, más de un 25% de los jóvenes de África, América Central, América Norte (Canadá, EE.UU., México) y América Sur, dijeron que había influido decisivamente en su elección de carrera la expectativa de que sus estudios podrían valerles para trabajar por un mundo más justo. En cambio esta expectativa habría influido en menos de un 20% de los alumnos de Brasil, Europa Occidental, Europa Oriental, India, Asia Este, Asia Sudeste, Medio Oriente.

Vale la pena precisar un poco más esta distribución de opiniones. Porque aunque es dudoso que lo respondido a la encuesta refleje en este caso lo que de verdad motivó el proceder de los jóvenes, indica de todas maneras ciertamente lo que los estudiantes, en los diversos ambientes locales, creen conveniente decir sobre sus motivaciones al iniciar los estudios. Y la cosa se precisa observando que sólo un 16,2% del total se atreve a decir que fue decisivo para su elección de carrera el prever que ella le permitiría ganar mucho dinero (en América Central y Caribe un 23%), aunque llegan al 23,9% los que dicen haberla elegido por el prestigio social que va a conferirles y al 24,8% los que sencillamente piensan que les ofrece las mejores posibilidades para encontrar un puesto de trabajo. En amplios sectores de los estudiantes, por tanto, se expresan maneras de ponerse ante su elección de carrera *no* marcadas precisamente por la generosidad o la búsqueda de significados y valores.

Y en la misma línea estaría lo que se desprende del examen de las motivaciones que según dicen les habrían llevado a escoger precisamente una universidad católica para sus estudios. En concreto: que tuvieran prestigio académico, que dieran buena formación para el ejercicio profesional de las respectivas especialidades, que sus egresados estuvieran bien valorados en el mercado de trabajo, que en ellas reinara un buen ambiente para el estudio. Y lo que menos les habría importado era que pudieran ser especialmente interculturales, que tuvieran interesantes actividades extracurriculares, que sobresalieran por su cultivo de la investigación avanzada, que se esforzaran especialmente por la atención individual. O sea: querían y esperaban de las universidades en que se inscribían que les iniciaran bien en modos de trabajar socialmente aceptados y prestigiosos, pero no que ensancharan o alteraran innovativamente sus representaciones del mundo, del estudiar y del vivir. Y dos terceras partes parecerían tener muy claro eso que por su parte querían de las universidades que eligieron, al margen de lo que ellas mismas pretendieran. Porque alcanzaban a ser algo más de dos tercios los alumnos que *nunca* o *casi nunca* participaban en las actividades formativas especiales que las universidades organizaban para ellos - sean las relacionadas con la atención individual de los tutores y profesores, sean las envueltas en la pertenencia a grupos de estudio o investigación, sean por supuesto las en algún modo relacionadas con lo religioso. Además resultó que la mayoría no estudiaba demasiado ni se interesaba por el prestigio de la investigación realizada en su universidad. Pero sí preparaba los exámenes procurando responder en ellos a gusto de los profesores. Así que la mayoría de este alumnado lo que mostraba querer de su universidad, no sintiéndose impulsado a más, es que le aportara con las clases preparación para una actividad profesional obtenida en un centro acreditado. Es sintomático que sólo un 12,3% dijera estar en total desacuerdo con la siguiente frase un tanto brutal: *“De la universidad solo se espera conseguir una titulación para encontrar un buen trabajo”*.

Esta manera de ponerse los jóvenes de que tratamos ante sus estudios y centros no quiere de ninguna manera decir que sean en conjunto una generación universitariamente conflictiva. Al contrario: síntoma de ello es que algo más de un 80% está orgulloso de haber escogido para cursar sus estudios la universidad donde está, habiéndose decepcionado con ella solamente un 2,9 % (en Europa Occidental un 5,9%). La clase de propósitos y valores por los que la mayoría se moviliza explicaría esta manera de proceder: estar satisfechos con sus universidades, pero no implicarse en lo que sería más específico de ellas.

Lo religioso para esta generación

De pasada ya notamos anteriormente que un 39% de los alumnos encuestados dijeron no considerarse personalidades religiosos, con proporciones mayores en cuanto a ello para Europa Occidental y Asia Este. Y por afiliación a confesiones religiosas casi el 50% se dijeron católicos (49,6%), con pequeñas proporciones de otros cristianos, de judíos, musulmanes, budistas e hindúes.

Esto supuesto y profundizando en el tema se preguntó, a los que habían dicho profesar alguna religión, si de hecho la practicaban. Las cifras recogidas fueron altas, toda vez que, fuera de los de América del Sur y Asia Este, pasaban del 60 % en todos los territorios los que decían que siempre o casi siempre participaban en los cultos comunes de sus iglesias. Una bien alta cifra de práctica religiosa.

Pero el estudio quería llegar algo más allá que las clásicas estadísticas sobre práctica religiosa en la comprensión del mundo religioso de los jóvenes católicos de nuestras universidades. Por ello se les preguntó adicionalmente si frecuentaban las conductas que se indican a continuación. Las cifras de los que dijeron hacerlo se indican en la siguiente tabla:

Tabla 1: Prácticas religiosas de los estudiantes católicos

	Africa	Amer.. Central	Amer Norte	Amer Sur	Brasil	Europa Occid.	Europa Ori	Asia Sur	Asia Este	Asia S. E.	Medio Oriente
<i>N</i>	168	1426	283	2744	860	1052	305	581	29	435	299
Orar	90,5	82,5	73,5	79,7	80,1	57,4	75,8	95,4	58,6	91,5	88,7
Ir a Misa	86,3	59,7	51,6	48,4	50,2	46,4	73,8	94,1	41,4	82,9	80,3
Leer Biblia	57,2	24,5	16,9	16,3	21,7	13	22,3	70,9	34,5	30,8	49,9
Participar en Pastoral	55,3	9,5	10,9	7,8	9,5	8,4	13,4	51,8	31	38,8	28,8
Participar. en Actividades Solidarias	51,8	42,6	24,7	37,1	25	30,7	13,5	31	31	32	40,5
Participar en Parroquia	60,7	23,6	24	14,9	25,7	18,8	28,8	69	44,8	39,1	42,1

Fuente: Desarrollado por los autores

Vemos que fuera de África, la India y Asia Sudeste las cifras apuntan a una clase de religión más bien íntima e individualmente vivida. Incluso cuando se menciona la participación en acciones solidarias. La proporción de los que participan en la pastoral universitaria es residual. Vuelve a manifestarse que en cuanto a la configuración de espacios para la vitalidad de la fe - propósito institucional de las Universidades Católicas – los logros de éstas son más bien modestos.

Sin embargo es muy de notar que esos logros existen, como aparece si se relea la tabla anterior sobre las prácticas religiosas de los estudiantes católicos, mirándola sobre el trasfondo un tanto caótico de las creencias que dice tener el conjunto de los estudiantes de las mismas universidades. Lo reflejaría la siguiente tabla:

Tabla 2: En qué creen los alumnos de las universidades católicas

	África	América Central	América Norte	América Sur	Brasil	Europa Occidental	Europa Oriental	Asia Sur	Asia Este	Asia S. E.	Medio Oriente
<i>N</i>	269	2343	466	4129	1866	1979	412	1793	1260	1024	926
En Dios	98,9	93,4	88,4	89,4	88	59,5	88,6	88,3	59,6	87,1	93,7
En vida post-mortal	77,3	71,4	70,4	59,9	54,6	45	75,2	46,4	57,1	74,2	70,6
En el infierno	67,3	66,4	60,5	49,2	42,9	23,3	66,5	49,2	55,9	77,1	61,6
En el Pecado	85,9	84,1	85	76,2	64,5	44,6	83,5	75,6	37,7	92,1	71,9
En la re-encarnación	31,6	27,1	30	32,6	34,3	17,1	11,4	27,7	59,3	32,3	14,4

Fuente: Desarrollado por los autores

Los valores en este alumnado

El estudio que aquí se comenta no preguntó directamente a los jóvenes por sus valores, debido a la muy alta dependencia contextual de lo que sobre los valores tienden a

decir. Se les preguntó pues sobre sus valores indirectamente pidiéndoles primero que dijeran las tres cosas que en ese momento les parecían más importantes en sus vidas, y luego las características que deseaban para los trabajos que se les ofrecerían una vez egresados.

Pues bien: el cómputo de las respuestas que dieron a lo primero resultó sumamente sorprendente: un 94% eligió a la familia entre las tres cosas más importantes para sus vidas. Y luego, a gran distancia en la frecuencia de sus elecciones de lo más importante, un 44% nombró a los estudios y un 42,7% a los amigos. Las demás cosas por las que se les había preguntado si para ellos estarían entre las tres más importantes para sus vidas fueron por este orden, sus parejas, su futuro, la religión, el trabajo, las diversiones, sus propios países, la política. Y sus respuestas acerca de ellas se dispersaron hasta no poder considerarse ninguna como característica del conjunto de su colectivo. Con una excepción: la de *no* interesarse por la política (solo un 1,2% la eligió entre las 3 cosas que consideraban más importantes para sus vidas).

La muy alta proporción de los que eligieron a la familia entre las tres cosas más importantes para sus vidas resultaba más intrigante todavía si se tenía en cuenta que ello no significaba que se condujeran con mucha dependencia de ellas. Al contrario. Un análisis factorial de los muchos datos recogidos por el estudio acerca de las relaciones entre los estudiantes y sus padres indicó que la mayoría de los estudiantes eran muy autónomos o bastante autónomos con respecto a sus padres (81,6% de los varones y 74,3% de las mujeres). Entonces ¿qué significaba el hecho de que dieran tanta importancia a la familia?

Maslow que las necesidades más importantes a que en la vida somos sensibles no las vivimos todas al mismo tiempo y de la misma manera. Como en la época inicial de la vida son casi exclusivamente necesidades físicas las que sentimos (de alimentación, de protección, de cuidados...), llega en la adolescencia la necesidad de tener un ego propio y sacarlo a luz de cualquier manera. Pero sobrepasada la adolescencia y en la primera juventud no nos bastaría el atender a promocionar dentro de nosotros un ego de cualquier clase; necesitaríamos que nuestro ego tuviera en la sociedad un lugar propio, merecedor de reconocimiento, desde el cual y dentro del cual desarrollarnos hacia el futuro.

Las necesidades “clave” entonces, en la etapa universitaria que viven nuestros alumnos, generarían actitudes relacionadas de una manera u otra con sus necesidades internas de tener un sitio en el mundo. Y es importante observar que en el conjunto de los jóvenes de nuestras universidades, al revés que en la anterior generación juvenil y que en otros sectores

de la juventud actual, esas necesidades les llevan a relacionarse positivamente con sus familias (y con sus estudios) en tanto que anclaje, así como a rodearse de amigos no disonantes de esas sus preferencias.

A mirar desde esta perspectiva la cuestión de los valores familiares del alumnado de nuestras universidades nos lleva otra clase de indicios: los que se desprenden de lo que los estudiantes dijeron al opinar sobre sus amigos. Y es que al hacerlo dejan bastante claro que lo que les gusta en la familia no es la mentalidad que en ella se respira. Porque de esos sus amigos más de la mitad (56%) se identifican más con sus compañeros que con sus padres; el 64,8% preferiría vivir independientemente de éstos; un 50,2% piensa y sienten de forma distinta que ellos en la mayoría de las cuestiones... Pero esos sus amigos son precisamente los alumnos de las universidades cuyos valores nos importan.

Otra perspectiva para mirar los valores que inspiran a los estudiantes se nos ofrece cuando nos fijamos en las características que en el futuro, en una hipotética oferta de trabajo, considerarían imprescindibles para aceptarlo. Acerca pues de dichas características se les presentó un listado de 16 distintas, referidas a rasgos del trabajo que le hicieran conveniente o bien por motivos económicos (como tener un buen sueldo u ofrecer seguridad y estabilidad), o bien por corresponderse adecuadamente con su formación y aficiones, o bien que les diera oportunidad para realizar propósitos altruistas (como el ser socialmente útil). Y se les pidió que señalaran en ese listado las tres características que ellos considerarían más imprescindibles para inclinarse a aceptar un trabajo. Quería verse en qué medida considerarían imprescindible, en sus vidas profesionales, cada una de estas clases de valores.

Y sus respuestas no fueron nada sorprendentes: solamente un 10% del total de los estudiantes incluyó entre las tres características más imprescindibles de sus futuros trabajos el que éstos les ofrecieran buenas oportunidades para realizar propósitos altruistas. Y por lo demás resultaron equilibrarse aproximadamente las cifras de los que en el trabajo consideraban más imprescindibles las buenas condiciones socio-económicas - y las cifras de los que considerarían más imprescindible la adaptación de sus futuros trabajos a su formación, cualidades y gustos.

Y una nota adicional debe incluirse aquí sobre la manera de situarse estos estudiantes ante los valores éticos. ¿En qué medida participan del relativismo, que hace depender de las situaciones su fuerza obligante?

Pues resultó que como dos tercios en el conjunto de los encuestados participaban en las perspectivas relativistas. Especialmente en Asia Este, Brasil y Europa Occidental. Las cifras son coherentes con lo aparecido en el conjunto del estudio.

En conclusión: más allá de lo aportado por las respuestas de los estudiantes a la pregunta sobre lo que más pesaría en su vida (la familia, los amigos y los estudios, el desinterés por la política), la revisión de sus amistades y de su manera de mirar hacia futuros trabajos no nos ofrece indicios nuevos sobre la posible originalidad colectiva de sus sistemas de valores. Sin duda porque colectivamente, en cuanto a sus valores, no son estos estudiantes nada originales. Ni siquiera en su tendencia a relativizarlos. Asumirían sencillamente los de su ambiente y clase social.

Los jóvenes de las universidades católicas ante la sociedad de hoy

Más allá de la universidad, de la familia y de los escenarios cercanos de los puestos de trabajo los estudiantes no pueden menos de verse solicitados por otras instancias presentes en los medios de comunicación: sean las relativas a los géneros de vida que les promete el consumo, sean las que les sitúan ante desastres o logros de más amplios escenarios, sean las de la publicidad política que solicita su adhesión o les previenen frente a la actual marcha de la sociedad.

En los escenarios pues en que tratan de situarles todos esos mensajes ¿cómo ven los estudiantes el entorno amplio de sus vidas? ¿cómo se ven a sí mismos? ¿qué ideologías les atraen?

En cuanto a lo primero se les preguntó si les parecía, conforme a una opinión actualmente corriente, que hoy se vive mejor que nunca. Y es que se entendía que sus respuestas indicarían el nivel de optimismo generacional con que estaban accediendo a su mayoría de edad. Y aparecieron diferencias interesantes según los países, como se muestra en la siguiente tabla:

Tabla 3: Acuerdo con la opinión de que hoy en conjunto se vive mejor que antes (%)

Asia Este	73,0
Asia Sur	72,1
Brasil	64,7
Europa Oriental	61,9
Medio Oriente	58,2
Asia Sudeste	55,9
Europa Occidental	55,3
África	54,8
TODOS	52,8
América del Sur	40,5
América del Norte	40,3
América Central	34,8

Fuente: Desarrollado por los autores

Vemos que el optimismo ante el mundo de hoy predomina bastante en los países asiáticos, pero no es tan compartido en América – fuera de Brasil – ni en Europa o África. Y en medio de esta situación, a pesar de todo, algo más de un 63 % se siente satisfecho o muy satisfecho con su vida actual⁶. Y casi se equipara la proporción de aquellos que están seguros o bastante seguros de tener pleno control de sus vidas con la de aquellos que no tendrían una tal seguridad. La menor seguridad estaría entre los estudiantes de Brasil, Europa Occidental, India, Asia Este y Medio Oriente⁷.

Pero retornando a la manera de situarse los estudiantes en el mundo de hoy, se les planteó la gran cuestión ideológica de si les parecía que era el estado, o más bien la iniciativa personal de los sujetos, quien en primer lugar debería asumir la responsabilidad de satisfacer las necesidades de éstos. Y fue un acierto del cuestionario que se pidiera a los estudiantes encuestados, para dejar espacio a matices, que expresaran sus opiniones puntuando en una

⁶ Entre los católicos el 70,1 %, entre creyentes de otras adscripciones religiosas el 59,8 %, entre no creyentes el 53,8 %.

⁷ En esto apenas hay diferencias entre creyentes y no creyentes.

escala de 1 a 7 el grado de responsabilidad del estado que les parecía conveniente. Porque así apareció con toda claridad que este alumnado, aunque mayoritariamente muy contrario al intervencionismo del estado, tampoco propiciaba una sociedad en que los individuos pudieran quedar completamente abandonados a su suerte. Y es que el valor medio de responsabilidad que se atribuyó al estado en la satisfacción de las necesidades de sus súbditos fue de 2,7 en una escala de 1 a 7, situándose sólo por encima de esta cifra las respuestas en Europa Oriental, Brasil y Medio Oriente – así como entre los alumnos de ciencias sociales de todas las zonas. Los que menos intervención del estado preferirían serían, cómo no, los norteamericanos. Pero junto a ellos, sorprendentemente muy cerca, los africanos. Unas respuestas, por lo demás, muy coincidentes con la preferencia masiva de todo el alumnado por la democracia⁸ y por el centrismo que suelen atribuirse a su clase social, reservado por lo demás frente a las tensiones constantes generadas por un individualismo descontroladamente competitivo.

En la misma línea de moderación se agrupan sus actitudes ante las grandes cuestiones que para la sociedad de hoy plantean los procesos de globalización. En cuanto a éstos la distribución de las opiniones resultó ser la siguiente:

Tabla 4: Acuerdo con la opinión de que la globalización es una oportunidad para el desarrollo de todos los países (%)

Asia Sudeste	93,3
Asia Este	90,8
Asia Sur	90,0
América Central	84,1
TODOS	82,0
África	81,3
América del Sur	80,2
Medio Oriente	79,7
América del Norte	79,0
Brasil	76,4
Europa Occidental	75,9
Europa Oriental	65,3

Fuente: Desarrollado por los autores

⁸ 85 % según respuestas a la pregunta sobre ello en el cuestionario.

Coherentemente con lo antes aparecido sobre el nivel de seguridad-inseguridad con que se sitúan los estudiantes en sus sociedades, son de nuevo los asiáticos los que más optimistas se muestran - y los llamados “occidentales” los que dejan entrever mayores reservas. En unos casos por el riesgo de que las iniciativas de las grandes corporaciones, en la dinámica de la globalización, ahoguen posibles iniciativas más personalizadas. En otros casos por los intentos de controlar sus mercados de trabajo a que recurren los estados para ordenar sus economías globalizadas. Aunque respecto de ello sea conveniente aquí recordar el poco interés por lo político mostrado por los estudiantes, el cual seguramente les lleva a expresar estas opiniones de oídas y sin suficiente análisis de la problemática a que se refieren.

Tabla 5: Acuerdo con la opinión de que la globalización abre el mundo a grandes firmas y lo cierra a las personas (%)

Asia Sudeste	73,8
Asia Este	72,8
Medio Oriente	69,5
América del Sur	69,3
Asia Sur	68,3
América del Norte	66,5
TODOS	66
Europa Oriental	65,5
Africa	60,5
Brasil	57,8
Europa Occidental	46,8

Fuente: Desarrollado por los autores

Y de todas maneras, la marcha de la política día a día

Más arriba se ha hecho referencia al poco interés por lo político que apareció en estos estudiantes cuando se les preguntó por las cuestiones que tenían más peso en su vida. Y reafirman esa su actitud cuando resulta que son muy pocos entre ellos los que participan en grupos políticos, que entre sus amigos son muy pocos los que se interesan por la política y

que entre sus planes a 15 años no está el implicarse en política. ¿Qué piensan pues de lo que actualmente suele llamarse la vida política?

Ante todo, a pesar de que la democracia les parece, según hemos visto, la mejor forma de gobierno, de todas maneras un 82,7% está totalmente o muy de acuerdo con que hoy día las democracias no representan los intereses de toda la población de sus respectivos países, llegando al 89,7% los que piensan que hoy existe gran distancia entre los intereses de los políticos y los del común de los ciudadanos. Incluso un 89,4 % está del todo o muy de acuerdo con que hoy día la corrupción de los políticos es un gran problema - aunque la proporción sea algo menor en Europa, América Norte y Asia Este.

Todas estas cifras dan no poco que pensar. Por una parte le parecería a este alumnado que las cuestiones del ámbito político no se abordan convenientemente en sus respectivos países; más aún, que la gestión de los asuntos públicos ofrece a su alrededor un espectáculo vergonzoso. Y sin embargo mayoritariamente se mantienen a distancia de dicho espectáculo, pensando en dar forma a sus vidas en función de su actual entorno universitario y de sus futuros entornos profesionales; en función también del status y los mundos habitados por sus familias. Sin mostrar que les preocupe seriamente lo que está más allá de esos entornos.

¿Son distintos los estudiantes brasileños?

A lo largo de las reflexiones anteriores ya nos hemos fijado algunas veces especialmente en los alumnos brasileños. Volvemos ahora sobre ello.

Si nos fijamos ante todo en su integración en las universidades católicas, es significativo que están en ellas algo menos satisfechos que el conjunto del alumnado de éstas. Pero en cambio son más los que dicen dar más tiempo al estudio personal y a la participación en las actividades para ellos organizadas en sus respectivos centros. Y en conjunto pues resulta que, aunque ellos están menos contentos con sus universidades, de todas formas encuentran en ellas perspectivas para reorientar sus imágenes de vida.

En cuanto a sus actitudes éticas ya mencionamos antes que el conjunto de estos universitarios tiende a un cierto relativismo y que esto estaría más marcado entre los brasileños. Como también estaría más marcado el reforzar la condena de las infracciones que se subrayan como importantes por los medios de comunicación, al igual que ocurre en Europa

Occidental. Un ejemplo de ello es que casi un 80% de los estudiantes brasileños no admitirá nunca defraudar en el pago de impuestos.

Pero sobre todo hay 3 pequeños detalles en que los estudiantes brasileños se hacen notar: tienen más baja autoestima que el conjunto de la muestra (sólo está satisfecho consigo el 21,5%, frente al 29,3% de la muestra total); luego son el 40,4% los que encuentran pleno sentido el proponerse como meta querer ganar dinero (muestra total el 31,9) y – al contrario, no son sino un 31,3% los que encuentran sentido en asumir como meta el ayudar a los desfavorecidos (muestra total el 36,1 %).

REFERENCIAS

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE LAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS (FIUC). Estatutos de la Federación Internacional de las universidades católicas. Art. 2. Roma, 1951 [2015]. Disponible: <http://fiuc.org/es/docs/about_ifcu/ifcu_statutes>.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE LAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS (FIUC). Centro Coordinador de la Investigación. “Las culturas de los jóvenes en las universidades católicas”. (publicado en inglés con el título “Youth Cultures in Catholic Universities” y en francés con el título “Les Cultures des Jeunes dans les Universités Catholiques”). 2014.

Disponible:

http://fiuc.org/es/ccr/research/world_survey_on_youth_cultures/world_survey_on_youth_cultures.

JUAN PABLO II. “*Ex Corde Ecclesiae*”: Constitución Apostólica del Sumo Pontífice Juan Pablo II sobre las Universidades Católicas. 1980, n. 7. Disponible:

http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/en/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15081990_ex-corde-ecclesiae.html.

Abstract

From 2012 to 2014 the International Federation of Catholic Universities (IFCU) carried out a large scale survey of its students around the world and of the cultural elements which guide and give meaning to what they do and the way they act in their respective universities. With a sample of more than 16.000 students, it appeared that a large majority belongs to the middle or upper middle class, around 50% are catholic, the universities they attend are self-chosen and they know that these are Catholic and conform to the teachings of the Catholic Church. However they have not chosen them for this reason. They have chosen them rather for their academic prestige and their good reputation in the labor market. A general bias in the inclinations of the young people who have chosen these universities can be seen in this: that of focusing in what interests them in the short run. That is: “graduate and get a good job”, “have their own family”, “earn a lot of money”. Instead they scarcely show interest in altruistic projects, in major political issues, in involving themselves in a religious group to

deepen their faith. This will mark the manner in which they position themselves with regard to their university centers, to religion, to society. What the study found in respect of Brazilian students is not very different. At any rate, a larger number of those who aspire to make a profit out of their university curriculum and a smaller number of those inclined to altruistic ends.

Keywords: Juventud universitaria. Cultura. Universidades Católicas.

REVISANDO O MARCO TEÓRICO REALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: REVISITANDO MAQUIAVEL E SUAS TESES

Reviewing the Realist Contemporary International Relations Theoretical Tradition: revisiting Machiavelli and his Thesis

Thales Castro*

Resumo

O presente artigo constituiu síntese da apresentação formal de nossa palestra, em inglês, na Conferência Internacional de Ciências Sociais da FIUC/UNICAP, realizada em março de 2016 no Auditório G1 da Universidade Católica de Pernambuco. Tem como foco a contribuição do *ethos* teórico realista com Maquiavel no transcurso de celebração de quinhentos anos de publicação de sua *magnum opus*, *O Príncipe*. Obra maiúscula e de referência atemporal, *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel é divisora de águas no campo da influência política internacional e rompe com a herança medieva de intermediação eclesiástica nos assuntos humanos. Seus impactos são profundos e recorrentes e alguns de seus principais temas foram aqui considerados e analisados.

Palavras-chave: Paradigma realista. Maquiavel. Teoria política estatocêntrica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SOBRE A TEORIA REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revisitar algumas das principais teses realistas de Maquiavel representa um desafio. Obra maiúscula e de referência atemporal, *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel é divisora de águas e é considerada como marco inicial do realismo político, como marco teórico e como práxis humana. Rompendo com a herança medieva de intermediação eclesiástica nos assuntos humanos, o realismo político tem seu marco no livro *O Príncipe*. Mais: tem seu fundamento epistêmico maior nesta obra-base da ciência política e das Relações Internacionais que, recentemente, celebra seus quinhentos anos. Rompendo com a tradição religiosa medieval, sua cientificidade do *ethos* político começa a ser construída a partir de Maquiavel.¹ Assim, este livro é ponto de partida para nossas reflexões neste artigo, que tem por fundamento a

* Doutor em Ciência Política pela UFPE. Assessor de Relações Internacionais da Reitoria da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco. Cônsul AH da República de Malta em Recife. Presidente da Sociedade Consular de Pernambuco (SCP). Coordenador do Curso de Relações Internacionais da FADIC (Faculdade Damas), em Recife. E-mail: tccastro@hotmail.com

¹ Seria injusto não citar importantes teóricos pós-Maquiavel deste período como Jean Bodin e Thomas Hobbes, entre outros, de influência no entendimento das engrenagens da política e da formação do Estado e da natureza amoral do poder como mecanismo de interação social.

ponte que pode ser construída pelas contribuições de Maquiavel para as Relações Internacionais, salientando sua atualidade bastante pontiaguda.

O realismo clássico inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos. A segurança é bem público imaterial de relevante valor. Mais: é um patrimônio necessário à humanidade que remonta a antigos anseios das coletividades pré-estatais (pré-westphalianas). Em Hobbes, essa percepção é bastante clara tanto em sua obra *Leviatã*, quando de seus escritos em *De Cive*. Ainda com base em Hobbes, o realismo clássico, em razão da necessidade de sobrevivência e da autoajuda dos Estados, vai-se fundamentar no primado do egoísmo ético – em oposição ao altruísmo ético da escola liberal (vide próximo item).

A narrativa histórica e a narrativa científica dos conceitos acabam, repetidas vezes, por revelar que as teorias são construídas a partir de determinadas lógicas de poder em processos complexos de manuseio dos conscientes (e inconscientes) coletivos. Cada teoria criada e verificada em Relações Internacionais advém de vários campos do saber humano e adiciona ao amplo capital intelectual formando o arcabouço teórico (epistemologia) das Relações Internacionais, com suas respectivas falhas e virtudes. O campo de batalha pela luta e manutenção do poder ideológico acaba também por invadir as arenas teórico-científicas em várias áreas, em particular, nas Relações Internacionais (CASTRO, 2012, p. 313-320).

Os fundadores do realismo clássico podem ser posicionados em um hexágono: três grandes fundadores no mundo antigo (mundo oriental e greco-romano) e três grandes teóricos no mundo europeu pós-renascimento: Sun Tzu, Tucídides, Tito Lívio e Maquiavel, Hobbes e Richelieu, respectivamente.²

Pressupondo previsibilidade e estabilidade, a segurança – produto da força imposta e do simbolismo do poder – se torna cada vez mais preciosa em um cenário internacional marcado pela entropia relativa em razão também da busca pelos interesses individuais dos Estados. De fato, quando esses interesses estatais se contradizem e entram em choque com outros interesses estatais ou ainda com os macrointeresses do sistema internacional ao ponto

² Para substanciar a síntese do pensamento do realismo clássico, foi escolhido um de seus principais representantes: o Cardeal Richelieu. Observemos suas palavras contidas em seu *Testamento Político* como ferramenta esclarecedora: “Quem detém o poder geralmente detém o direito nos assuntos do Estado, e quem é fraco terá dificuldade para fugir da culpabilidade na opinião da maioria das pessoas”

de insustentabilidade, então a tão desejada harmonia, fundada na segurança, torna-se cada vez mais escassa. O ponto de ruptura da paz se torna então, cada vez mais, possível quando essas assimetrias se contrapõem em um estado latente de instabilidade.³

Como tese (dado primário) principal, o realismo advoga que o cenário internacional não é isonômico.⁴ O cenário internacional, além de calcado na incerteza, é estruturado em assimetria de informações por causa da natureza desnivelada do relacionamento entre os Estados e demais atores não estatais.⁵ O cenário internacional é amoldado pelo poder, pela força, pelo interesse. Esse último representa um debate, muitas vezes tenso, entre interesse nacional, interesse coletivo e interesse hegemônico no sistema internacional.

O cenário internacional é calcado na desigualdade inerente aos Estados e se retroalimenta de contradições. Espelha as desigualdades profundas dos Estados com seus níveis de desenvolvimento socioeconômicos, peso político, aspectos geodemográficos e, sobretudo, capacidade bélica. A corrente alicerça-se na existência de anarquia, e os interesses individuais dos atores políticos dão forma, funcionamento e coesão ao sistema político. Existem, além disso, a desigualdade e a conseqüente busca pelo militarismo, pela geoestratégia de defesa e manobra e pela lógica da conquista como eixos fundamentais, tanto sob o ponto de vista explicativo, como descritivo, prescritivo e de previsão.⁶

Uma das principais teses do realismo clássico é, em suma, que as relações humanas e, em última instância, as Relações Internacionais são centradas no poder, tendo a lógica da dominação como seu combustível. Em Hobbes, tal percepção reforça o sentido de “dilemas de segurança”, que é uma situação pela qual um determinado padrão de desenvolvimento da segurança interna, por meio de investimentos em defesa nacional, pode gerar, com os países vizinhos, situações até mesmo de aumento da insegurança. Em Hobbes, a vida no estado de natureza é solitária, pobre, detestável, bruta e curta. Para evitar tal situação de intolerabilidade de vida, o estado civil vai surgir para salvaguardar a ordem pública, a paz e a segurança dos cidadãos na relação com o Leviatã que imporá a força e o direito para tal finalidade.

³ Há dois momentos essenciais ao se estudar o realismo clássico como categoria inicial sob o primado da segurança internacional nas relações internacionais contemporâneas: a eclosão da guerra e seu *terminus ad quem* (Dinstein) que são pontos fulcrais na interação entre os Estados soberanos atualmente.

⁴ Como dado secundário (antítese), temos os padrões de dissuasão-normas-valores que operam um contraponto à lógica bruta dos capitais de força-poder-interesse. O resultado final do confronto (dialética) de ideias é o comportamento sintético normativamente equilibrado na esfera internacional.

⁵ Diferentemente dos sujeitos da ordem jurídica internacional, os atores da política internacional possuem uma maior amplitude de definição, de papel e de interação.

⁶ Teórico do realismo norte-americano contemporâneo de Morgenthau, Kennen vai influenciar na contenção do comunismo “*containment*” do processo de formação da política externa (KENNEN, 1951, p. 45-51).

Os conteúdos de moralidade e ética são de cunho abstrato para o tomador de decisão do Estado bem como podem assumir caráter de flexibilidade quando aplicados em casos concretos. Adicionamos a tal percepção clássica a noção já amplamente difundida aqui de que o poder está atrelado e deve ser interpretado de maneira holística e integral, atrelando-a ao interesse e à força dos Estados por meio de um complexo jogo multidimensional. A hegemonia e a hierarquização dos Estados são outras teses fundamentais atreladas a tais lógicas, e prepondera a lógica já citada no início do capítulo do simbolismo de conquista, dominação hierarquizante e vitória sobre os demais.

O Estado nacional é um produto de forças históricas e tem em seus *policymakers* sua principal fonte de análise das ações. Ademais, o Estado nacional atua, racional e utilitariamente, como ente autônomo, possuindo seus próprios interesses dentro de um sistema de Estados soberanos direcionado por uma agenda externa ora conflitante, ora em sintonia e harmonização conveniente. Tanto os elementos tangíveis e intangíveis de poder e de influência também dependem diretamente ao projeto nacional de longo prazo: a vontade nacional, a habilidade diplomática, o suporte popular ao governo (legitimidade). Quando um Estado cria eventos bem articulados, elabora regras de comportamento no âmbito internacional, muda o interesse nacional de outros países e influencia seus valores, pode-se dizer esse país exerce habilmente seu poder.⁷

Paradigmaticamente, os teóricos realistas clássicos defendem que o cenário internacional vive um estado latente de anarquia relativa, não no sentido de ausência de estruturas e regras ou caos completo, mas na falta de um governo central, supranacional, capaz de correlacionar, eficazmente, as normas e instituições internacionais (DONNELLY, 2006, p. 29-31). Os Estados soberanos, por exemplo, podem aplicar os instrumentos legais público-estatais que lhes convêm, estabelecendo relações com seus sistemas jurídicos internos. A ausência, contudo, de um efetivo e pleno arcabouço de governo superior aos Estados, com autoridade central para aplicar as normas de conduta e torná-las eficaz, faz perdurar a anarquia entrópica externa relativa da política internacional.

A corrente alicerça-se, portanto, na existência de anarquia, nos dilemas de segurança e no sistema de autoajuda dos Estados. Ademais, os interesses individuais dos atores políticos dão forma, funcionamento e coesão ao sistema político centrado em interesses. Existem, além

⁷ Wight afirma, categoricamente, no Capítulo XIV de sua obra: “É da natureza das potências se expandirem. As energias de seus membros se irradiam cultural, econômica e politicamente e, ao menos que hajam fortes obstáculos, essas tendências se refletirão no crescimento territorial” (WIGHT, 2002, p. 141).

disso, a desigualdade e a conseqüente busca pelo militarismo e a geoestratégia de defesa e manobra e a lógica da conquista como eixos centrais. Também chamado de *machtpolitik* – ou política da força – o realismo adota tal expressão em alemão em referência *inter alia* ao Chanceler de Ferro, Otto von Bismarck, em sua prática ultrarrealista ao longo da segunda metade do século XIX de manipulação e uso da força política e bélica para atingir seus objetivos finalísticos durante e após a unificação da Alemanha em 1871.

Acerca do conceito de anarquia aplicado no cenário internacional, Maquiavel (1996, p. 108) tem a seguinte reflexão:⁸

Nas ações de todos os homens, sobretudo dos príncipes, quando não há tribunal ao qual recorrer, deve-se considerar o resultado. Assim, um príncipe deve conquistar e manter um Estado. Os meios serão sempre considerados honrados e por todos louvados. Porque o vulgo atenta sempre às aparências e ao resultado e no mundo só existe o vulgo (Grifo meu).

Logo adiante, iremos aprofundar tais reflexões, mostrando trechos específicos da *magnum opus* de Maquiavel com vistas a sua articulação epistêmica no contexto de sua profunda atualidade.

SETE TESES NORTEADORAS: A ATUALIDADE DE MAQUIAVEL NO REALISMO COMO PARADIGMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Podemos sintetizar sete principais teses norteadoras do realismo clássico assim expostas: a natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados; a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança; o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, a custos crescentes, de capitais de força-poder-interesse (K_{FPI}) disponíveis; a relativamente baixa controlabilidade internacional (entropia relativa) força os atores estatais a tomarem posturas de priorização de suas respectivas agendas; o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo a si o acesso à extensa gama de ações, de

⁸ Poder-se-ia fazer uma analogia da frase usada por Maquiavel da ausência de um tribunal ao qual não se tem como recorrer à ausência de estruturas de governo mundial plenamente eficaz com base na legitimação jurídica.

prioridades autojustificadas e de prerrogativas exclusivas; e , por fim, os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica de K_{FPI} , ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial.

Diante dessas observações, convém tecer alguns comparativos e explicitações ilustrativas, tendo como base o texto de Maquiavel do *Príncipe*. Seguem, portanto, logo abaixo as respectivas teses e trechos *in litteris* do texto do autor realista clássico.⁹

Primeira tese: a natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados:

Qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.

Não é essencial que possua todas as boas qualidades, mas é fundamental que aparente possuí-las.

É bom ser e parecer piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, mas é preciso ter a capacidade de se converter aos atributos opostos em caso de necessidade.

O que usa de má vontade o que é seu, enquanto avaro significa entre nós quem deseja possuir, pela rapina; um é considerado generoso, o outro ávido; um cruel, o outro misericordioso; um, perjuro, o outro fiel...

O governante deve agir sempre com equilíbrio, ter cuidado com o que acredita e com o que faz. Não pode ter medo da própria sombra, enxergar conspiração por todos os lados, tornando-se intolerável pela desconfiança, nem tornar-se imprudente pelo excesso de confiança.

Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha.

Um príncipe deve saber usar as duas naturezas, e qualquer uma delas sem a outra não é duradoura. Sendo obrigado a saber agir como um animal, deve o príncipe valer-se das qualidades da raposa e do leão, pois o leão sabe se defender das armadilhas, e a raposa não consegue defender-se dos lobos. É preciso portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para afugentar os lobos. Um príncipe prudente não deverá agir com boa-fé quando, para fazê-lo, precise agir contra seus interesses, e quando os motivos que o levaram a empenhar a palavra deixarem de existir.

Segunda tese: a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança:

⁹ Todos os trechos retirados *in litteris* tiveram a mesma fonte com a mesma obra já citada: (MAQUIAVEL, 1996, p. 56 *inter alia*).

Deve, portanto, o príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua, coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda.

As guerras não podem ser evitadas e, quando adiadas, só trazem benefícios para o inimigo. [...] Nas repúblicas, por outro lado, há mais firmeza, brio, maior ódio e desejo de vingança; não poderão abandonar a memória de sua antiga liberdade. Assim, o meio mais seguro de dominá-las será devastá-las ou nelas habitar.

Terceira tese: o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos:

Ao tomar um Estado, o conquistador deve definir todas as crueldades que necessitará cometer, e praticá-las de uma só vez evitando ter de repeti-las a cada dia; assim tranquilizará o povo, ao não renovar as crueldades, seduzindo-o depois com benefício.

Que ao governar suas decisões sejam irrevogáveis e que sustente de tal forma que a ninguém ocorra enganá-lo ou demovê-lo.

É muito difícil conspirar contra quem tem grande reputação, não será fácil atacá-lo, desde que seja considerado um príncipe capaz, estimado pelos súditos.

Os príncipes precisam se acautelar contra duas coisas: uma interna (seus súditos); a outra externa (as potências estrangeiras).

Um dos remédios mais poderosos contra as conspirações é não ser odiado pela massa popular; o conspirador acredita sempre que a morte do soberano satisfará o povo.

Ser ou parecer é a qualidade de um príncipe. É muito mais seguro ser temido, se for necessário optar.

Quarta tese: o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, a custos crescentes, de capitais de força-poder-interesse (K_{FPI}) disponíveis:

Os príncipes nunca devem permitir, portanto, que seus pensamentos se afastem dos exercícios bélicos; exercícios que devem praticar na paz mais ainda que na guerra, de duas formas; pela ação física e pelo estado”

Os príncipes que se interessam mais pelas coisas amenas de que pelas armas, perdem seus domínios.

Quinta tese: a relativamente baixa controlabilidade internacional (entropia relativa) força os atores estatais a tomarem posturas de priorização de suas respectivas agendas:

Depois de conquistados uma 2ª vez, os territórios rebeldes não voltam a ser perdidos com a mesma facilidade. A própria rebelião faz com que o

monarca se sinta mais inclinado a fortalecer sua posição – punindo os rebeldes, desmascarando os suspeitos, revigorando seus pontos fracos.

Será preciso que o príncipe lute contra a ambição de alguns poucos, que poderão ser controlados facilmente de muitas formas.

Sexta tese: o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo-o o acesso a extensa gama de ações, de prioridades autojustificadas e de prerrogativas exclusivas:

Todos os Estados que já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, quando por muitos anos os governantes pertencem à mesma linhagem, ou foram fundados recentemente.

Sétima e última tese: os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica de K_{FPI} , ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial.

Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos quanto dos velhos e dos mistos, são as boas leis e as boas armas. Como não se pode ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis.

Devemos, pois, saber que existem 2 gêneros de combate: um com as leis e outro com a força; é pela força ou pela astúcia.

O poder se encontra de fato onde está a decisão.

Apesar da veracidade e relevância dos aspectos observados pela ótica do realismo clássico em Maquiavel, na lógica do poder assimétrico entre as nações, é importante frisar que os Estados soberanos estão, usualmente, interagindo pelas regras e instituições impostas no contexto mais amplo da respectiva ordem mundial vigente. Essas regras possuem institucionalidades que perpassam os interesses nacionais e condicionam a ideia de anarquia e entropia no sistema internacional, de acordo com a ótica realista (TAYLOR, 1946, p. 41-44).

Tendo como base as sete teses norteadoras já apresentadas acima, o realismo representa, portanto, a desigualdade nata dos Estados vivendo em um sistema internacional, referenciada pelo estado de natureza hobbesiano, cujo imperativo hegemônico, sob a égide da escolha estratégica dos atores, condiciona o sistema externo de acordo com os valores, ímpeto político e militar ao restante dos Estados.

Hannah Arendt traz algumas reflexões pontuais sobre a concepção de estado de natureza e como interage nas estruturas do pensamento realista:

À medida que a violência desempenha um papel predominante nas guerras e revoluções, ambas se dão fora da esfera política em termos estritos, a despeito de seu imenso papel na história documentada. [...] A noção de um

estado de natureza se refere quando menos a uma realidade que não é abrangida pela ideia oitocentista de desenvolvimento, como quer que a formulemos – seja como causa ou efeito, ou potencialidade e atualidade, ou um movimento dialético, ou mesmo como um simples encadeamento de fatos (ARENDDT, 2011, p. 45).

CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS

O Estado é o principal componente do amplo fenômeno personificado da interação internacional. Como peça-chave na relação sujeito-objeto, o Estado tem centralidade e prerrogativas unívocas que o distinguem, de forma pontual, de outros atores internacionais, diante do pensamento realista maquiavélico.¹⁰ Não se pode conceber o estudo do Estado (estatologia) sem sua relação direta com o poder (cratologia), no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas. Na verdade, Estado e poder se confundem em sua lógica própria e intrínseca de cientificidade da política internacional. O Estado é meio e fim; o Estado é agente e paciente dos objetos complexos da vida externa e interna.¹¹

O Estado nacional é criação relativamente recente no amplo dínamo histórico da humanidade. O Estado foi forjado na violência e, como tal, representa *a priori* a lógica de manifestação e materialização das forças sociais de profundo e longo alcance (MORAES, 1997, p. 159-165). O Estado nacional é o ente principal e norteador em termos de estática e dinâmica das Relações Internacionais e é produto de um largo momento de transição do medievalismo para o renascimento humanista dos séculos XVI e XVII. Teve como marco a secularização das relações políticas internacionais a partir de Westphalia (1648), cujo jogo de poder revelava o aprofundamento do fosso entre o poder temporal e o poder espiritual após a Guerra dos Trinta Anos, formando o conceito do Estado soberano e estruturado em dinâmicas internas de formação nacional. A questão religiosa, no esteio das forças políticas dos Habsburgos, da malha de rivalidades dinásticas e das questões territoriais e econômico-comerciais subjacentes, tem papel importante na análise causal histórica, cujo produto final será a criação da entidade estatal (estatocentrismo). A externalidade (positiva) das grandes

¹⁰ O *Leviatã* hobbesiano ou o *Stato* no texto de Maquiavel pode se enquadrar tanto como sujeito ou como objeto de fenomenologia do saber internacional. Essa simultaneidade permite análise diversa e mutante sobre seus fundamentos, papel e dilemas na esfera externa.

¹¹ Iniciando com o argumento triplo acerca da origem, da constitutividade e da operacionalidade político-estatal, o presente artigo, ademais, traz refutações sobre como os fundamentos iniciais do *Leviatã* hobbesiano teve sua constitutividade alterada ao longo dos séculos. Dessa forma, a esteira lógico-dedutiva dos argumentos apresentadas se funde nas teorias mais recentes sobre a formalidade (primeira geração) e a substancialidade (segunda geração) sobre o Estado moderno. O Estado contemporâneo é, portanto, sujeito e objeto do fenômeno complexo das Relações Internacionais, de acordo com Castro (2012).

guerras religiosas desta época foi, portanto, a criação da primazia da estatalidade e da personalidade jurídica no âmbito interno e externo como fruto de largo processo social, político, histórico e cultural.

Como já mencionado, o primeiro uso do termo (“*stato*”) na literatura específica ocidental encontra-se em Maquiavel que generalizou sua qualificação na forma de diversas potestades civis e eclesiásticas: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens são Estados e são ou repúblicas ou principados.”¹² O Estado representa rótulo concedido, de acordo com uma tradição jurídica ocidental que, posteriormente, foi-se exportando ao globo, a um conjunto específico de entidades política e juridicamente organizadas, com o reconhecimento anterior por outros Estados com seus pressupostos formais e materiais que aqui são entendidos como elementos constitutivos.

Dessa forma, podemos concluir que a atualidade modernizante de Maquiavel, especialmente, com trechos pontuais de sua grande obra trazem reflexos necessários para uma visão política isenta de paixões e sem idealismo romântico. Que Maquiavel seja lido e relido – não no sentido pedagógico de ilustração da necessidade de condutas normativas, mas no sentido de, sabendo como operam as lógicas de poder, podemos estar preparados para os horizontes adiante.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG/Itamaraty, 2012.
- DONNELLY, Jack. Realism. In: JAHN, Beate (Org.). **Classical Theory in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GRIFFITHS, Martin (Org.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2007.
- _____. **Realism, idealism and international politics: a reinterpretation**. Nova Iorque: Routledge, 1992.
- KAUFMANN, Walter. **Hegel: texts and commentary**. 3. ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1986.
- KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KENNEDY, Paul. **Preparando-se para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

¹² Esta é a primeira alusão ao termo “Estado” no seu texto, embora, em diversas outras passagens, Maquiavel torne a usá-lo de forma instrumental (MAQUIAVEL, 1996, p. 13).

- KENNEN, George. **American Diplomacy**. Chicago: Mentor Books, 1951.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MORAES, Emanuel de. **A origem e as transformações do Estado**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- TAYLOR, Michael. **Anarchy and Cooperation**. Nova Iorque: Wiley, 1976.
- WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Editora da UnB; IPRI; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

Abstract

This article is summary of the formal presentation of our lecture in English at the International Social Science of IFCU / UNICAP Conference held in March 2016 in Hall G1 at the Catholic University of Pernambuco. It focuses on the contribution of the realistic theoretical ethos with Machiavelli in celebration course of five hundred years of publication of his *magnum opus*, *The Prince*. Considered a seminal and timeless reference, Niccolo Machiavelli's *The Prince* is dividing waters in the field of international political influence and breaks with the Medieval heritage of ecclesiastical mediation in human affairs. Their impacts are profound and recurring and some of his main themes were considered here and analyzed herein.

Keywords: Realistic Paradigm. Machiavelli. State-centered political theory.

A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Extension in the University Community: the experience of the Catholic University of Pernambuco

Odalisca Moraes*
Valdenice Raimundo**

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar as ações extensionistas da Universidade Católica de Pernambuco, reconhecida como uma universidade comunitária. Para isso, fará uma breve exposição do surgimento das universidades comunitárias no Brasil e historicizará, de maneira sintética, a extensão. Essa construção nos conduzirá a entender a importância das ações extensionistas sem perder de vista sua relação com ensino e a pesquisa.

Palavras-chave: Extensão. Ensino Superior. Educação.

INTRODUÇÃO

As discussões e debates acerca das ações extensionistas no cenário brasileiro têm-se mostrado necessárias. Não existe concordância acerca do papel que esta cumpre na relação universidade com a sociedade, mesmo aparecendo na tríade ensino, pesquisa e extensão, que constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira. Isso é ressaltado pela Constituição Brasileira de 1988, na qual está disposto, no seu artigo 207, que as entidades de ensino superior devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Este texto dedica-se a refletir sobre as ações extensionistas desenvolvidas por uma universidade comunitária que entende que sem a extensão torna-se insustentável o “*seu exercício público de autonomia universitária*” (VANNUCCHI, 2013, p. 10). Nesse contexto, a extensão ganha um espaço importante na sua relação com o ensino e a pesquisa.

Esta reflexão está dividida em quatro momentos nos quais apresentaremos, de maneira sintética, o surgimento das universidades comunitárias, da extensão, a relação necessária entre ensino pesquisa e extensão e, por fim, exporemos as ações extensionistas desenvolvidas na

* Mestre em Serviço Social. Professora de Serviço Social da UNICAP. Coordenadora Geral da Extensão da UNICAP. E-mail: odalisca@unicap.br

** Doutora em Serviço Social. Professora de Serviço Social da UNICAP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero e Políticas Públicas/UNICAP. Professora Extensionista/UNICAP. E-mail: valjrbr@yahoo.com.br

universidade Católica de Pernambuco, enfatizando a importância do diálogo entre o conhecimento produzido na academia e o conhecimento popular.

Este trabalho é bastante relevante e aponta contribuições significantes para os gestores das diversas instituições do ensino superior, professores/as extensionistas, pesquisadores, bem como para os docentes e discentes comprometidos com a ideia de que a “indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético” (MOITA, ANDRADE, 2009 p. 269).

A GÊNESE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

De acordo com Vannucchi (2013, p. 8) “as universidades comunitárias surgem para suprir a ausência, quando não a omissão do poder público, na área do ensino superior nacional, sobretudo nas regiões interioranas do país”. Contudo, para que isso acontecesse, fez-se necessário que aqueles que não tinham acesso ao ensino superior se organizassem e as tornassem concretas. Ou seja, as universidades comunitárias surgem da iniciativa de grupos que não estavam sendo contemplados com o ensino superior público estatal, porém necessitavam acessar conhecimentos mais elaborados e específicos.

O autor sugere que as universidades no Brasil foram estabelecidas nas primeiras décadas do século XX em algumas poucas capitais, configurando-se como um processo lento. Diante dessa morosidade grupos de imigrantes deram início à gestação de um novo modelo de universidade.

Dessa mobilização popular em prol de faculdades ao seu alcance acabará nascendo, pouco a pouco, a universidade da própria comunidade local, subsidiada inicialmente, em certos casos, apenas pela municipalidade e, por isso mesmo, sustentada, de fato, por mensalidades pagas pelo alunado, mas sempre universidade comprometida com a sociedade e não com o lucro. Universidade como serviço público e não como negócio particular (VANNUCCHI, 2013, p. 10).

O autor ainda elucidou que a mobilização dos cidadãos que agiram conscientemente partiu de uma inconformação com a omissão ou exclusão estatal e procuram criar uma alternativa democrática de maior acesso ao ensino superior.

A organização resultou em um número expressivo de universidades comunitárias, aproximadamente 70, espalhadas por todo o território nacional e estão filiadas à Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – ABRUC.

BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO NO BRASIL

Pontuar, mesmo que brevemente, o surgimento da extensão é importante diante do papel que ela cumpre na missão das universidades comunitárias. Ressaltando que as mesmas primam pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Dorea (2016), no Brasil, a extensão ganha um status importante a partir dos anos 80, quando, com o processo de democratização do país começa a ser redimensionada como uma função social da universidade pela qual ela passa do assistencialismo ao questionamento das ações desenvolvidas dentro de um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais emergentes.

Segundo Paula (2013),

A extensão universitária não é tão recente assim, data da segunda metade do século XIX, na Inglaterra. No Brasil desde 1911, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras, em Minas Gerais, que atividades de extensão têm se dado em instituições de ensino superior no Brasil, reproduzindo aqui as vertentes típicas da tradição europeia de extensão (p. 5).

O autor ainda acrescenta que das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir, tendo em vista o seu caráter interdisciplinar. Porém ele afirma que

[...] a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias (PAULA, 2013, p. 6).

Diante das provocações apresentadas pelo mencionado autor, entendemos que a extensão dialoga diretamente com o ensino, quando se torna espaço de observação da realidade, não permitindo a dicotomia entre o conteúdo trabalhado na sala de aula e com a pesquisa quando o ensino promove ao discente um olhar investigativo e crítico capaz de apreender a realidade para além do aparente.

A importância da articulação das ações extensionistas com as atividades de ensino e pesquisa

Dórea (2016) entende que a missão maior da universidade é formar profissionais comprometidos com os desenvolvimentos social, econômico e ambiental. Diante dessa assertiva, reconhece que a extensão reveste-se de importância fundamental no fortalecimento do compromisso da universidade com a sociedade.

A autora acima citada reflete acerca da participação dos discentes em ações de extensão entendendo-a como um dos instrumentos que contribui enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político

Segundo documento publicado em 2009, pelo Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, no qual é discutida a pertinência da extensão ao processo de inovação da educação superior, é explicitado que no cenário político acadêmico a extensão ainda está muito distante da pesquisa e do ensino, tanto em termos de orçamento, quanto em termos de organização.

O desafio é entender que a busca pela qualidade no ensino superior passa pela integração do ensino, pesquisa e extensão. É preciso concordar com a Política Nacional de Extensão Universitária quando diz que, sem as ações extensionistas, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas.

Acrescentamos que a situação acima apresentada tende a se acirrar quando a universidade não articula ensino e pesquisa a extensão.

A prática extensionista nas universidades comunitárias

Os docentes e discentes são sujeitos no processo de construção do conhecimento, que, evidentemente, tem uma dimensão prática, de contato com a realidade. Assim, entendemos que o conhecimento construído na academia e aquele produzido cotidianamente pelos “sociólogos espontâneos” (VILA NOVA, 2009) podem contribuir com a democratização da prática acadêmica.

A prática extensionista nas universidades comunitárias promove mudanças no processo do ensino-aprendizagem, pois o contato com a realidade aguça o olhar, no sentido de perceber as contradições.

Para Vannucchi (2013), no viés comunitário, a extensão tem que ser expressão viva do pensar, do fazer, e do agir de professores e alunos, estimulados e desafiados pela realidade do meio em que vivem, para aprenderem a aprender com a sociedade, na investigação da verdade, na busca partilhada de soluções dos problemas coletivos e na construção consciente de uma vida digna.

A extensão na universidade comunitária tem contornos claros e demanda o compromisso de professores e gestores que deverão agir com profissionalismo e ética.

A extensão na universidade Católica de Pernambuco

A Extensão na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) se constitui uma prática acadêmica de cunho sociopolítico que efetiva a mediação entre a UNICAP e a sociedade, caracterizando-se como ação de um sujeito coletivo (universidade), com racionalidade e intenção de incidir sobre os caminhos da própria sociedade, numa perspectiva ética e comprometida com os direitos humanos.

A Extensão na UNICAP vem sendo desenvolvida a partir de atividades que, em sintonia com os desafios postos pelos contextos econômico, político e social, articulam o conhecimento científico e a intervenção social qualificada. Desse ponto de vista, são levadas em consideração as necessidades locais, estaduais e regionais, bem como a realidade nacional e internacional.

A Extensão Acadêmica na Universidade Católica de Pernambuco tem como objetivos fundamentais: subsidiar o Ensino e a Pesquisa buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com a realidade social; articular o saber acadêmico e o saber popular, com vistas à construção de um conhecimento apoiado na relação entre teoria e prática; contribuir para a formação de profissionais com a imprescindível visão humanista e ética e contribuir para consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNICAP.

Mesmo no meio acadêmico, muitas vezes se faz necessário o esclarecimento de conceitos-chave para a compreensão do que seriam programas, projetos, ações e cursos de

extensão. Dessa forma, passamos a descrever, em linhas gerais, a nossa compreensão em relação aos referidos conceitos.

Entendemos por Programas de Extensão um conjunto de projetos articulados, de caráter orgânico-institucional, com objetivos caracterizados pela continuidade e permanência. Por Projetos de Extensão trabalhamos na perspectiva de ser caracterizados por um conjunto de ações de Extensão processuais e contínuas, com objetivo bem definido e prazo determinado.

Já as ações de Extensão são aquelas cujas atividades estão focadas em determinados temas, com o mínimo de duas horas de duração, que não apontam para desdobramentos imediatamente planejados.

Os cursos de Extensão são aqueles voltados para a comunidade externa, mas podendo incluir a comunidade acadêmica, objetivando a qualificação, atualização e formação profissional em diversas áreas.

Além dessas ações, a Extensão Universitária também desenvolve outras formas de intervenção, dentre elas temos as prestações de serviços, que são classificados enquanto:

- a) **Consultoria** – Análise, emissão de pareceres, elaboração de planos, projetos ou relatórios acerca de situações e/ou temas específicos, com a implicação da entrega de produtos, previamente definidos em contrato, num tempo determinado.
- b) **Assessoria** - Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, graças a conhecimentos especializados.
- c) **Atendimentos clínicos ambulatoriais ou domiciliares** – com perspectiva preventiva, diagnóstica ou terapêutica nas áreas da Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia.
- d) **Laudos Técnicos** - Exames, perícias e laudos realizados em laboratórios ou clínicas que oferecem serviço permanente, produzidos nas áreas social, humanas, de saúde e tecnológica, incluindo: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidade de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, perícia contábil, auditorias contábil e analítica, entre outros.

- e) **Assistência Jurídica e Judicial** - Atendimentos a pessoas para orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
- f) **Atendimento em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia** Atendimento com explanações, orientações e demonstrações públicas, a exemplo do que ocorre em museus.
- g) **Desenvolvimento de Produtos Tecnológicos com Geração de Patentes** – A exemplo de softwares.
- h) **Contrato de Transferência de Tecnologia** - Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.
- i) **Intervenções Sistêmicas** - Programas, Projetos e Ações, de caráter permanente ou pontual, desenvolvidas em parceria, ou não, com outras instituições públicas, privadas e filantrópicas, direcionadas para grupos sociais específicos.
- j) **Outros Atendimentos** – Contratos, envolvendo pessoal do quadro, para prestação de serviços não classificada como consultoria ou assessoria. Incluem-se nessa categoria cooperação técnica, pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.

A partir de 2014, a Extensão da Universidade Católica de Pernambuco passou a ter uma gestão colegiada, ou seja, passou a contar com um Comitê de Extensão, sendo este considerado um órgão consultivo no âmbito da UNICAP, que tem a responsabilidade pelo fomento, monitoramento e avaliação das atividades de extensão.

Dessa forma, o Comitê de Extensão foi pensado de forma a representar todos os cursos da Universidade, tendo a seguinte composição:

I - Coordenador(a) Geral de Extensão;

II - um representante do Centro de Ciências e Tecnologias - CCT (representando os cursos que compõem o referido Centro. Dentre eles citamos: Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Ambiental, Arquitetura e as licenciaturas em Física, Química e Matemática);

III - um representante do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ (Curso de Direito);

IV - um representante do Centro de Teologia e Ciências Humanas - CTCH (representando os cursos de Teologia e Filosofia);

V - um representante do Centro de Ciências Biológicas e Saúde - CCBS (representando os cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Biologia);

VI - um representante do Centro de Ciências Sociais - CCS (representando os cursos de Serviço Social, Jornalismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração, Jogos Digitais, Fotografia, Publicidade e Propaganda).

Diante desta nova realidade institucional da Extensão na UNICAP, sentiu-se a necessidade de uma revisão no Regimento Interno da Extensão, estabelecendo funções específicas para o Comitê de Extensão:

I - propor, normatizar e assessorar a execução da Política de Extensão da UNICAP;

II - sugerir ao CONSEPE normas gerais da Extensão;

III - analisar e divulgar editais externos de Extensão;

IV - elaborar e deliberar sobre editais internos de Extensão;

V - analisar e elaborar parecer sobre atividades de extensão, quando solicitado pela Coordenação Geral de Extensão;

VI - monitorar, por meio de visitas e relatórios, as atividades de extensão desenvolvidas na Universidade;

VII - subsidiar a Comissão de Planejamento e Avaliação da UNICAP no processo de avaliação das atividades de Extensão;

VIII - fomentar atividades de extensão nos respectivos centros, aos quais os representantes da extensão estão vinculados;

IX - fomentar a execução de atividades de Extensão entre docentes e discentes da Pós-graduação;

XI - promover reuniões com os extensionistas da Universidade para esclarecimentos sobre a elaboração, preenchimento e encaminhamentos de cursos e projetos de Extensão;

XII – esclarecer, nos respectivos centros, os procedimentos internos para submissão e apresentação de atividades de extensão (projetos, cursos e ações, entre outras atividades de extensão);

- XIII - realizar oficinas de orientação e esclarecimentos sobre Editais de Extensão, com vistas a facilitar a elaboração de projetos para submissão aos referidos Editais e a realização de cursos;
- XIV - divulgar comunicados de orientação quanto aos Editais de Extensão;
- XV - estabelecer critérios e indicadores de avaliação dos projetos de extensão;
- XVI - estabelecer critérios de distribuição das bolsas de extensão (quando houver);
- XVII - elaborar relatório anual de extensão.

Dentre as diversas modalidades de Extensão (Cursos, Serviços, Projetos e Programas), vêm sendo desenvolvidas na UNICAP, citamos:

- a) **Projeto Resgate do Acervo Documental da Santa Casa de Misericórdia do Recife**, cujos objetivos são: conservar e disponibilizar o acervo documental da Santa Casa de Misericórdia do Recife para a sociedade e criar um Centro de Documentação e Pesquisas que possibilite a conservação e acesso aos fundos documentais gerados pela instituição e suas unidades. A massa patrimonial pode ser considerada uma das mais completas do Estado de Pernambuco, principalmente no que diz respeito aos registros sobre assistência, saúde e educação, do século XVIII, até os dias atuais.
- b) **Projeto Prevenção de Quedas em Idosas Institucionalizadas**, que visa a oferecer intervenção fisioterapêutica preventiva à comunidade idosa no sentido de minimizar o risco de queda, fazendo uso de diversos tipos de recursos fisioterapêuticos. O Projeto é realizado no Lar Doroteias, com 25 religiosas, que se encontram na faixa etária de 60 a 90 anos. Por passarem boa parte do tempo sem fazer nenhuma atividade física, as idosas necessitam de algum exercício físico durante o dia. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo referido Projeto de Extensão visam à prevenção de quedas na terceira idade, contribuindo para melhoria do equilíbrio e da marcha das idosas, diminuindo assim, o risco de quedas.
- c) **Projeto Assessoria de treinamento, estágio, pesquisa e integração – ASTEPI**, visa a desenvolver atendimento jurídico gratuito às comunidades do Recife e Olinda, cumprindo seus objetivos institucionais de promoção do conhecimento e da prática do exercício das funções jurídicas; prestação de serviços de assistência

jurídica gratuita à população carente e de integração do aluno à comunidade, visando, acima de tudo, à promoção da justiça social.

- d) **Projeto Mães do Liceu (HUMANITAS).** Criado pelo Instituto Humanitas UNICAP, tem a finalidade de oferecer para as mães que acompanham os seus filhos, estudantes do Colégio Liceu Nóbrega, oficinas de vivências práticas empreendedoras através de iniciativas econômico-solidárias envolvidas com o Espaço de Comercialização da Economia Solidária (ESCOES), que funciona dentro da UNICAP como um importante espaço de articulação entre a Universidade e os empreendimentos de economia solidária no Estado de Pernambuco, dando maior visibilidade à produção dos empreendimentos solidários e estabelecendo relações saudáveis entre produtores e consumidores, procurando fortalecer a ideia de um consumo consciente e responsável dos produtos e serviços de origem solidária.
- e) **Projeto Aê - Agência experimental de publicidade e propaganda da UNICAP - Agência Experimental de Publicidade e Propaganda (AÊ)** se destina a produção de materiais de comunicação, além de planejamento de comunicação, planos de marketing, peças publicitárias, conteúdos digitais, de modo a atender às necessidades de cada cliente. O corpo de funcionários da agência é composto por estagiários, que são alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Católica, e professores orientadores, responsáveis por supervisionar as atividades desenvolvidas.
- f) **Projeto Clínica de Fisioterapia da UNICAP.** É um serviço que é prestado à Comunidade em geral através da clínica-escola, chamada de “*Corpore Sano*”, direcionada para prática das atividades de fisioterapia discutidas em sala de aula pelos alunos. A clínica possui 46 salas, entre elas, boxes e consultórios para atendimento individual, salas de avaliação, observação e consultórios neurológicos, além de uma piscina para realização de hidroterapia. O atendimento mais comum acontece com idosos e crianças. Os estudantes, realizam atendimento para a melhoria dos pacientes nas áreas neurológica e postural. A clínica também realiza tratamento em dermatofuncional, oferecendo técnicas terapêuticas como eletroterapia, técnicas manuais, cinesioterapia,

capazes de tratar diversas patologias clínicas e estéticas com conhecimentos relevantes de anatomia e fisiologia.

- g) **Projeto Clínica de Psicologia.** Com vistas a auxiliar na formação dos alunos do Curso de Psicologia e proporcionar à comunidade serviços de qualidade com preços acessíveis, a UNICAP disponibiliza este Projeto de Extensão com serviço de plantão permanente, de forma a atender aos indivíduos que estejam em situação psicológica emergencial ou que necessite de um acompanhamento psicológico periódico, através de sessões de terapia. Crianças, adolescentes e adultos podem ser acompanhados individualmente ou em grupo, sem idade mínima ou máxima, em sessões semanais na maioria dos casos. Estudantes da UNICAP também podem ser atendidos, além do público em geral, numa perspectiva de orientação e prevenção em saúde mental. Além disso, o usuário conta também com serviços psiquiátricos orientados por professores/médicos.
- h) **Projeto Clínica de Fonoaudiologia.** A clínica-escola do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Católica de Pernambuco realiza serviços de exames e terapia disponíveis à comunidade, com preços simbólicos. A clínica é referência na cidade e recebe pacientes encaminhados por médicos de várias especialidades. Há mais de 30 anos funcionando, a estrutura montada permite o atendimento de até 400 pessoas por mês. O espaço oferece área de terapia da linguagem, voz e motricidade orofacial. O setor de audiologia realiza exames de audiometria, imitanciometria, teste da orelhinha, avaliação do processo auditivo e BERA.
- i) **Projeto Criança Esperança.** O Espaço Criança Esperança de Jaboatão dos Guararapes é um Projeto de Extensão Coordenado pela Universidade Católica de Pernambuco que visa a oferecer condições que contribuam como a (re) construção dos projetos de vida de crianças, jovens e adolescentes de Jaboatão, na perspectiva da garantia de direitos e do exercício de uma cidadania ativa. O referido projeto tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens de Jaboatão dos Guararapes em situação de vulnerabilidade. Dentre os parceiros envolvidos temos a Rede Globo Nordeste, Unesco, Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, Exército do Brasil, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, CAPES, FACEPE, CNPq, Instituto Cervantes, Fundação Fé e

Alegria, Edições Loyola e Aliança Francesa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

- j) **Projeto Horizonte.** Este projeto de extensão é voltado para o favorecimento do desenvolvimento linguístico, cognitivo e social de crianças e adolescentes, numa proposta inclusiva. As atividades são desenvolvidas na brinquedoteca da UNICAP, organizada e coordenada pelo curso de Pedagogia. O Projeto Horizonte vem trabalhando a inclusão social e digital de crianças e adolescentes, que necessitam de um olhar diferenciado para atender às necessidades educativas especiais. As crianças e adolescentes atendidas pelo Projeto são provenientes da área metropolitana do Recife, em sua maioria de classe socioeconomicamente desfavorecida.
- k) **Projeto Integrando Conhecimentos e Promovendo Ações de Cidadania.** A proposta deste Projeto de Extensão é integrar conhecimentos e promover ações promotoras de cidadania para os/as alunos/as e pais e/ou responsáveis da escola de artes e ofícios de Pernambuco. A proposta é construída com vistas ao fortalecimento da cidadania. As atividades ocorrem de maneira a trabalhar relação professor-aluno, dando destaque para superação da indisciplina e dos valores que ordenam essa relação; drogas e suas consequências; as diversas expressões de violência, destacando particularidades próprias do espaço escolar; a importância da família no processo formativo e a valorização do espaço escolar. As atividades são desenvolvidas através de oficinas, palestras, roda de diálogos e apresentações culturais. O projeto tem capacidade para atender a 60 alunos/as e 30 pais e/ou responsáveis. Os alunos/as são do ensino fundamental com idade entre 10 e 14 anos da escola Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco.

Dentre os vários Cursos de Extensão oferecidos em 2015 pela Extensão da UNICAP, tivemos: inglês instrumental para mestrado e doutorado, libras para iniciantes, introdução à fluidodinâmica computacional, gestão social inaciana, programa de formação e atualização teológica pastoral (introdução à sagrada escritura e fundamentos da fé cristã), espanhol instrumental para mestrado e doutorado, noções básicas de língua latina, programa de formação e atualização teológica pastoral (liturgia, sacramentos e mariologia), ms project aplicado à gerência de projetos, construção e desenvolvimento da linguagem fotográfica, curso de língua e cultura mandarim – módulo iniciante, curso de extensão em formação

política e participação social, educação patrimonial para crianças, arqueologia para crianças, direitos humanos em pauta: as principais demandas em tempo real, dentre outros.

Dessa forma, consideramos que, ao longo do tempo, a Extensão na Universidade Católica de Pernambuco vem-se consolidando, ampliando sua intervenção social, bem como ganhando a aderência de novos parceiros institucionais e profissionais que se ligam a extensão devido ao seu caráter e compromisso com o enfrentamento das expressões da Questão Social.

A extensão universitária é uma atividade primordial na construção do conhecimento acadêmico, tendo em vista a forma como se articula com a pesquisa e o ensino.

Além dessa articulação, a extensão universitária também produz conhecimento com o objetivo de torná-lo acessível à sociedade em geral, sobretudo à população de baixa renda, de modo a promover o acesso a serviços, tecnologias e promoção ao exercício de cidadania.

A extensão torna-se um elemento fundamental para promover a articulação entre o saber acadêmico e o popular, na medida que é um locus privilegiado para o desenvolvimento de um diálogo com a sociedade, de maneira a viabilizar a vivência em realidades distintas, com complexidades diversas, na qual a extensão poderá desenvolver várias ações que podem vislumbrar novas oportunidades.

Perceber as ações da extensão enquanto campo de viabilização dos direitos sociais nos faz compreender como a relação teoria/prática pode ser exercitada de forma a concretizar o compromisso social da Universidade na formação acadêmica e profissional dos seus discentes, agregando ao caráter técnico-científico, o social/humanizado.

Ao longo do tempo, a extensão na Universidade Católica de Pernambuco vem-se consolidando, através do desenvolvimento de práticas extensionistas que possibilitam a articulação entre o saber científico e o saber popular na medida que promove atividades que contemplam a discussão e sensibilização em relação a várias questões sociais de cunho étnico-raciais, gênero, classe, religioso, de forma a trabalhar e combater toda e qualquer expressão de discriminação ou desigualdade, valorizando a pluralidade, democracia, solidariedade e justiça social. Dentre essas ações de extensão, citamos: Semana da Mulher, Semana da Consciência Negra, além do Núcleo UNICAP de Apoio aos Movimentos Populares (NUAMPO) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) que desenvolve, junto a diversos segmentos sociais e grupos sociais, ações culturais e educacionais, contribuindo seja

na formação dos futuros profissionais, assim como na promoção da cidadania, da inclusão social e no desenvolvimento da sociedade.

Através da extensão universitária, aprendemos a “dialogar com a sociedade” e não apenas a “falar sobre a sociedade”. Nesse sentido, a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa aponta para propiciar a discentes e docentes a interpretação da realidade, de forma que o ensino/aprendizagem seja feito a contemplar a vivência do real, com suas contradições e possibilidades. Nessa lógica, a extensão nos convida a aprender um com o outro, sendo, portanto, uma via de mão dupla.

Durante o processo de articulação entre o saber científico e o saber popular, identifica-se a capacidade que a extensão tem de expandir o olhar acadêmico para muito além da sala de aula, na medida que aprimora o saber teórico/científico ao considerar o saber popular, desenvolve uma reflexão crítica em relação às mais diversas demandas sociais advindas das expressões da Questão Social, vislumbrando, assim, novas perspectivas de enfrentamento ao processo de exclusão social. Identifica na falta de investimentos públicos na área da saúde, assistência, previdência, educação, entre outras, a injustiça para com aqueles que deles necessitam e que, muitas vezes, devido à ausência de investimentos público nessas áreas, recorrem aos serviços da extensão universitária, como forma de suprir suas necessidades por serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, jurídico, entre outros.

De maneira geral, ao promover a articulação entre o saber científico e o saber popular, a extensão fortalece o princípio de cidadania, na medida que, através das suas atividades, serviços e ações tenta promovê-los levando em consideração a dignidade humana e o respeito ao saber acadêmico (científico) e ao saber popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, apresentamos, de forma suscita, as ações extensionistas, sua importância e relação com o ensino e a extensão numa universidade comunitária. Ficou evidenciado que a extensão é um dos pilares no interior das universidades comunitárias, mas também é espaço de provocação no que diz respeito a mostrar aos docentes e discentes a realidade e a necessidade de transformação.

Destacamos a extensão da Universidade Católica de Pernambuco, demonstrando a nova configuração na gestão da extensão universitária a partir de 2014, bem como a contribuição às sociedades recifense e Pernambucana, advinda das diversas modalidades de extensão da UNICAP.

Por fim, ressaltamos o diálogo que se estabelece entre o saber científico e o saber popular, e as perspectivas de transformação na realidade de vida e interpretação de mundo, daqueles que usufruem e realizam a extensão.

REFERÊNCIAS

DOREA, Ana Dayse Resende. A extensão na prática acadêmica. **Revista Proex**. Disponível em: <<http://goo.gl/q8kOB5>>. Acesso em: abr. 2016.

FELIPPE, Wanderley Chieppe; FILGUEIRAS, Karina Fideles (Orgs.). **Projetos de extensão: saúde, educação, novas tecnologias e cidadania na PUC Minas**. Belo Horizonte: FUMARC, 2014.

_____. **As metodologias de intervenções em programas e projetos de extensão**. Temas Contemporâneos em Instituições Comunitárias de Educação Superior. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

MOITA, F. M. G. S. C. ANDRADE, F. C.B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. In. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, mai./ago., 2009.

PAULA João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

PONS, Ivo Eduardo Roman; ALMEIDA, Cleverson Pereira de (Orgs.). **Extensão na educação brasileira: Motivação para os currículos ou curricularização imperativa?**. Temas Contemporâneos em Instituições Comunitárias de Educação Superior. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Mai. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/1RDTnu>>. Acesso em: abr. 2016.

SOUZA, Cejana Baiocchi (Org.). **Extensão, direitos humanos e formação da cidadania**. Temas Contemporâneos em Instituições Comunitárias de Educação Superior. Goiana: Ed. da PUC de Goiás, 2014.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade Comunitária**. O que, como se faz. Editora Loyola, São Paulo, 2013.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Atlas, 2009.

Abstract

This study aims to present the extension actions of the Catholic University of Pernambuco, known as a community college. For this, will make a brief presentation of the emergence of community colleges in Brazil and will make a brief historical period synthetically extension. This construction will lead us to understand the importance of the extension actions without losing sight of their relationship as teaching and research.

Keywords: Extension. Higher education. Education.

O LUGAR DO SOCIAL ENFRAQUECIDO: 7ª ETAPA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

The social thinning place: 7th step Recovery Program Historical Center of Salvador

Laila Nazem Mourad*

Nelson Baltrusis**

Resumo

Este artigo tem como objetivo entender as formas de poder exercidas pelo Estado na 7ª do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. As discussões teóricas articulam diálogos entre Michel de Certeau, Michel Foucault e Raquel Rolnik entre outros atores. Para essa tarefa dividimos esse texto em 5 partes. Na primeira, faremos uma breve introdução sobre requalificação em áreas centrais, caracterizada por processos de gentrificação. Na segunda parte, analisamos as formas de poder exercidas pelo Estado na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico do Salvador-CHS. Em seguida, observaremos a filtragem social realizada através da deportação de 1202 famílias do CHS. Na quarta, estudamos o Direito Reconhecido, porém Controlado – as ações contra-hegemônicas da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH aos processos de requalificação excludente do CHS. O reconhecimento, em 2005, do direito de permanência e inclusão de 105 moradores no projeto da 7ª Etapa, se fez através de atitudes dúbias – incluindo a população mais pobre e promovendo áreas de exclusividade social – a distribuição dos pobres no território distanciou-os das áreas mais valorizadas. Soma-se a isso a opção política do Estado de inaugurar as primeiras 27 unidades do Programa de Habitação para os Servidores Estaduais, uma única categoria de servidores públicos – os policiais militares, desfazendo nesse ato todo o discurso de mistura social. Esse acontecimento modifica as relações locais, aliado ao controle das práticas cotidianas e a retração do comércio de proximidade e a saída dos comércios pitorescos que antes consolidavam a vida do bairro – essas mudanças podem conduzir ao enfraquecimento do lugar social. Contribuindo assim, para facilitar e ampliar o processo de ressignificação do patrimônio urbano e a expulsão da população mais pobre.

Palavras-chave: Centro Histórico. Práticas Cotidianas. Micropolíticas. Gentrificação. Filtragem Social.

INTRODUÇÃO

O processo de Requalificação do Centro Histórico de Salvador foi pensado e executado de acordo com um tipo de urbanismo excludente, que privilegia as intervenções cenários voltadas ao turismo em contraposição à manutenção dos moradores tradicionais. De acordo com essa lógica, Arantes (2000) destaca que o uso da imagem e da cultura tem sido

* Doutora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador, BA, Brasil. E-mail: mourad.laila7@gmail.com

** Doutor colaborador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador, BA, Brasil. E-mail: nbaltrusis@hotmail.com

um elemento central nos projetos de renovação, que se utiliza de uma arquitetura-espetáculo para recriar cenários.

Vários autores, como Arantes (2000), Maricato (2000), Mourad (2011), Rolnik (2005), Silva (2006), Fernandes (2006), José (2007), Vainer (2002), entre outros, alertam que a esse tipo de intervenção, sobretudo nas grandes cidades, tem sido caracterizado por processos de gentrificação, marcados pela atração de novos tipos de atividades e de novos moradores, reinvestimento econômico, mudança de significado e imagem das áreas centrais. O discurso que prega a revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, requalificação, entre outros encobre de fato os processos de higienização social e expulsão da população pobre, ampliando dessa forma as desigualdades socioespaciais em nossas cidades.

Para Fernandes,

As políticas de requalificação de centros urbanos no Brasil a partir dos anos 90 do século passado [...] foram guiadas em grande parte por uma lógica neoliberal, onde a questão da competição entre cidades no mercado internacional da produção e da urbanidade desempenha um papel fundamental. Em geral, essas políticas se ancoram na execução ou a tentativa de implementação de políticas e programas para as áreas centrais fundadas na ‘reconquista’¹ dos centros pelo capital corporativo e especulativo, pela gentrificação social e pela construção de horizontes simbólicos banalizados e midiáticos (FERNANDES, 2008, p. 31).

Para o geógrafo César Ricardo Simoni Santos, os processos de “renovação urbana, os projetos de revitalização dos centros e a gentrificação serão as formas através das quais espaços urbanos, previamente capitalistas, serão reinsertados numa nova dinâmica de acumulação”. Ele ressalta que a experiência da reprodução capitalista no Brasil demorou a conhecer os processos de gentrificação como mecanismos altamente rentáveis – e que é somente na década de 1990 que a gentrificação surge como poderosa força de transformação do espaço e responde às expectativas de realização de lucros no setor imobiliário (SANTOS, 2011, p. 2-39).

Este processo

[...] envolve um novo ciclo que se remete diretamente ao espaço urbano enquanto materialidade das infraestruturas produtivas e de circulação do capital [...] Essa lógica se constitui a partir de processos de valorização-desvalorização-valorização, decorrente da construção-obsolescência-reconstrução de infraestruturas espaciais para a circulação capitalista. Na perspectiva de atrair capitais a partir de seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e produzidas (“revitalizadas”). Dessa forma,

¹ O termo reconquista é de Neil Smith, e foi introduzido no texto *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Nova York, Routledge, 1996.

vende-se a cidade, como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço (e a sua procura) quanto mais real e verossímil for a sua imagem enquanto potencial de valorização (SANTOS, 2011, p. 44).

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado na década de 90, foi concebido em 7 etapas, visava a realizar uma intervenção de monta no coração do centro antigo, abrangendo cerca de 12 hectares – justamente a área mais degradada e a que continha maior número de exemplares de arquitetura colonial e barroca –, e que transformasse de forma drástica os moldes e as características do processo de reprodução da área, recuperando-a e reinserindo-a numa dinâmica mais condizente com a nova lógica de preponderância do turismo na condução do desenvolvimento da cidade (FERNANDES, 2006, p. 5).

Cabe ressaltar que esse projeto foi concebido após a aprovação da Constituição de 1988, que introduziu, nos artigos 215 e 216, uma nova concepção de proteção ao patrimônio cultural muito mais ampla do que a contida no Decreto-Lei n.º 25/37. A mudança de concepção incluiu, na categoria de patrimônio cultural, determinadas práticas sociais antes relegadas ao esquecimento. Conforme Araújo, “a cidade passa a ser, no direito objetivo, expressamente considerada, não somente sob seus aspectos físicos, mas também como local dos espaços e tempos vividos, onde o indivíduo deve sempre se reconhecer” (ARAÚJO, 2002, p. 44).

Esses artigos reafirmam as ações de proteção ao patrimônio cultural, princípios constitucionais fundamentais, tais como a cidadania e a dignidade da pessoa, bem como a memória popular, que não pode ser analisada apenas do ponto de vista do monumental e da excepcionalidade.

Desconsiderando completamente esses princípios, o programa de recuperação transformou, de forma autoritária e excludente, o uso de aproximadamente 443 imóveis, implantou e complementou redes de infraestrutura, executou três estacionamentos, nove monumentos tombados foram restaurados e seis praças agenciadas. Segundo Wipfli (2001, p. 174), “no período de sete anos foram realizadas 6 etapas de intervenção (a 6ª etapa ainda não foi concluída), sendo investidos nesse período cerca de R\$ 92 milhões”.

Em todas as etapas desse projeto, pode-se perceber a transformação do Centro Histórico como objeto de consumo, substituindo e/ou introduzindo novas funções, o que pressupõe a refuncionalização das relações sociais que ali subsistem.

AS FORMAS DE PODER EXERCIDAS PELO ESTADO NA 7ª ETAPA DO CHS

O objetivo desse artigo é o de explicitar as formas de poder exercidas pelo Estado na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. As discussões teóricas articulam diálogos entre Michel de Certeau, Michel Foucault e Raquel Rolnik entre outros atores. O estudo de Foucault está estruturado em quatro grandes temas: o suplício, a punição, a disciplina e a prisão.

O suplício, o poder sobre o corpo na época medieval era o alvo principal da repressão penal. O suplício do corpo faz parte de um ritual político de controle social pelo medo - de dominação sobre o corpo do condenado e sobre o próprio povo, é a reafirmação do poder soberano, é a vitória do soberano sobre o criminoso. O espetáculo do horror fazia o carrasco se parecer com o criminoso, os juizes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado em objeto de piedade e admiração (FOUCAULT, 1987, p. 13).

O espetáculo do horror na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador pode ser entendido pelo abandono do próprio ser humano, configurado nas quadras circunscritas entre as Ruas São Francisco, 28 de setembro e [...]. Ao percorrer esse espaço, vemos todos os dias crianças, jovens, homens e mulheres comercializando e consumindo diferentes tipos de drogas. Vários deles sem energia, sem força, largados entre os imóveis em ruínas, na maioria das vezes imperceptível à vista dos turistas.

Essa realidade que acabamos de descrever é, ao mesmo tempo ignorada, como se fossem invisíveis, e consentida desde que não se aproximem das áreas recuperadas e valorizadas. Podemos dizer que também é controlada e vigiada, tanto pelas seguranças que limitam a atuação dos moradores, como também pelas instituições que convivem nesse espaço. Apesar da existência de um posto de saúde e de um Programa de Redução de Danos da faculdade de medicina da UFBA². Essa população permanece ignorada e, é punida pela sociedade e pelo Estado por serem vítimas de seu próprio abandono. Quando as obras de recuperação dos imóveis em ruínas iniciam, os usuários de drogas são varridos: para eles, a inclusão social está longe de ser exercida.

O processo de Recuperação do Centro Histórico de Salvador é conhecido nacionalmente como uma experiência autoritária e segregadora, em que 3.574 famílias pobres, moradoras do

² O Programa de Redução de Danos (PRD) é desenvolvido pela Aliança de Redução de Danos que trabalha com usuários de crack, de cocaína cheirada e usuários de anabolizantes. A Aliança de Redução de Danos é um serviço de extensão permanente da Faculdade de Medicina da UFBA.

Pelourinho, em sua maioria negras, foram expulsas desde o início do processo, em 1992, e estendeu-se até 2003 (MOURAD, 2011, p. 135).

Foucault (1987) chama atenção que a prisão é forma institucional pela qual o poder pune longe dos olhos da sociedade. É uma forma circunscrita, mas existem outras. Nas cidades, a punição e o seu caráter disciplinador estão presentes no ordenamento urbanístico. Através dessa concepção de disciplina de ordem e desordem que se produz as cidades segregadas, compostas por territórios demarcados onde convive cada um em seu lugar: elite e pobres, numa hierarquia espacial expressa pela localização, acesso e benesses.

Apoiada nessa lógica de disciplina, Rolnik destaca que

[...] está presente, invisível e silenciosamente a uma teia poderosa: a legalidade urbana, ou seja, o conjunto de leis, decretos, e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade. Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção do espaço da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder (ROLNIK, 1997, p. 13).

Essa concepção pode ser traduzida pelo urbanismo funcionalista, pelo planejamento urbano tecnocrático que se estrutura da seguinte forma:

- a) na funcionalidade urbana. O desenho urbano segue a função considerando que a concepção de vida urbana resume-se em habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito;
- b) na valorização dos conhecimentos técnico e científico e do profissional fundamentado nas metodologias de análise e de implantação; os estudos têm de dar conta de absolutamente todos os aspectos da realidade e de controle total de seu funcionamento. Nessa lógica, Foucault (2006) ressalta *o poder produz saber que se fortalece e reproduz o poder - “poder-saber” estão diretamente relacionados;*
- c) a valorização da separação de usos urbanos, configurando uma distribuição compartimentada das funções e das atividades urbanas na proposição de soluções, conduzida pelo zoneamento funcionalista.

Em última instância, esse caráter disciplinador pode ser traduzido pelo zoneamento funcionalista. Entendido por Rolnik como o “instrumento fundamental de coerção utilizado pelo o poder político. O zoneamento funcionalista e as leis urbanísticas, ao longo do tempo, têm garantido a proteção do espaço das elites” (ROLNIK, 1997, p. 46). O poder da legislação

em definir padrões “opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis” (ROLNIK, 1997, p. 46). Delimitando dessa forma, tanto os territórios dos ricos e determinando onde deverão instalar-se os mais pobres. Isso garantiria a “preservação do território da elite da invasão de usos indesejados e degradantes, visando a manutenção do seu valor de mercado” (ROLNIK, 1997, p. 50).

FILTRAGEM SOCIAL ATRAVÉS DA DEPORTAÇÃO DE 1202 FAMÍLIAS DO CHS

Esta lógica pode ser percebida através de várias práticas exercidas pelo Estado no processo de Recuperação do Centro Histórico de Salvador desde a concepção do projeto do 7º Etapa. O documento elaborado pela empresa SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA, define qual era a população e os serviços que o projeto pretendia atrair através dos discursos. Explicitando claramente que:

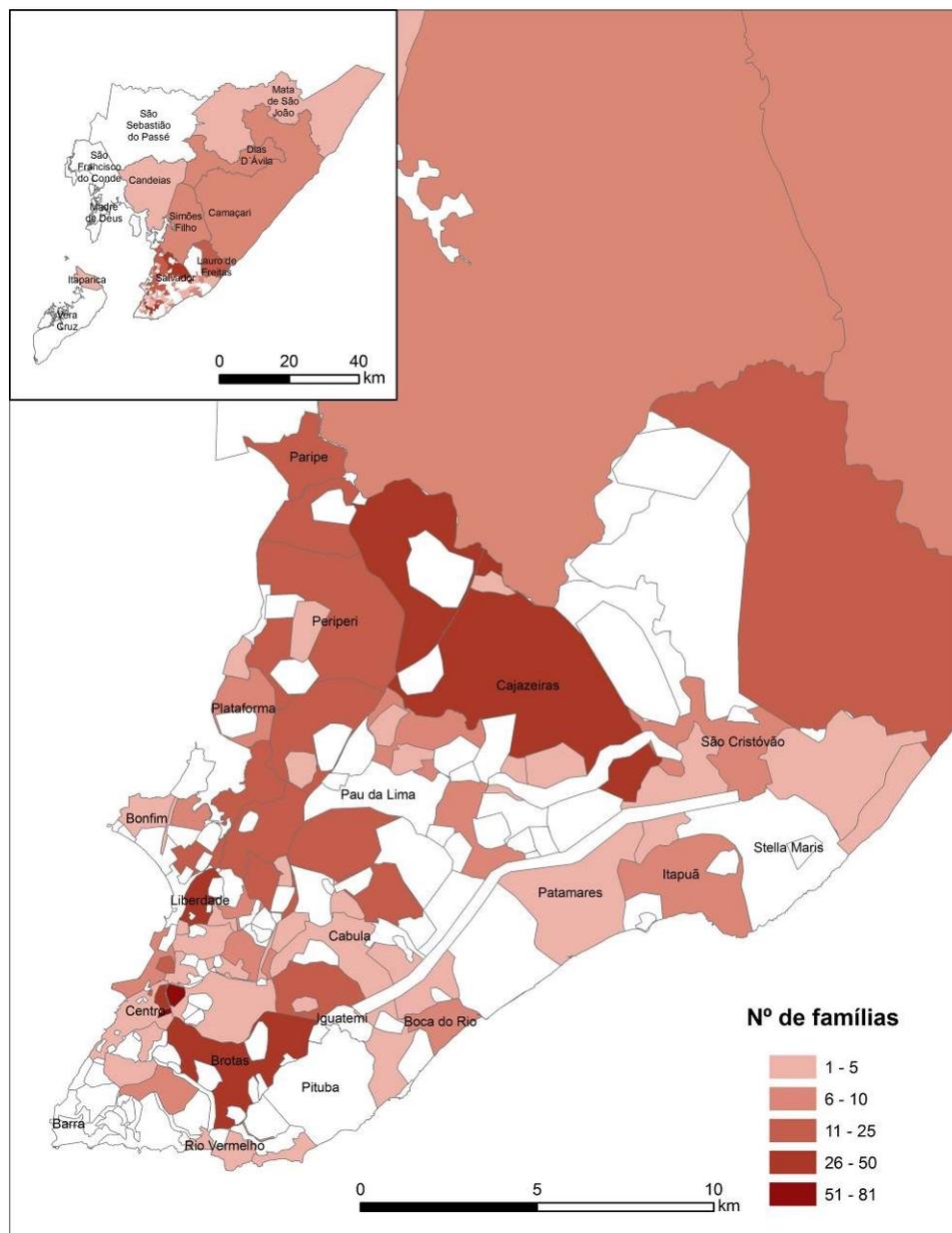
As famílias que deveriam continuar residindo no Centro Histórico eram aquelas proprietárias - que desejavam permanecer na área - ou as que tinham condições de manter o imóvel, ou seja, as que possuíam renda e estrutura familiar organizada. As demais famílias, desde que cadastradas, iriam receber um auxílio para aquisição de imóveis em outros bairros da cidade (SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA, 2002, p. 77).

Conforme Fernandes (2006, p. 4), “os moradores não tinham alternativas à violência que acompanhava o processo, e a fragilidade social dos moradores induziu à aceitação do auxílio-relocação a um preço que não permitiria acessar qualquer alternativa de moradia”.

Ao sistematizarmos e analisarmos as “Fichas de Acompanhamento dos Moradores que optaram pelo auxílio moradia”, utilizada pela CONDER/2000-2003, observamos que do total de 1202 famílias que receberam auxílio moradia - 406 famílias da 7ª Etapa de recuperação do CHS, não tinha para onde ir – os assim chamados “sem destino”; 747 famílias espalharam-se em 80 bairros do município de Salvador; 40 municípios do Estado da Bahia receberam pelo menos uma família moradora da 7ª Etapa, assim como 9 Estados do Brasil³.

³ Das 1674 famílias cadastradas em 2000, segundo informação constante no Relatório do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, UEP - Salvador, Perfil do Projeto, Volume 3, p. 412. Tivemos acesso a 1202 fichas cadastrais.

Figura 1 - Deslocamento das famílias da 7ª Etapa, para Municípios da RMS e Bairros de Salvador (2000/2003)



Fonte: Fichas de Acompanhamento dos Moradores que receberam auxílio moradia, na 7ª Etapa de Recuperação do CHS/CONDER/2000-2003. Elaborado pela arquiteta Silvana Sá de Carvalho (2010).

Para Jecilda Mello, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH - o auxílio-relocação revela duas questões importantes:

A própria comunidade tinha e ainda tem alguns que pensam que com o governo não se briga - você não vence governo - então isto é uma história de muita submissão, o cidadão precisa acreditar que ele também tem direito. Além disso, a intenção do estado era a de que você fosse pra bem longe, de forma, que você não conseguisse voltar, você ia perder suas próprias origens, estas origens todas que

deram vida a este lugar e que o governo lhe botou pra fora sem lhe dar nenhuma condição. Porque este auxílio- relocação não estava lhe relocando para um outro lugar, estava lhe tirando o direito de morar, seja no centro histórico seja em outro lugar porque o 'dinheiro era tão irrisório' ⁴ que não dava para morar em nenhum lugar ⁵.

A filtragem social é evidente, assim como a principal característica da 7º Etapa, que era a recuperação para o uso residencial em larga escala, incorporando a diversidade de uso, mas não a diversidade social. A possibilidade de abertura do acesso à moradia para as diferentes classes sociais, com prioridade para os residentes nem foi cogitado. O Estado, ao contrário, destinou a área somente para funcionários públicos servidores estaduais. Sant'Anna enfatiza outra mudança significativa no programa de recuperação da 7ª etapa:

As ações de recuperação deixam de ser tratadas como empreendimentos ou enclaves e passam a ser tratadas como cidade. Mas esta mudança, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, não resulta de uma tomada de consciência do governo do Estado quanto à falta de sustentabilidade do modelo anteriormente adotado. Ela decorre da entrada em cena das agências de financiamento, no caso BID, e da Caixa Econômica, as quais, em última análise, têm assumindo, indiretamente, os contornos básicos das novas intervenções (SANT'ANNA, 2004, p. 51).

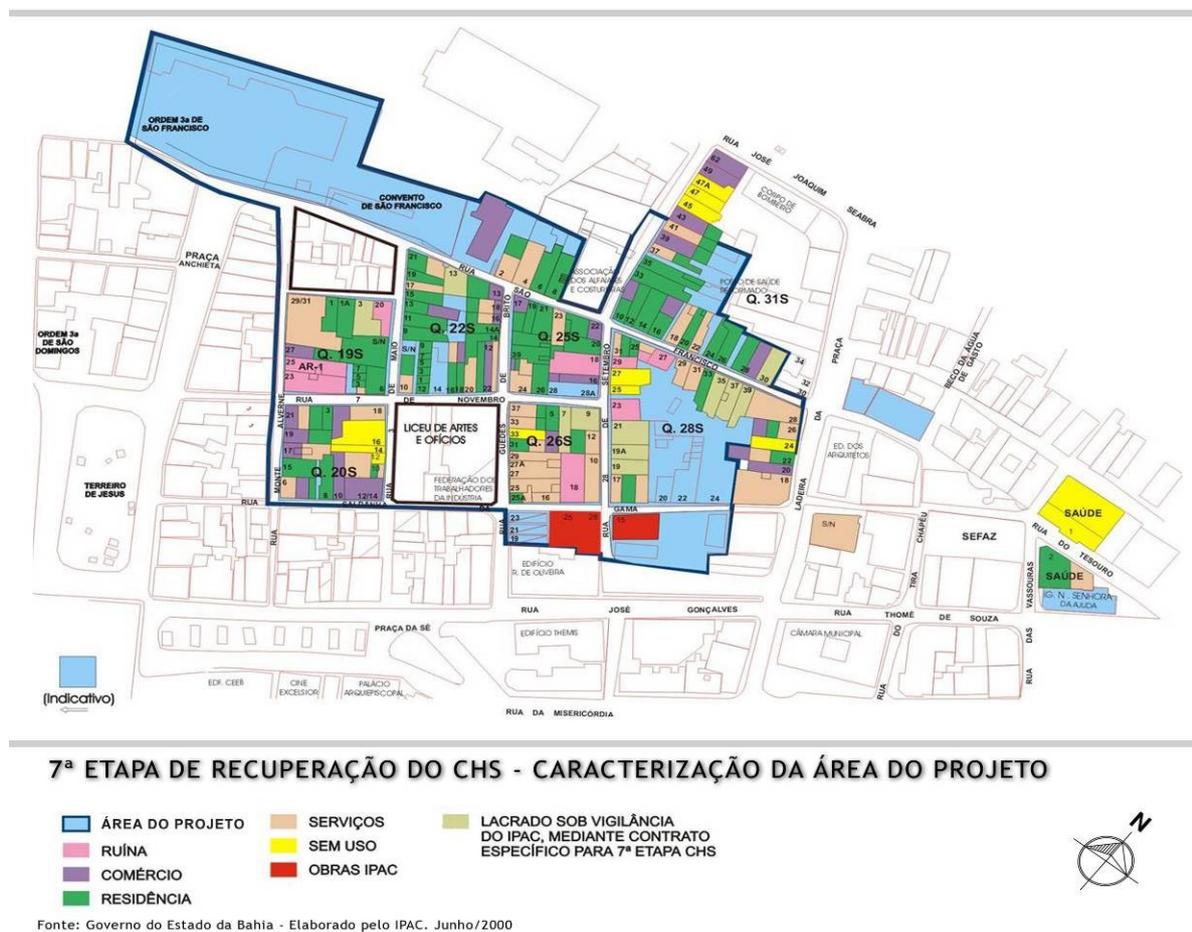
No mapa 2, podemos perceber que, ao contrário do acontecido no Centro Histórico, especialmente nas áreas recuperadas pelo Estado desde 1992, que conduziu ao uso monofuncionalista, a diversidade de uso na 7ª Etapa estava preservada pelos moradores. As informações levantadas pelo Estado em 2000 mostram que: nos 169 imóveis inseridos inicialmente nos estudos, 70 eram utilizados para o uso residencial, 43 destinavam-se a serviços e 28 a fins comerciais. Dentre os imóveis não utilizados, oito encontravam-se sem uso, onze estavam lacrados pelo IPAC e 9 em ruínas, correspondendo a 16% do total de imóveis inseridos na 7ª etapa⁶, ou seja, havia uso, ainda que precariamente, de 84% dos imóveis. Podemos dizer que o projeto original da 7º Etapa, como veremos também mais à frente, traduz uma verdadeira filtragem social, através de o controle disciplinar dos usos e a expulsão dos pobres das áreas objeto dessa intervenção.

⁴ O valor médio pago a título de auxílio-relocação foi de R\$ 1.881,99 para o uso residencial, conforme pudemos observar nas fichas de cadastramento e nos termos de compromisso assinados pelas famílias. O auxílio-moradia não alcançava sequer o valor de produção de uma unidade habitacional em Cajazeiras, executada pela CONDER.

⁵ Entrevista realizada pela autora no dia 30 de agosto de 2010.

⁶ Dados disponíveis no quadro de usos do solo, inserido no documento BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. Perfil do Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador. Salvador, v. 3. p. 47, 2002a.

Figura 2 – 7ª Etapa de Recuperação do CHS – Caracterização da Área do Projeto



DIREITO RECONHECIDO, PORÉM CONTROLADO

O relatório Direito à Moradia no Brasil realizado pela Relatoria dos Direitos Humanos para Moradia em visita ao Pelourinho, realizada em 2004, constatou que as intervenções realizadas nas seis etapas anteriores e mesmo a proposta para a 7ª. Etapa existia uma série de violações aos direitos dos moradores, entre os quais:

- Violação do Direito à Moradia Adequada;
- Violação do Direito à Gestão Democrática da Cidade;
- Violação do Direito à Identidade e Manifestação Cultural;
- Violação do Direito ao Trabalho.

Figura 3 – Atos públicos contra a violação do direito à moradia



Fonte: Fotos cedidas pela Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador.

Para se contrapor a este modelo de renovação urbana excludente, moradores sofrendo pressões e aviltamentos diários para abandonar seus lares, constituem a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH – e levam a questão ao Ministério Público. O movimento organizou atos públicos, entrevistas em jornais e revistas e, entrou com uma Ação Civil Pública contra o governo do Estado da Bahia/Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER pela violação do Direito à Moradia, assim como uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a validade da lei 8212/02 de desapropriação da área.

Essas micropolíticas podem ser compreendidas como processos organizativos em um espaço de práticas (FOUCAULT, 2010; SCHATZKI, 2006) que, aproveitando-se dos hiatos deixados pela normatividade social, confrontam, mesmo que sob a aparência de reprodução, um ordenamento social de modo a transgredi-lo (CERTEAU, 2002). Michel de Certeau, por conseguinte, não destaca a produtividade das estratégias do poder, mas das microrresistências mobilizadas a partir das táticas cotidianas. Lembrando que essas não são consideradas apenas como uma negação do poder ou contra produções disciplinares. Pelo contrário, esse autor destaca a capacidade criativa, afirmativa e fundante das resistências.

As micropolíticas referem-se:

- a) às relações da reflexividade, do confronto, das práticas com lógicas de ação determinadas desde uma perspectiva histórico-cultural;

- b) apresentam um cunho processual, pois as formas de organização são múltiplas e articuladas em um espaço de práticas;
- c) produzem efeitos no cotidiano, devido ao seu caráter relacional com as esferas normativas da sociedade.

As ações contra-hegemônicas realizadas pelos movimentos sociais contribuíram para que o Ministério Público fundamentado na Constituição Federal, no Estatuto das Cidades que incorpora o direito à moradia digna, integrando e incluindo os direitos culturais, sociais, econômicos e urbanísticos, dentre outros, propôs ao Governo Estadual/ CONDER e Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR a realização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com a participação da AMACH e do Ministério da Cultura.

Após um processo de intenso conflito, foi assinado, em 1º de junho de 2005, o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, garantido a permanência de 105 famílias na área da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador-CHS.

Esta que poderia ser apontada como uma mudança no processo de apropriação do espaço, no Centro Histórico de Salvador, demonstrou-se mais uma nova forma de suplício aos moradores, que, apesar do discurso integrador de participação, se vêem alijados das principais decisões sobre o seu próprio destino. Algumas questões nos vêm à tona quando tratamos do processo de Recuperação da 7ª Etapa do CHS.

Talvez a primeira questão que todos os planejadores deveriam fazer, seria preservar para quem? Seguida de preservar para quê? Sem querer entrar nas motivações e divagações dos debates preservacionistas, o fato é que, quando tratamos de uma área de interesse histórico, povoada por uma população pobre e marginalizada, deveríamos questionar se o modo de vida e a relação com o espaço também não deveriam ser preservados e recuperados assim como os imóveis e monumentos? Para Sennet em seu livro *Carne e Pedra*, não existe espaço construído fora de seu contexto histórico e das relações entre aqueles que habitam esse espaço.

A recuperação do patrimônio cultural da 7ª etapa era entendida pelos governantes pela sua importância histórico-cultural e porque completaria o processo de recuperação do Centro Histórico de Salvador em sua totalidade.⁷ No entanto, em sua argumentação, exposta

⁷ A recuperação do patrimônio cultural da 7ª etapa foi estruturada em 2002, pelo Ministério da Cultura, e o Estado da Bahia, com a participação do município de Salvador. O convênio foi firmado através do Programa de Preservação de Patrimônio Cultural Urbano (Programa Monumenta) do Instituto do Patrimônio Histórico e

no documento técnico que fundamentou o projeto, percebe-se que a estratégia era de concluir o processo de recuperação do patrimônio e a retirada da população pobre que ali reside. A justificativa de recuperação de sete monumentos e de 76 casarões, execução de estacionamento e infraestrutura argumentava que a área apresentava “uma alta concentração de imóveis em ruínas ou em péssimo estado de conservação, associado à marginalidade social e urbana ali observada, foram fatores decisivos para sua seleção dentro do Programa Monumenta, sem o que a recuperação e reutilização efetiva do Pelourinho não seria possível” (SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA, 2002, p. 9).

Segundo ECONTEP (2000), a área de recuperação prevista na 7ª Etapa era “vista como um local degradado e perigoso, reduto de marginais, prostitutas, travestis e de desocupados, sendo vulgarmente chamada de "cracolândia", devido à existência de pontos de tráfico e consumo de drogas” (BRASIL, 2002, p. 46).

Os documentos oficiais atribuíam o caráter negativo da imagem da área aos moradores, destacando “uma identidade negativa” marcada “[...] por marginalidade social, econômica e urbana. [...] a reversão desse quadro é de fundamental importância para obtenção de uma valorização da área e, portanto, devem tomar-se medidas que resultem em uma imagem positiva” (BRASIL, 2002, p. 36).

Esta estratégia de desqualificação dos moradores por parte dos governantes foi em parte derrotada pela conquista da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) através do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC como poderemos verificar a seguir. Dos 76 imóveis que serão recuperados, readequados em 339 unidades habitacionais e 55 pontos comerciais – 105 unidades habitacionais foram destinadas para atender às famílias incluídas no TAC através do Programa de Habitação de Interesse Social - PHIS e 234 unidades habitacionais foram conservadas ao Programa de Habitação para os Servidores Estaduais.

No entanto, se observarmos com calma a planta de recuperação e como foram distribuídas as unidades habitacionais do Programa de Habitação de Interesse Social, percebemos que essa conquista foi transformada por parte do Estado em um absoluto controle dos moradores cravado no espaço, conforme veremos a seguir. Esse controle ocorre porque o

Artístico (IPHAN), do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de recursos de contrapartida do governo Estadual.

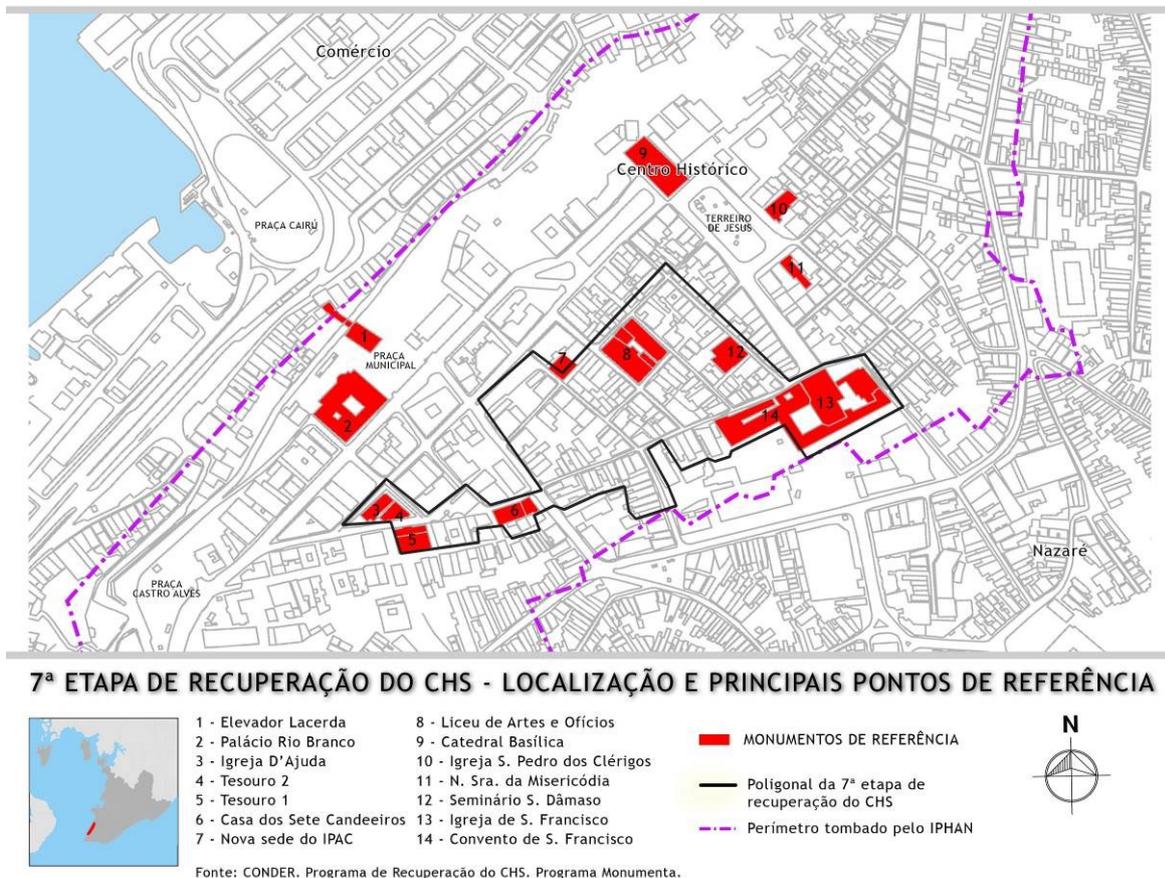
Estado da Bahia não reconhece as práticas cotidianas, os “modus vivendi”, a cultura popular típica dos moradores do Centro Histórico de Salvador.

Para além dessas questões, o controle do Estado está relacionado ao fato de que o espaço é o lugar praticado por sujeitos históricos, uma vez que, em meio a essas tramas, os sujeitos podem estabelecer intervenções de sustentação ou rupturas das tecnologias do poder, criando outros lugares que não os próprios em um espaço (CERTEAU, 2002). Se, para Foucault (2006), as relações de poder formam as tecnologias disciplinares, para Certeau (2002), é no cotidiano que devemos analisar esse processo, dado que ele não está submetido tão somente ao nível disciplinar, mas também à dimensão política das práticas cotidianas.

A DISTRIBUIÇÃO DOS POBRES NO PROJETO

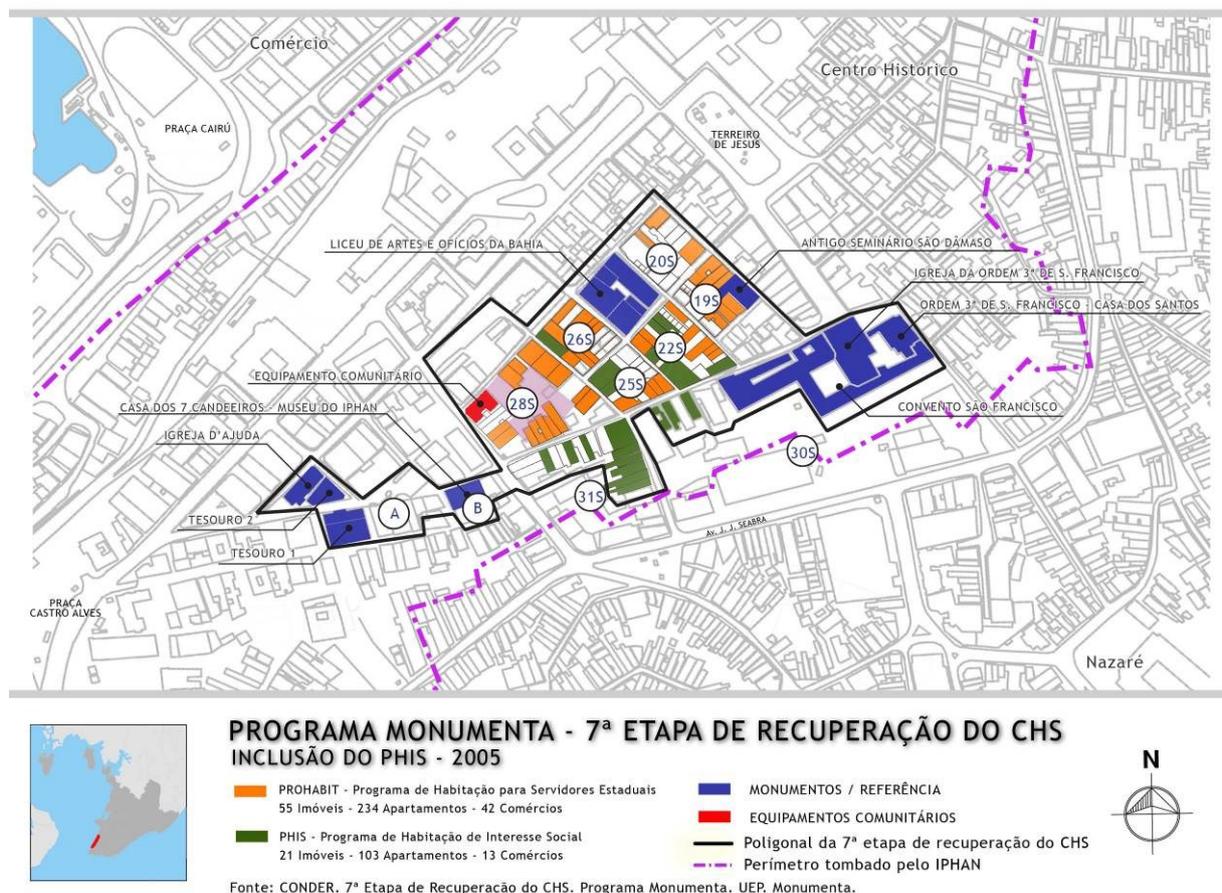
Para entender este território em disputa é importante entendermos que a área da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador está próxima de importantes atrações turísticas, tais como: a Igreja da Ordem Primeira de São Francisco, o Convento de São Francisco e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, o Terreiro de Jesus, o Elevador Lacerda, o Palácio Rio Branco e a Praça Castro Alves. Soma-se a isso, o fato de a área estar inserida dentro da poligonal de tombamento da UNESCO.

Figura 4 – 7ª etapa de recuperação do CHS – Localização e principais pontos de referência



A partir da compreensão do contexto e localização do projeto observamos o próximo mapa do Programa Monumenta - Recuperação da 7ª Etapa do CHS, onde é possível verificarmos que na quadra 19S constam 7 imóveis destinados para uso residencial, à construção de um equipamento comunitário e a recuperação do Seminário São Dâmaso do século XVII. Ao lado do Seminário São Dâmaso na Rua do Beco do Seminário nos lotes 1 e 1A residem moradores do TAC, porém a quadra toda foi destinada para o Programa de Habitação para os Servidores Estaduais. O interessante é que o Programa Monumenta e os técnicos do governo estadual falam na importância da mistura social, porém, na prática, eles colocam cada um circunscrito em um microterritório a “quadra ou o imóvel” separando completamente os pobres que já moravam na área dos futuros moradores. A ideia é a de garantia de reserva de valor do imóvel somada com a separação de classe social.

Figura 5 – Programa Monumenta - 7ª etapa de recuperação do CHS – Inclusão do PHIS, 2005



Na quadra 20S, localizada a 45 metros da Praça do Terreiro, temos a recuperação de 9 imóveis. Nessa quadra, os imóveis 15 e 19 abrigam 49 famílias do TAC – porém a quadra foi destinada exclusivamente para o Programa de Habitação para os Servidores Estaduais. Podemos perceber que essa quadra está próxima dos monumentos e pontos comerciais de intensa circulação de turista - área de importante valorização fundiária.

Em 2005, com o TAC, no processo de revisão do projeto da 7ª etapa o governo do Estado e o Ministério da Cultura, agentes promotores fundamentaram para os moradores que os projetos arquitetônicos dos imóveis situados nas Ruas São Francisco, 28 de setembro, Saldanha da Gama e 7 de Novembro já estavam desenvolvidos e destinados ao Programa de Habitação para os Servidores Estaduais e, por isso, o atendimento às 105 famílias se faria nos imóveis situados na área delimitada em verde no mapa.

Essa argumentação encobre mais explícita no desenho a estratégia de delimitar o território dos pobres. Nesse caso, destinam-se para o Programa de Habitação de Interesse Social as ruas já estigmatizadas como território dos drogados e prostitutas.

É evidente que os imóveis ocupados pelos moradores poderiam compor um Programa de Habitação de Interesse Social, mas o projeto organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos através do desmonte do modo de vida e da micropolítica familiar dos grupos. O mais cruel é constatar que, através desse projeto de proteção ao patrimônio cultural – a recuperação desarticula as relações sociais – distribui as famílias nos imóveis sem levar em consideração a rede de solidariedade social e econômica. O projeto não foi incorporado à concepção contida na proteção ao patrimônio cultural, que passa pela diversidade cultural, onde o cotidiano de grupos e categorias sociais é reconhecido como dignos de preservação.

A quadra 28S foi destinada inteiramente para o Programa de Habitação para os Servidores Estaduais e para a construção de um estacionamento no miolo dessa quadra. O governo do Estado apoia-se em duas justificativas: primeira que para atrair a população de média renda é necessário que haja um estacionamento; segundo que o estacionamento viabilizará o equilíbrio financeiro e se configurará em projeto âncora.

A primeira leitura que fazemos é que o miolo da quadra 28S é o único terreno desocupado nessa região. No mínimo deveria ser feito um debate, enquête para entender as necessidades de todos que convivem nessa região, assim como construir alternativas para o atendimento ao compromisso assumido pelo Estado junto ao TAC, que define em seu item 7 que “o projeto de recuperação da 7ª etapa do CHS será objeto de discussão com a comunidade, visando à compatibilização das unidades habitacionais à composição das famílias, definindo-se os equipamentos coletivos e o programa de ação”.

Lembramos que, de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, estabelecendo para tanto, dentre as suas diretrizes, a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Art. 2º - II).

Podemos verificar que a posição do governo do Estado está em desacordo com o Estatuto da Cidade e as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana implementada pelo Ministério das Cidades, que orienta a:

- a) integração com as políticas de uso do solo e de desenvolvimento urbano;

- b) prioridade dos meios não-motorizados sobre os motorizados, e dos serviços de transporte coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- c) priorização de projetos de transporte coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

Nesse sentido, enfatizamos que não é possível fazer política de integração social se não se prever o atendimento dos serviços básicos necessários e que o diferencial da 7ª etapa será o de incluir a população de baixa renda no projeto, diferenciando-a das outras etapas, pois a manutenção da população e o repovoamento do centro e, portanto, sua reabilitação depende de ações concretas, sob pena de não conseguir inseri-lo na dinâmica do desenvolvimento da cidade como um todo, tampouco recuperá-lo economicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Estado, em 2007, tenha assumido um discurso inserido na perspectiva de promover a melhoria da urbanidade para os habitantes e usuários do Centro Antigo, estimular a diversidade de ocupação e a complementaridade de usos e funções, de incentivar e promover a recuperação do patrimônio histórico e o repovoamento da área central, entre outros. Isso não se traduziu prática, na primeira oportunidade que teve de promover a mistura social – dentre vários servidores públicos estaduais cadastrados interessados em residirem no Centro Antigo, o Estado elegeu uma única categoria profissional - a vinculada à segurança pública - 27 policiais militares foram selecionados e estão residindo na área da 7ª Etapa, desde 24 de fevereiro de 2014 (BAHIA, 2014).

Essa opção política do Estado mostra formas específicas de relações de poder, a exemplo das práticas disciplinares (FOUCAULT, 2006), que permitem o controle minucioso do corpo, da subjetividade, garantindo uma relação de docilidade e utilidade dos sujeitos na sociedade capitalista. Para Foucault (2010), o poder é uma prática social constituída historicamente e exercida em diferentes formatações, e seus efeitos intervêm materialmente na realidade dos sujeitos, caracterizando mecanismos micropolíticos de manifestação no espaço social.

Ao longo desse artigo, buscamos evidenciar as formas de poder exercidas pelo Estado na 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Verificamos que o

projeto reforça a segregação socioespacial que as posições ocupadas no espaço formam os lugares, que são pontos de ancoragem para a constituição das práticas que sustentam os mecanismos das relações de forças, bem como configuram as formações dos sujeitos (FOUCAULT, 2010). Essa é uma das características das práticas disciplinares para Foucault (1987), pois, nesse espaço, os indivíduos são classificados e hierarquizados, segundo diferentes objetivos, para garantir sua funcionalidade.

A delimitação do território dos pobres é uma forma de controle exercido pelo Estado, a acentuada especialização, que se manifestaria sobre a caracterização do espaço urbano. Pouco contribuiu para a melhoria de nossas cidades, e ao contrário, acirra as injustiças socioespaciais e a segregação. O reconhecimento, em 2005, do direito de permanência e inclusão de 105 moradores no projeto da 7ª Etapa se fez através de atitudes dúbias – incluindo a população mais pobre e promovendo áreas de exclusividade social – a distribuição dos pobres no território distanciou-os das áreas mais valorizadas.

Esses acontecimentos e a vinda de novos habitantes/policiais militares modificam as relações locais, aliado ao controle das práticas cotidianas e a retração do comércio de proximidade e a saída dos comércios pitorescos que antes consolidavam a vida do bairro – essas mudanças podem conduzir ao enfraquecimento do lugar social.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, M. M. et all. Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das Cartas de Preservação Internacionais. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (Orgs.). **Cidade, Memória e Legislação**. A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB Minas Gerais, 2002.

BAHIA. Governo do Estado e Ministério da Cultura. **Convênio nº. 394/2002**. Salvador, 2002.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. **Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental**. 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Salvador, dez. 2005.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). **Notícias**. Salvador, 2014. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/index.php?menu=noticia&COD_NOTICIA=159. Acesso em: mai. 2016.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. **Perfil do Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador**. Salvador, 2002a. V. 3.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER/MONUMENTA-BID. **Resumo Executivo do Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador**, 2002b.

_____. Governo do Estado da Bahia e Ministério da Cultura. **Convênio nº394/2002**. Salvador, 2002c.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Projeto de recuperação da 7ª etapa do Centro Histórico de Salvador**. UEP – Salvador. Perfil do Projeto. Brasília, 2002. V. 2.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, M. I. Q. F. (Org). **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: FAU/USP, 1985.

FERNANDES, Ana. **Centro antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação**, Infocultura (2). Salvador, 2008.

_____. (Coord.). **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira? Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia, Brasil)**. PPG-AU Faculdade de Arquitetura, UFBA, Lincoln Institute of Land Policy, Salvador, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. L. Michel **Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MOURAD, Laila Nazem. **O processo de Gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010**. 2011. 232 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1997.

RUGANI, J. M. Conservação do Patrimônio no contexto da cultura especulativa. In FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (Orgs.). **Cidade, Memória e Legislação**. A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB Minas Gerais, 2002.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90**. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, César Ricardo Simoni. A gentrificação como atualização das estratégias imobiliárias: os novos dispositivos da acumulação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 14., Rio de Janeiro, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization Studies**. v. 27, n. 12, p.1863-1873, 2006.

SENNETT, Richard. **Carne e a pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA. Resumo executivo do Programa Estratégico do PPA 2000-2003 (Avança Brasil) objetivo do contrato de empréstimo 1200/OC-BR, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID – Projeto de Recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador. Salvador, mai. 2002.

SILVA, Helena M. Menna Barreto. **Agenda de Estratégia da Cidade de Salvador**, Ministério das Cidades, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, Produto 4.1. Brasília, 2005. Parte 2.

SILVA, Helena M. Menna Barreto. **De volta à Cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

SMITH, Neil. **The new urban frontier**: Gentrification and the Revanchist City. Londres/Nova York: Routledge, 1996.

WIPFLI, Mônica. **Intervenções Urbanas em Centros Históricos estudo de caso**: Cidade de Salvador. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2001.

Entrevista:

Jecilda Maria da Cruz Mello.

Abstract

This article aims to understand the forms of power exercised by the state in the 7th Recovery Program Historic Center of Salvador. The theoretical discussions articulate dialogues between Michel de Certeau, Michel Foucault and Raquel Rolnik among other actors. For this task we divided the text into 5 parts. The first is a brief introduction about redevelopment in central areas, characterized by gentrification processes. In the second part we analyze the forms of power exercised by the state in the 7th Step Recovery Program Salvador- CHS History Center. Then we observe the social filtering performed by deportation 1202 families of CHS. In the fourth study the law recognized, but controlled - actions counterhegemonic the Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH the exclusionary requalification process of CHS. Recognition in 2005, the right of residence and inclusion of 105 residents in the 7th Step project was done through dubious attitudes - including the poorest and promoting areas of social exclusiveness - the distribution of the poor in the territory distanced them from most valued areas. Added to this, the state policy option to inaugurate the first 27 units of the Housing Program for the State Servers, a unique categories of servers publics- the military police, undoing this act all talk of social mix. This event changes the local relationships, coupled with the control of daily practices and the decline of local shops and exit the trade before picturesque life of the neighborhood - these changes can lead to weakening of the social place. Thereby helping to facilitate and expand the reframing process of urban heritage and the expulsion of the poorest.

Keywords: Historical Center Of Salvador. Living practices. Micropolitical. Gentrification. Social filtering.

A POLÍTICA DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Policy for Integral Health of the black population in Salvador municipality

Eloísa Solange Magalhães Bastos*
Ana Maria Fernandes Pitta**

Resumo

O presente estudo tem como objetivo avaliar a Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra em Salvador, Bahia, Brasil, durante o período de 2006 a 2012, através de pesquisa avaliativa que se utilizou de análise documental, pesquisa ação e entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde. Os resultados revelam que, apesar dos esforços no sentido de fazer com que a saúde da população negra seja incorporada como uma política pública dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), esta não se encontra plenamente implementada no município, por decisões políticas débeis na efetivação da transversalidade de suas ações e serviços oferecidos na Cidade de Salvador.

Palavras-chave: Política de Saúde. Política de Saúde da População Negra. Avaliação em Saúde.

INTRODUÇÃO

Em 2005 deu-se início à formulação e implantação da Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra (PASIPN) no município de Salvador-BA, com a criação do Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra (GTSPN), através de uma articulação entre as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e da Reparação (SEMUR).

Posteriormente, foi proposta a transformação do grupo GTSPN em Assessoria de Promoção da Equidade Racial em Saúde (ASPERS), com a missão de *garantir a promoção da equidade racial como diretriz transversal da Secretaria Municipal de Saúde*, ou seja, com o encargo de transversalizar a dimensão racial em todas as ações da SMS com vistas à equidade em saúde no município de Salvador.

* Assistente Social, Especialista em Administração e Gestão Pública, Mestra em Políticas Sociais e Cidadania/UCSal, integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Cidadania NESC/CNPq-UCSAL, bolsista da CAPES. E-mail: elosmb@gmail.com

** Doutorado Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo, docente aposentada da FMUSP. Professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Cidadania NESC/CNPq da Universidade Católica de Salvador-UCSAL, Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania. E-mail: ana.maria.pitta@gmail.com

Assim, este estudo toma como objetivo geral avaliar a execução da Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra em Salvador. Os objetivos específicos derivados constituem passos fundamentais do estudo, conforme segue:

- a) identificar elementos facilitadores e inibidores da implantação/implementação da PASIPN e as estratégias de superação utilizadas frente aos obstáculos porventura presentes;
- b) evidenciar pontos fortes e pontos fracos na implantação/ implementação da Política;
- c) expor e analisar juízos de valor apresentados pelos informantes referentes ao processo de implementação da PASIPN.

Sem a ambição de esgotar ou mesmo abranger a totalidade dos pontos referentes à execução da Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra, esse estudo justifica-se diante da lacuna de conhecimento sobre a implementação dessa política em Salvador e a necessidade de sua avaliação tendo em vistas a superação das disparidades raciais em saúde em uma cidade que possui acentuada participação do negro na população total (79,47%), caracterizando-a como maioria demográfica (IBGE, 2010).

METODOLOGIA

A pesquisa buscou responder à seguinte indagação: Como está sendo executada a Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra em Salvador? De forma a identificar o processo de execução da PASIPN em Salvador, assim como detectar e assinalar como os entrevistados avaliam o processo.

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por gestores, profissionais de saúde e um representante do Conselho Municipal de Saúde, acessados em amostra por conveniência da pesquisa qualitativa.

Estratégias de coletas e análise de dados

O primeiro passo na coleta de dados foi a realização das entrevistas individuais, com

base em roteiros previamente elaborados contendo algumas questões semelhantes e outras específicas, que foram aplicados aos informantes chaves. Os entrevistados foram convidados pessoalmente e confirmados por telefone; os encontros foram gravados e as informações advindas das entrevistas, transcritas na íntegra pelas pesquisadoras.

Durante a realização do estudo fez-se também uso da pesquisa documental. Para tanto foram consultados os planos municipal de saúde, períodos 2006/2009 e 2010/2013; as programações anuais de saúde; relatórios, súmulas e atas de reuniões produzidas pelo GTSPN/ASPERS.

Outras fontes de informação qualitativa subsidiaram o andamento do projeto e orientaram a elaboração dos resultados (powers point; caderno de campo, registros feitos durante a realização do Seminário de Avaliação da Saúde da População Negra de Salvador, em 2012, pela ASPERS).

No tratamento e exame desse material, os dados foram ordenados, categorizados e analisados a partir da utilização de análise de conteúdo, na modalidade temática (MINAYO, 2010; BARDIN, 2011).

RESULTADOS

A apreciação dos entrevistados quanto à Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra apresentou semelhantes enunciações avaliativas percebidas a partir da distinção dos dois momentos desse processo.

O primeiro momento corresponde aos três primeiros anos – 2005 a 2007 – período da formulação, implantação e começo do processo de implementação da Política em Salvador, considerado “um momento de avanço muito grande”, em que “teve/ fez um boom”, “foi assim um momento áureo da Saúde da População Negra!”.

O segundo momento corresponde ao período de 2008 até final de 2012, período avaliado pelos entrevistados com relação à implementação da PASIPN com as seguintes expressões de valor: “houve uma recaída”, “houve uma parada”, “houve realmente um recuo em relação à política”, “é como se estivéssemos remando contra a maré”.

1º Momento - O Período do Avanço (2005 a 2007)

Período marcado por uma conjuntura local, nacional e internacional favorável às ações afirmativas, no qual sobressaem os primeiros passos de um governo municipal de gestão participativa; ações na área de saúde focada nos princípios e diretrizes que norteiam o processo de construção do SUS; primeiro secretário da SMS desse período, sensível à questão racial, e bem articulado com o secretário da SEMUR; gestor da Reparação com entendimento da missão da SEMUR como transversal às demais secretarias e órgãos da Prefeitura de Salvador; pressão do movimento civil, em especial, dos vários segmentos do movimento negro; existência de recurso financeiro externo; apoio do Ministério da Saúde e de organismos internacionais.

No âmbito da Secretaria Municipal da Saúde: coordenação do GTSPN bem articulada com os movimentos sociais e a academia; liberdade para estabelecer relações interinstitucionais; equipe fortalecida, com acesso facilitado ao poder decisório dentro da SMS, o que resultou na abertura de várias frentes de trabalho e na realização simultânea de diversas ações e atividades.

[...] teve um momento de avanço muito grande, durante uns dois anos e meio, mais ou menos, de 2005 a 2007, a gente pode dizer que houve um avanço da implantação dessa política na secretaria [...] (Entrevistado B).

[...] os três primeiros anos 2005 a 2007, teve um boom com várias capacitações, várias pessoas se envolvendo [...] as ações acontecendo [...] muitas atividades acontecendo ao mesmo tempo, então foi assim um momento áureo da SPN [...] tinha uma “equipe mais fortalecida” [...] tinha a gestão que tava apoiando [...] reconhecimento nacional [...] do que estava se fazendo aqui em Salvador [...] (Entrevistado C).

Primeiro [...] fez o boom. [...] começou ter as feiras no terreiro, começou ter a discussão da dengue nos terreiros, começou a ter a ideia da anemia falciforme [...] Teve a ideia da discussão dos pontos focais, porque havia a vontade do secretário. O gestor tinha a vontade de priorizar essa temática [...] (Entrevistado A).

Nesse momento, foi apresentado como um fator inibidor ao processo de implementação da Política, a ideia, por partes dos servidores e sociedade civil, de que não existe racismo, assim como, a dificuldade da própria instituição em reconhecer o Grupo de Trabalho como uma ação institucional da SMS.

2º Momento - Remando contra a maré (2008 a 2012)

Período marcado por importante ganho normativo, a publicação nacional da Política de Saúde Integral da População Negra, e a criação e formalização do Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra, porém, também assinalado por uma ambiência nem sempre favorável ao fortalecimento, ampliação ou manutenção dos ganhos inicialmente alcançados.

Em Salvador, o período foi marcado pela ocorrência de várias crises e mudanças no cenário político municipal, assim como por certa retração dos movimentos sociais, o que importou na falta de cobranças mais sistemática aos gestores de Saúde e da Reparação quanto ao apoio e fortalecimento à ASPERS e suas ações; ausência de apoio técnico, monitoramento e cobrança mais efetiva à ASPERS/SMS por parte do Ministério da Saúde, através do seu setor responsável pela PNSIPN, que, por sua vez, também não conseguiu costurar a Política dentro do próprio Ministério para poder então cobrar das outras esferas de gestão, o que foi pactuado.

No âmbito da Secretaria da Saúde: período assinalado por intensa rotatividade de gestores e de prioridades; ausência de primazia da temática por parte das gestões que se sucederam; pouca ou quase nenhuma articulação dessas gestões com a SEMUR; contingenciamento dos recursos com importante repercussão nas ações programadas; ao qual se soma o estilo de gestão mais ou menos fechada; aumento da rotatividade dos profissionais; sensível redução da equipe da ASPERS.

[...] a partir de 2007 com as mudanças constantes de secretários, então acho que houve uma recaída, houve um retrocesso, um pouco, não diria nem um retrocesso, houve uma parada na implantação dessa política; houve realmente um recuo em relação à política (Entrevistado C).

[...] está sendo assim, é como se você estivesse remando contra a maré. É como se você estivesse um local, tem pessoas de boa vontade, tem pessoas que querem ver a coisa acontecer, entendeu. Tem pessoas que são qualificadas para fazer, mas que a gestão não prioriza. O investimento e atenção que é dada a essa temática é quase ínfima [...] acho que a política é muito levada assim como o barco que tá remando contra a maré [...] não se renova, não se prioriza pra poder ampliar, e também não se garante a manutenção daquilo que foi criado [...] (Entrevistado A).

[...] hoje eu diria que ela tá muito fragilizada, em 2012, eu diria que ela está muito fragilizada, e a gente tem que ter um olhar atento, por que senão a gente corre o risco de novo de ter as conquistas um pouco adormecidas, então eu acho,

nós estamos em um momento crítico. (Entrevistado B).

[...] e aí se você for fazer uma análise a própria secretaria... a gestão dos nove secretários que se passaram, você vai ver que cada secretário cuidou de um jeito [...] (Entrevistado A).

Frente às “dificuldades”... a “resiliência” - estratégias utilizadas no enfrentamento e busca de superação das dificuldades

Durante o processo de execução da política municipal de saúde da população negra, ao vivenciar situações nem sempre favoráveis, algumas estratégias foram utilizadas pelo GTSPN/ ASPERS, em busca de “proteção”.

No início do GTSPN, a concretização em tempo hábil das atribuições que lhe deram origem, foi uma importante estratégia, pois demonstrou, entre outras, a competência da equipe ao buscar corresponder às expectativas e compromissos assumidos com a gestão e principalmente, com os movimentos sociais.

A articulação intra e intersetorial, estrategicamente colocada como uma das atribuições do GTSPN, foi fundamental para consolidar apoios e dar visibilidade às ações, a partir do diálogo constante com os movimentos sociais, com representações de religiões de matriz africana e com organismos internacionais, nacionais e locais, como o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fórum Comunitário de Combate a Violência (FCCV), a Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria da Reparação (SEMUR), entre outros.

Buscou-se dar um caráter institucional às suas ações, primeiro pela necessidade mesmo da institucionalização da política, por outro lado, notava - se que alguns profissionais de saúde percebiam as atividades desenvolvidas pelo GTSPN como de iniciativa pessoal, coisa do grupo, e não como parte de uma política de saúde. Junto a isso havia a preocupação com a continuidade das ações.

[...] tudo era assim, documentado, se possível com portaria [...] a gente conseguiu regulamentar através de um decreto, a lei municipal que implantava o programa (de Atenção as Pessoas com Doença Falciforme) que era de 1996, mas ela nunca tinha sido regulamentada. Então a gente conseguiu fazer um decreto que regulamentava essa lei, colocamos a portaria de notificação compulsória, tudo documentado, oficializado. Então, dessa forma, a gente vai construindo esse arcabouço da política aqui, a portaria do comitê técnico de SPN, o GT foi criado

através de uma portaria, participamos de toda a discussão de (proposta de criação do novo) regimento (da SMS), então, se consegue ali garantir a questão da assessoria, pelo menos no documento final que saiu daqui da secretaria tá lá posto, não se havia mais discussão, já tava posto ali a questão da assessoria [...] (Entrevistado C).

A partir de 2006, as ações foram intensificadas, a dimensão racial foi introduzida como um dos eixos temáticos nas VII e VIII Conferências Municipais de Saúde, um módulo específico inseriu a Política de Atenção à Saúde da População Negra no Plano Municipal de Saúde e no Plano Plurianual de Salvador¹, com vistas no último caso, a garantir orçamento para o desenvolvimento das ações previstas. Uma das deliberações da VIII Conferência foi a transformação do GTSPN na Assessoria de Promoção da Equidade Racial em Saúde (ASPERS), como órgão permanente ligado diretamente ao Gabinete do Secretário.

Com o intuito de capilarizar as ações do GTSN/ASPERS, em especial as referentes ao Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), atividades foram desenvolvidas buscando criar uma rede de saúde da população negra no município, a partir da estratégia de constituição dos Pontos Focais – trabalhadores da saúde capacitados nos temas que envolvem a população negra e sua saúde - que atuam nos Distritos Sanitários e demais setores da saúde municipal.

[...] a existência dos pontos focais, a manutenção disso, os pontos focais continuaram se reunindo, com todas as dificuldades que estavam acontecendo na secretaria ao longo desses anos, mas foi algo que se manteve, se reunindo mensalmente, discutindo as ações [...] (Entrevistado C).

Outra ação desenvolvida e indicada como importante estratégia face às dificuldades financeiras, e a fragilidade de orçamento específico, foram a efetivação de convênios com o Ministério da Saúde, durante o período de 2005 a 2007, com vistas à realização de diversas ações como: a formação e capacitação de equipes multidisciplinares para atuar em áreas remanescentes de quilombos em Salvador; capacitação de profissionais para atuação nos espaços religiosos de matriz africana; capacitação de terapeutas de religiões de matriz africana; capacitação de profissionais de saúde sobre os agravos mais prevalentes; realização de dois seminários internacionais, além de confecção do material promocional (cartazes, folders, banner, cartilhas, vídeos), com o objetivo de divulgar o diagnóstico de SPN e as ações

¹ Previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

desenvolvidas pelo grupo visando à construção da Política de Saúde da População Negra de Salvador.

[...] foi fundamental porque todo mundo sabia que as ações da SPN tinham que acontecer, inclusive por que tem convênio que assegura estas ações, [...] que foi assim levando o trabalho até agora, [...] inclusive deu um status interessante para a própria equipe que estava conduzindo o trabalho porque soube captar recursos, internamente para a secretaria, isso é, um valor que é dado àquele grupo [...] um valor que foi agregado por que a equipe soube captar recursos, e foi o que segurou muitas das ações da SPN por que se dependesse única e exclusivamente dos recursos do tesouro não teria caminhado a metade [...] (Entrevistado C).

Com relação ao Programa da Doença Falciforme, importante foi ter assegurado, desde o início, a responsabilidade do município à assistência (diagnóstico e medicamentos) das pessoas acometidas por essa doença, conforme previsto na Portaria Nº 1.391², ao definir as responsabilidades de cada ente. Assim, os recursos captados através de convênios com o Ministério da Saúde tiveram por objeto capacitação dos profissionais, impressão de material e campanhas.

Com a dinamização das mudanças dos gestores da SMS ocorridas durante esse período tinham-se momentos de muita resistência a PASIPN, e a melhor estratégia para a permanência, contraditoriamente, era a invisibilidade.

[...] meio que [...] não chamar muito a atenção inclusive, por que estrategicamente era melhor do que fazer determinados alardes [...] (Entrevistado C).

Por último, mas não menos importante, outra estratégia assinalada referiu-se à ao comprometimento dos membros da ASPERS com o seu fazer profissional.

[...] já que muitos estão lá e nem direito a cargo tem. Então a gente tá lá e perde [dinheiro]. Aí você pega pessoas que já tem interesse pela temática pra continuar ali, é uma estratégia. É uma estratégia utilizada pra isso, entendeu [...] (Entrevistado A).

Pontos fortes na execução da PASIPN em Salvador - atividades importantes realizadas pelo GTSPN/ ASPERS

A elaboração e divulgação do Diagnóstico de Saúde da População Negra, ocorridas nos anos 2005 e 2006, respectivamente, foram apontadas, juntamente com a criação da

² Portaria Nº 1.391, de 16/08/ 2005, institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, as diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.

estratégia dos Pontos Focais, como eventos que simultaneamente, marcaram o processo de implementação da PASIPN e funcionaram como elemento facilitador para a sua institucionalização.

O Diagnóstico de Saúde da População Negra teve como objetivos: identificar os principais problemas de saúde que acometem a população negra de Salvador; levantar as falhas do sistema de saúde no atendimento destes problemas; traçar um perfil epidemiológico da situação de saúde do município, como uma ferramenta para fundamentar o planejamento das ações; e divulgar a realidade de Saúde da População Negra de Salvador. Seu lançamento ocorreu durante a cerimônia de abertura da VIII Conferência Municipal de Saúde³ e, no mês seguinte, em concorrido evento realizado em espaço do Solar do Unhão, ponto de referência histórico e turístico da cidade.

Bem publicizado, discutido na SMS e na academia, foi a partir desse diagnóstico que a dimensão racial foi incorporada à análise da situação de saúde em Salvador, nos Planos Municipais de Saúde, 2006- 2009 e 2010 – 2013.

A implantação do Programa de Combate ao Racismo Institucional⁴ na área de saúde, implicando no envolvimento dos profissionais e gestores, teve início com a realização de oficinas de abordagem e identificação do racismo. Como produto dessas oficinas foi elaborado diagnóstico de como o **racismo** e o **racismo institucional** operam na Secretaria, e foi produzido um plano de ação com vistas à prevenção e eliminação do racismo e do racismo institucional na SMS, ao pressupor que é preciso tornar visível como o racismo se manifesta nas relações de trabalho, nas atitudes e práticas de seus funcionários, e nas ações finalísticas da instituição, para que se possa preveni-lo, combatê-lo, quiçá destruí-lo, através de novas normas e procedimentos capazes de contribuir para a mudança da cultura institucional.

Embora a discussão do Racismo, do Racismo Institucional e outras discriminações em saúde não se restringiam à criação dos Pontos Focais, essa proposta possibilitou, dentre outras coisas, a instituição dos Núcleos Distritais de Saúde da População Negra e

³ A VIII Conferência Municipal de Saúde aconteceu em Salvador, nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2006, no Hotel Fiesta Convention Center, com o seguinte tema “*Salvador na Gestão Plena e a Saúde de todas as Raças*”. Durante a Conferência, o GT, coordenou as atividades do subgrupo que elaborou propostas com relação à equidade para a população negra no SUS. Dentre as conquistas da população negra, foi aprovada a proposta de inclusão do quesito raça/cor em todos os formulários utilizados pela Secretaria de Saúde do Município, a notificação compulsória da pessoa com Anemia Falciforme, além da já citada, criação da Assessoria da Equidade Racial em Saúde.

⁴ O Racismo Institucional é considerado como a “falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (CARMICHAEL & HAMILTON, 1967, p. 4).

posteriormente, com o desenvolvimento das suas ações, a formação da rede de Saúde da População Negra.

Entre 2007 e início de 2008, essa rede estava praticamente formatada, porém ainda muito dependente da atuação próxima e constante da ASPERS. Observa-se, então, que a fragilização desta instância associada aos demais processos que marcaram a gestão da SMS nesse período, levaram ao desmoronamento de alguns desses núcleos. As atuações, contudo, continuaram ocorrendo de forma pontual e isolada. Diversos núcleos distritais desapareceram, mas os pontos focais continuaram, enquanto alguns poucos Núcleos Distritais, mesmo com as pernas bambas, continuaram persistentemente tentando se colocar em pé.

[...] acho que isso realmente foi uma coisa assim bem interessante por que você agrega muitas pessoas e você fortalece a ponta [...] (Entrevistado B).

[...] que de qualquer forma mesmo dentro dessa situação, da dificuldade, até da dificuldade de estar discutindo com eles, são pessoas que ainda mantêm o compromisso, e que continuam fazendo o trabalho acontecer lá na ponta, lá na assistência, a discussão continua acontecendo [...] (Entrevistado C).

O trabalho com as Religiões de Matriz Africana, permitindo a interlocução entre saberes diferentes e, por vezes, antagônicos, quanto à concepção e formas de intervenção no processo saúde–doença, mas que, podem perfeitamente funcionar não só como terapêuticas alternativas, mas como complementares entre si. O que acaba por questionar a hegemonia da medicina convencional ao chamar a atenção para o papel histórico dos terreiros enquanto local de cuidado e preservação da saúde, em especial de uma população historicamente excluída dos vários sistemas de saúde oficiais e anteriores ao SUS.

[...] a articulação com as religiões da matriz africana [...] você esta trazendo outro grupo que ficava um pouco á margem e a gente conseguiu tá integrando dentro, dentro da política, e a própria atuação da secretaria para este grupo que era tímida, com a criação desse grupo de trabalho de saúde da população negra, a gente teve uma aproximação maior com as religiões de matriz africana [...] (Entrevistado B).

Ações como as feiras de saúde nos terreiros, encontros de Yabás e de Orobós⁵, rodas de conversas, oficinas e seminários abriram possibilidades de desmistificação da religião do Candomblé enquanto uma religião menor, primitiva, constituindo-se em estratégias de mobilizações coletivas de saúde pública nesses espaços. Destacou-se a importância desses espaços religiosos para se trabalharem questões relacionadas à saúde (combate à tuberculose,

⁵ Palavras em ioruba, que designam respectivamente mulheres e homens de terreiros.

saúde da mulher, saúde sexual e reprodutiva, entre outras temáticas). Colocou-se em evidência e questionamento a existência da intolerância religiosa na saúde, colocando-se atentos para que as práticas em saúde respeitem, considerem e incluam esse segmento populacional. Outra questão importante foi o estímulo ao exercício do controle social de políticas públicas de saúde por lideranças dos terreiros, com a eleição de uma primeira representante no Conselho Municipal de Saúde.

[...] combater a dengue de forma diferenciada nos terreiros [...] já que eles têm o culto a vários objetos, tipo: tem a quartinha e os agentes de saúde entravam lá: - tá amarrado em nome de Jesus, ou jogava lá o pozinho sem licença, mas tem [que] saber que pra eles representa a presença de uma entidade [...] (Entrevistado A).

A discussão do quesito cor, que na SMS passou, inicialmente, por sua inserção no sistema de informação municipal, o SALUTE durante o carnaval 2005; a realização da campanha “Qual a sua Raça/Cor?” com a confecção de material ilustrativo com o uso de imagem de servidores; e capacitações realizadas, tanto na sede da SMS quanto nos Distritos Sanitários, sobre a sua importância e o seu adequado preenchimento, tomando como referência os critérios utilizados pelo IBGE, ou seja, a sua autodefinição entre as opções, branco, preto, pardo, indígena e amarelo, tem em vista a produção de uma informação em saúde mais adequada para a população.

[...] a questão do quesito raça/cor [...] que pra muitos é algo irrelevante, é algo que não deveria /que é só marcar lá que você é negro, se você é pardo. Mas que não é. É algo que de fato trazem dados que comprovam, [...] esses dados serve pra isso, pra mostrar que há uma negligencia e também pra priorizar qual o publico alvo, você tem que ter uma política prioritária. (Entrevistado A).

Outro ponto forte indicado no processo foi o fortalecimento do cuidado às pessoas com Doença Falciforme a partir da implantação do seu Programa, que segundo alguns entrevistados, insere-se como uma das mais importantes propostas de atenção integral à saúde da população do município, e que tem servido de referência a outros programas, e outros estados e municípios do Brasil, e, para outros países.

A princípio, sob a responsabilidade direta do GTSPN/ASPERS, à medida que o programa ia sendo implementado, percebeu-se a necessidade da sua alocação na Coordenadoria de Atenção e Promoção à Saúde (COAPS), setor da SMS que tem por finalidade coordenar, apoiar, monitorar e avaliar as ações e serviços de Promoção e Assistência à Saúde com vistas ao desenvolvimento dos Distritos Sanitários assegurando o

cumprimento das metas estabelecidas na política de Saúde do Município (Dec. nº 13.661/11/06/2002). Talvez este tenha sido um passo importante, embora não único, para a sua consolidação na SMS, à medida que facilitou o diálogo constante com as demais áreas técnicas, de forma a transversalizar suas ações.

Apesar de não publicada em portaria, o processo de formulação da Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra, que contou com a participação de diversos seguimentos do movimento social, profissionais de saúde do município e do Estado da Bahia, e representação de outros órgãos da PMS na sua elaboração, e posteriormente foi discutida e aprovada pelo Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra, foi considerado como marco no decorrer das realizações da ASPERS.

Outras atividades apontadas como ponto forte na implementação da política foram as diversas capacitações promovidas para vários atores (profissionais de saúde, gestores, lideranças da sociedade civil etc.) realizadas através de cursos, seminários, roda de conversas, grupo de estudo etc. O intercâmbio com outros municípios e Estados, por intermédio de suas secretarias de saúde. Divulgação sobre o AINHUM, chamando a atenção sobre o desconhecimento da doença e a necessidade de estudos que possam reverter em melhorias da atenção aos seus portadores. Parcerias como as realizadas com o PNUD quando da implantação do Programa de Combate ao Racismo Institucional, e posteriormente, com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), na qual a ASPERS se envolveu enquanto membro do Grupo de Trabalho UNFPA (GTUNFPA).

Pontos fracos na execução da PASIPN

A despeito de todo o percurso realizado, de acordo com os entrevistados, o não monitoramento de ações desenvolvidas, quer seja por ausência de prioridade ou por falta de condições objetivas da sua realização, foi assinalada como um ponto fraco na implementação da Política de Saúde da População Negra em Salvador.

[...] a discussão tem de acontecer dentro de todas as áreas técnicas, então vem se dando com algumas dificuldades [...] para estar monitorando, a gente consegue chegar, consegue pactuar com as áreas técnicas, mas depois não consegue monitorar e essa é uma questão que se não se tiver muito presente, no dia-a-dia, termina se perdendo, termina se esvaindo nas áreas técnicas [...] (Entrevistado E).

Contudo, é a transversalidade, ou melhor, a sua falta, que reiteradas vezes foi assinalada como o ponto mais fraco desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa concepção ampliada a todo o período, o estudo evidencia que, embora tenha havido avanços, a política ainda não foi plenamente implementada na SMS de Salvador de fato; percebe-se que esta avaliação toma como referência basilar a não publicação de Portaria instituindo a Política de Atenção à Saúde Integral da População Negra, documento largamente discutido e aprovado pelo Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra, mas principalmente, a não efetivação plena da sua transversalização na SMS.

[...] houve avanço, não um avanço da forma que a gente gostaria, mas [...] acho que foi positivo de qualquer forma, ela continua acontecendo “mesmo” com as dificuldades que a Secretaria vem sofrendo ao longo do tempo aqui [...] (Entrevistado D).

[...] eu vejo como um avanço da realidade, apesar de toda a dificuldade, [...] não foi assim, passos largos que se pretendia, mas foram passos importantes, para efetivação mesmo dessa discussão da percepção dessa política como necessária e essencial mesmo para um (SUS) inclusivo, que eu acho que a grande proposta é essa... um SUS que atenda a todos, [...] de acordo com sua necessidade, ainda não estamos lá, mas já se fez uma ambiência para que isso se estabeleça. (Entrevistado E).

[...] olho o processo assim com altos e baixos [...] vamos supor assim, você teve, e aí eu não quero ser injusto, espero que eu não seja assim, você teve algumas ações mais fortes em determinado momento e outra com menos força, mas que não culminou de fato na implantação da política integral. Vamos supor assim, a política integrada, ela não existe, é uma luta grande ainda do movimento [...]. Mas que está lá parada ainda a discussão da efetivação da política. E aí se você for parar pra notar, você vai ver que a gente não conseguiu fazer a transversalidade entendeu. (Entrevistado A).

As diversas leituras dos documentos produzidos pelo GTSPN/ASPERS, durante o período em estudo, evidenciam esforços desprendidos pelo GTSPN/ASPERS, desde o início da sua atuação na SMS, visando à imprimir a dimensão racial nas várias ações de saúde. Diligências vão desde a busca de diálogo constante com diferentes coordenações, setores e áreas técnicas da SMS, até as tentativas de introdução da dimensão racial nas ações programadas e previstas para acontecer anualmente. Observa-se que, ao longo desse período,

a partir do diálogo, quase corpo-a-corpo, que diversas ações foram planejadas e realizadas conjuntamente com algumas áreas/ setores.

Trata-se, de ensaios de transversalidade, pois, apesar de todo o esforço empreendido e das várias ações realizadas, foram pontuais.

Nesse ponto, três questões se apresentam: a primeira diz respeito à questão da transversalidade em si, cujo conceito é de fácil entendimento, mas cuja operacionalização mostra-se aos implicados com sua implantação, ainda de uma forma vaga e imprecisa.

Este conceito busca ampliar o desempenho governamental com relação a alguns temas considerados prioritários no atual contexto social, mas, para os quais a organização clássica de gestão e de concepção de políticas públicas não é apropriada ou não os identificam e contemplam de forma satisfatória. (CAMPOS, 2010, p. 8).

Assim, embora a necessidade da ação transversal, à primeira vista, seja consensual, sua execução implica, conforme Menicucci (2006), mudanças na arquitetura administrativa, na gestão e na concepção de políticas públicas, o que foge à competência da ASPERS ou dos demais setores ou áreas técnicas, isoladamente.

O desafio representado pelo desenho da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra ao apresentar a transversalidade como seu princípio organizativo, aponta para a segunda questão, a indispensável discussão do papel a ser desempenhado pela instância responsável pela implantação/implementação da PSIPN, e da sua relação com o centro de poder responsável pela gestão, assim como com as demais instâncias que, em seu conjunto, a configuram.

A terceira questão refere ao fato que, ao adotar estrategicamente a transversalização da dimensão racial como princípio organizativo, a PNSIPN sugere o perpassar do olhar culturalmente cuidadoso às singularidades da população negra nas práticas em saúde. Entretanto, para isso, faz-se imprescindível que a questão do racismo e do racismo institucional - evidenciar para destruir - constitua-se de fato em uma diretriz institucional.

Contudo, para que isso aconteça, necessário se faz o reconhecimento por parte dos gestores e profissionais de saúde da existência do racismo, do racismo institucional e das desigualdades étnico-raciais na sociedade e na área da saúde, de maneira a vislumbrá-los como determinantes sociais das condições de saúde da população negra. O que, por seu turno, possibilitaria o entendimento de que a promoção da equidade em saúde passa necessariamente pela redução das iniquidades raciais, sociais e em saúde, e pela responsabilização e pleno

comprometimento institucional com metas e pactos com vistas a ações que de fato contemplem as necessidades da população que é maioria da cidade.

Entretanto, se há um reconhecimento por parte de alguns profissionais, setores e segmentos, da SMS sobre a importância dessa política, a sua execução, entretanto, exige um trabalho sistemático, contínuo, abrangente, de convencimento, para que seus objetivos e conteúdos sejam inseridos em cada área/ setor da SMS, mas principalmente ter como condição “*sine qua non*” o apoio incondicional da gestão.

Assim, a transversalidade da Política de Saúde Integral da População Negra implica considerá-la como eixo unificador em torno do qual se organizam as demais políticas e serviços em saúde. Para isso necessário se faz o apoio integral da gestão.

Entretanto, o que o estudo ratificou foram, apesar dos ganhos com importantes ações realizadas, as dificuldades decorrentes das constantes mudanças de secretários de saúde durante o período em estudo; o desconhecimento e a resistência, por vezes sutil ou não, à temática por parte da maioria desses gestores e de alguns profissionais de saúde; em simultaneidade com a relevância do apoio institucional através da pessoa do gestor maior e dos seus coordenadores para a efetivação plena da PAISPN.

Essa evidencia, aponta como desafios a serem superados, o desconhecimento dos gestores quanto à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a necessidade do seu real comprometimento com a sua implementação, situação essa agravada pela constante rotatividade dos dirigentes na SMS, no período.

Estudos recentemente realizados tendo por lócus a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, evidenciam que a saúde da população de Salvador apresenta problemas no seu sistema, que vão desde a fragilidade na infraestrutura de serviços a baixa autonomia da gestão (ROCHA, CERQUEIRA, TEIXEIRA, 2010; SOARES, PAIM, 2011). À baixa ou quase nula autonomia administrativa da SMS, apontada como um dos grandes impedimentos a sua governabilidade, constituiu-se num problema em todo o período em estudo. Alia-se a isso a questão, apontada por Cerqueira (2008) e reafirmada pelos entrevistados, referente à agenda do setor saúde, que mudava conforme o gestor, sem que fosse assegurada a continuidade de prioridades.

Esses dados oferecem pistas de que a resolução dos problemas de saúde da população negra passa pela superação dos problemas atualmente enfrentados pelo sistema de

saúde de Salvador. Entretanto, é preciso reafirmar, do ponto de vista da SPN, os embates que o tema provoca, que vai desde o difícil reconhecimento da prática da discriminação – situação agravada pelo mito da democracia racial – ao desafio da destruição de uma cultura secular, que permanece (re) produzindo concepções equivocadas sobre o “ser negro”, e o seu lugar e função na sociedade.

Nesse sentido, verifica-se que o racismo institucional, que em sua dimensão ideológica submete a todos e todas, sem distinção, constitui-se um elemento que simultaneamente justifica a existência dessa Política, ao tempo em que funciona como o principal empecilho à sua implementação.

Contudo, a Política de Saúde Integral da População Negra, enquanto política social é resultado das lutas históricas dos movimentos sociais, em especial, do movimento negro no Brasil, e busca responder às demandas inspiradas em princípios e valores socializados por esses grupos e reconhecidos pelo Estado. Assim, o alcance dessa Política depende tanto das estratégias do Estado na incorporação das suas demandas, como, e principalmente, do nível de organização e pressão dos movimentos sociais pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CAMPOS, L. C. **Políticas Públicas e Temas Transversais**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2010. 91p.
- CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York: Vintage, 1967.
- CERQUEIRA, S. C. **Processo de incorporação do Plano Municipal de Saúde como Tecnologia de Gestão: o caso da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador**. Salvador, 2008, 202 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- IBGE. **Censo demogr. 2010**. Rio de Janeiro, p. 1-215, 2010. ISSN 0104-3145.
- MENICUCCI, T. M. G. **Gestão de Políticas Públicas: Estratégias pra construção de uma agenda**. Trabalho apresentado no CONGRESSO NACIONAL DE RECREACIÓN COLDEPORTES FUNLIBRE, 9., Bogotá-Colombia, 2006. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>> Acesso em: 18 dez. 2012.
- MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROCHA, M. N. D.; CERQUEIRA, S.C. C.; TEIXEIRA, C. F. Planejamento Municipal no SUS: O caso da Secretaria Municipal de Saúde – Salvador. In: TEIXEIRA, C. F. (Org.). **Planejamento em saúde**: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOARES, C. L. M.; PAIM, J. S. Aspectos críticos para a implementação da política de saúde bucal no Município de Salvador, Bahia, Brasil. In: **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 966-974, mai. 2011.

Abstract

This study aims to evaluate the Care Health Policy for the Black Population in Salvador, Bahia, Brazil, during the period 2006-2012, through evaluative research that used document analysis, action research and semi-structured interviews with health professionals. The results show that despite the efforts to make the health of the black population is incorporated as a public policy within the Unified Health System (SUS), this is not fully implemented in the city of Salvador, not the effectiveness of its mainstreaming in all the actions and services offered by the City Health Department and their inter-sectoral actions.

Keywords: Health Policy. Black Policy of Health. Health Evaluation.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E A OFERTA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS SENHOR DO BONFIM-BA

Middle Level Professional Educational Policy: a case study of the Senhor do Bonfim Campus of the Instituto Federal Baiano, Bahia Brazil

Thaline Teixeira Novaes Carneiro*
Katia Siqueira de Freitas**
Antônio Amorim***

Resumo

O objeto do estudo foram as condições e a qualidade de oferta do curso médio integrado do Instituto Federal Baiano no Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim-BA, realizado a partir da Política de Educação Profissional e Tecnológica de 2004. Foram verificadas condições operacionais e físicas, oferta de disciplinas, questões pedagógicas e qualificação dos professores. O objetivo foi identificar as condições físicas, técnicas e pedagógicas do campus para a oferta desse curso considerando os pressupostos e objetivos da Política vigente. Foram examinados documentos oficiais do Instituto Federal Baiano, a legislação referente à Política de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, correspondente aos anos de 2004-2014. O referencial teórico usou a literatura nacional e contribuições de autores como Mészáros e Ball e outros. A metodologia foi qualitativa, exploratória, mediante estudo de caso único, incluindo análise documental e de conteúdo. Quatro gestores responderam a um questionário aberto com quatorze questões. A análise dos dados indicou que as condições físicas de oferta do curso são positivas, assim como a qualificação dos sessenta e dois docentes, dos quais trinta são mestres, dezesseis doutores, treze especialistas. O exame dos dados demonstrou que o curso apresenta carga horária de disciplinas da área técnica de acordo com a política, mas reduzida em relação aos anos anteriores à implantação da atual política, muito embora a escola esteja dotada de unidades educativas bem estruturadas para atender aos conteúdos teóricos do currículo. São necessários a avaliação de satisfação da comunidade escolar e o acompanhamento dos seus egressos no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Políticas de Educação Profissional. Ensino Médio Integrado. Condições de oferta.

* Mestra em Políticas Sociais e Cidadania, pela UCSAL; Auditora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; E-mail: thaline.carneiro@gmail.com

** Pós-doutora em educação pela The Pennsylvania State University, Professora e pesquisadora da UCSAL no programa de mestrado e doutorado de Políticas Sociais e Cidadania. E-mail: sfkatia@gmail.com

*** Doutor em psicologia, pela Universidade de Barcelona da Espanha – UB; Professor e pesquisador da UNEB; E-mail: antonioamorim52@gmail.com

INTRODUÇÃO

Muito tem sido escrito sobre as sociedades contemporâneas de países desenvolvidos e periféricos, incluindo o Brasil. Esses mantêm as marcas da desigualdade social, que persistem ao lado do desenvolvimento científico-tecnológico e da produção de riquezas concentrada nas mãos de poucos. A educação de qualidade é um vetor desenvolvido pelas sociedades para enfrentar a questão da concentração da riqueza e das desigualdades regionais. Este artigo foca o papel que a educação, sobretudo o ensino médio integrado, pode desempenhar na qualificação e capacitação profissional da população, especialmente da economicamente ativa (CARNEIRO, 2015).

Nesse esteio, cresce a convicção entre estudiosos críticos deste cenário mundial que a luta para o seu enfrentamento envolve um processo de transformação na sociedade e nas pessoas para as quais a educação concorre como um campo estratégico. Esse papel estratégico conferido à educação decorre do seu potencial de desenvolver impulsos mobilizadores de transformação individual e social, a exemplo do domínio consciente e crítico da realidade; postura ativa e coletiva, enquanto balizas de uma sociedade democrática e plural.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2002 indicavam que 20,2 % de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos nem estudavam nem trabalhavam (ANDRADE, 2013). A partir de 2004, as políticas públicas de educação profissional no Brasil voltaram seu foco para a oferta de cursos de nível médio integrado, visando à preparação integral de jovens. Ampliar a oferta de cursos médio profissional¹ (BRASIL, 2007), notadamente os integrados (EMI), foi uma das estratégias empregadas pela Política educacional vigente para enfrentar este cenário.

Este artigo traz à baila reflexões sobre a Política de Educação Profissional e Tecnológica de 2004 e as condições de oferta do curso médio integrado (BRASIL, 2007b) em agropecuária do Campus IF Baiano/ Senhor do Bonfim-BA. Destaca as condições físicas, a oferta de disciplinas, aspectos pedagógicos, a qualificação dos professores dentre outras questões relativas à qualidade da oferta do curso. Os dados foram coletados a partir de uma

¹ O curso médio profissional, que articula a Educação Profissional e Básica pode ocorrer: a) na forma **integrada**, destinada somente a indivíduos que concluíram o ensino fundamental e desejam cursar ao mesmo tempo e numa mesma escola, o ensino médio e a educação profissionalizante; b) forma **concomitante** - oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o ensino médio, com matrículas distintas para cada curso; c) **subsequente** - oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 1996).

ampla pesquisa² que envolveu gestores e educandos egressos em 2014 e contemplava outros objetivos além do elencado neste artigo.

A pesquisa inicialmente foi motivada pelo paradoxo do cenário pós-moderno que permeia o início do Século XXI e das expectativas em torno da educação para um mundo mais igualitário. Neste artigo, os autores se restringem a discutir as condições de oferta do curso como referido, considerando os pressupostos e objetivos da Política vigente e a necessidade do país.

Na senda do objetivo proposto, foram examinados documentos oficiais do Instituto Federal Baiano e do Campus Senhor do Bonfim, tais como Planos de Desenvolvimento Institucional (2009; 2015), Regimento Geral; Plano do Curso Técnico em Agropecuária; a legislação referente à Política de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, correspondente aos anos de 2004-2014, notadamente a Lei nº 11.741/2008, que promoveu alterações na LDB/96, inclusive, quanto à Educação Profissional para o nível médio, a Lei nº 11.982/2008 que criou os Institutos Federais, e o documento oficial: Proposta em Discussão - Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC, 2004).

O referencial teórico que sustentou as análises do estudo quanto à oferta do EMI no Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim-BA priorizou a literatura nacional, mas tomou por base autores estrangeiros selecionados, como Mészáros, Ball e outros. Deu destaque a autores que discutem: o desenvolvimento humano numa visão libertária; a educação profissional politécnica e omnilateral numa perspectiva marxista; o ensino médio integrado, como instrumento hábil à travessia de classes trabalhadoras para uma formação com qualidade humana e social.

A metodologia foi qualitativa, exploratória, mediante estudo de caso único, incluindo análise documental e de conteúdo, questionário auto aplicado. Quatro gestores do Campus, pesquisado em 2015, responderam a um questionário aberto com 14 (quatorze) questões que versaram sobre:

- a) se e como o desenvolvimento humano integral era considerado na elaboração de propostas educativas ou no estabelecimento de mudanças na Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio (EPTNM);
- b) se adota, no ensino médio integrado, ações que promovam a indissociabilidade

² A Pesquisa se intitulou Ensino Médio Integrado no Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim-BA: Desenvolvimento Humano na Percepção de Egressos (2015), e foi desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador/BA.

- entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) se os quatro pilares da educação (SER, CONHECER, FAZER E CONVIVER) eram contemplados no currículo e nas práticas pedagógicas do médio integrado;
 - d) ações voltadas para pesquisa no médio integrado; 5) ações voltadas para extensão no médio integrado;
 - e) se o Campus interage com os arranjos produtivos locais;
 - f) ações específicas para garantir que o maior percentual de matrículas se dê no curso integrado de EPTNM;
 - g) se o acesso à EPTNM contempla as realidades local e regional;
 - h) medidas voltadas para a manutenção da permanência dos alunos no curso médio integrado;
 - i) a prática do estágio no médio integrado;
 - j) ações de Educação - promotoras de Empreendedorismo, Cooperativismo na EPTNM;
 - k) desenvolvimento e integração entre Educação-Cidadania na EPTNM;
 - l) a existência de serviço ou projeto apoiando a inserção de alunos no mundo do trabalho;
 - m) se a comunidade escolar avaliava o grau de satisfação com o curso integrado de EPTNM.

Todos os sujeitos que responderam ao questionário desempenhavam suas funções nas áreas administrativa e acadêmica do Campus Senhor do Bonfim-BA, o qual compõe o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano³ (IF BAIANO).

O curso de ensino médio integrado em agropecuária ofertado no Campus Senhor do Bonfim pauta-se na Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de 2004 (BRASIL, 2004a), que visa à formação integral de classes trabalhadoras⁴, significando

³ A criação do Instituto Federal Baiano (Lei nº 11.982/2008) se deu inicialmente a partir do agrupamento da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, além das Agrotécnicas de Catu, Guanambi e Santa Inês, que passaram da então condição de autarquia para *campus* do IF Baiano. Em 2010, na segunda expansão da rede profissional, duas novas unidades foram implantadas no IF Baiano, os *Campi* de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. Ainda neste ano, foram integradas ao mencionado Instituto as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARCs) de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença criadas, e mantidas até então pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Atualmente, em decorrência da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educ. Profissional, encontram-se em construção quatro novas unidades do IF Baiano, nas cidades de Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique (PDI/IF BAIANO, 2014).

⁴ O conceito de classes trabalhadoras adotado no estudo manteve sintonia com o tomado por Marx (1997), isto é, as camadas sociais que se sustentam com a venda da sua força de trabalho, e colaboram para acumulação de riquezas pelo capital.

desenvolver a cidadania do educando e prepará-lo para o mundo do trabalho.

No plano legal, a Política de EPT, desde 2004, passou a oferecer novas perspectivas de acesso ao estudo às classes sociais alijadas de acesso às oportunidades de crescimento e desenvolvimento educacional e profissional. A Política educacional a partir de 2004 oferece novas perspectivas de formação geral, profissional e cidadã aos jovens de classes trabalhadoras, o que pode ser considerado um avanço na perspectiva social face ao histórico do Brasil de subserviência ao Capitalismo e de reformas educacionais, que excluem concretamente dos trabalhadores alternativas de educação de qualidade social e humana. Assim, essa nova política e as ações decorrentes suscitaram dúvidas quanto à possibilidade de se efetivar um curso médio de formação integrada em agropecuária que fortalecesse oportunidades de avanço de classes trabalhadoras.

Os pesquisadores se interessaram em buscar respostas para a pergunta: quais as condições pedagógicas e físicas ofertadas pelo Campus IF Baiano/ Senhor do Bonfim-Bahia no ensino médio integrado (EMI) em agropecuária, para promover a formação humana e social, desenvolver a cidadania do educando e prepará-lo para o mundo do trabalho?

O questionamento decorreu do novo cenário de reorientação das Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica construído no Brasil, com a missão de oferecer novas oportunidades e elevar a qualificação profissional dos jovens, especialmente daqueles das classes menos afluentes economicamente, aprimorar o nível de conhecimento e a capacidade de atuação dessa juventude. A ideia subjacente a essa reorientação perpassava por construir uma nova perspectiva de ensino profissional, radicalmente democrática e de justiça social, capaz de formar cidadãos para o mundo do trabalho, superando o preconceito de que o trabalhador pode ser um técnico, mas não um intelectual ou filósofo ou artista (PACHECO, 2011).

O documento *Proposta em Discussão - Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica* afirma que a política visa à

[...] redução das desigualdades sociais, o respeito e o fortalecimento da cidadania, reconhecendo em todos os momentos que à educação profissional e tecnológica cabe uma posição estratégica importante como elemento criativo de alavancagem, junto com outras políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. (BRASIL, 2004, p. 5).

Para assegurar esses propósitos, várias medidas foram adotadas no âmbito das

Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, notadamente para o nível médio, estando entre elas:

- a) A vinculação legal da Educação Profissional à Básica, mediante articulações com o Ensino Médio⁵ (Decreto n.º 5.154/2004) (BRASIL, 2004b), com destaque para o resgate da forma integrada, que não era prevista na Política antecedente vigente entre 1996 e 2002;
- b) o plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, notadamente com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF'S), que estava parado porque a política antecedente limitou a construção/ampliação de escolas dessa rede através da Lei nº 9.649/1998 (BRASIL, 1998);
- c) a priorização do ensino médio profissional integrado, enquanto oferta educativa dos IF'S mediante a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008b).

A nova característica do ensino médio integrado, estabelecida pela Política vigente, pode ser compreendida como um liame viável à formação de classes trabalhadoras devido às oportunidades que esse tipo de curso oferece aos filhos de trabalhadores, que precisam alcançar graus educacionais e profissionais mais altos desde o nível médio de escolaridade. Esses novos patamares se atrelam à formação humana proposta para o EMI, que alia escolaridade e profissionalização, permitindo aos jovens fazer suas escolhas, a partir dos conhecimentos e capacidades construídos, inclusive, quanto às novas formas de inserção no mundo do trabalho e de organização produtiva, como a economia solidária e o empreendedorismo⁶.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, notadamente a criação dos IF'S em 2008 e a priorização do EMI como principal oferta educativa destes, são importantes meios para a efetivação de uma Política de EPTNM com perspectivas favoráveis ao desenvolvimento educacional e humano de jovens de classes trabalhadoras. Essas medidas reforçam o cenário da oferta nacional de ensino técnico, com instituições

⁵ A articulação entre a Educação Profissional e o Ensino Médio pode ocorrer: a) na forma **integrada**, destinada somente a indivíduos que concluíram o ensino fundamental e desejam cursar, ao mesmo tempo e numa mesma escola, o ensino médio e a educação profissionalizante; b) forma **concomitante** - oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o ensino médio, com matrículas distintas para cada curso; c) **subsequente** - oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 1996).

⁶ Empreendedorismo aqui é entendido na sua dimensão criativa e no comportamento proativo na busca de alternativas viáveis para solução de problemas coletivos, nada tendo a ver com a aceção restrita de competitividade e individualização pelo fracasso e sucesso profissional posta pelo Capital (SILVA, 2009).

de ensino⁷ que defendem o desenvolvimento e a formação centrada nos sujeitos e nas suas necessidades. Essas instituições, uma vez dotadas das condições necessárias, poderão, no campo prático, dar real significado do que pode ser um EMI voltado para uma formação humana integral (MOURA, 2013).

A seguir são comentados alguns aspectos metodológicos da pesquisa, além de resultados relacionados com os objetivos e pressupostos formulados pela Política para a EPTNM nos Institutos Federais e como o Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim-BA vem operacionalizando esses pressupostos.

CAMINHO TEORICO METODOLÓGICO

Assentada numa perspectiva que alude o foco no objeto, como diretriz primordial na definição do caminho metodológico a ser seguido (MACENO, 2005), a pesquisa que lastreou este artigo foi desenvolvida como estudo avaliativo aplicado e de nível exploratório (GIL, 2002), porque gerou conhecimentos para aplicação na temática específica da oferta do ensino médio profissional em agropecuária, de modalidade integrada, no Instituto Federal Baiano/Campus Senhor do Bonfim-BA.

A seleção do Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim, enquanto lugar para realização do estudo, considerou o fato desse campus ofertar o ensino médio profissional integrado, idealizado pela política educacional profissionalizante de 2004. É também um campo empírico de natureza instigante; existente desde 1993, implantou diferentes Políticas de Educação Profissional, formuladas no contexto histórico do país. Já o curso técnico em agropecuária era o único na modalidade integrada ofertada na escola pesquisada.

A pesquisa se revestiu de natureza qualitativa, à medida que estudou a realidade social da oferta do ensino médio profissional integrado, sob a perspectiva que considera para sua análise, o modo como os atores sociais veem o mundo e os sentidos que atribuem aos objetos e ações sociais desenvolvidas (GOLDENBERG, 2004).

As suas análises qualitativas englobaram abordagens históricas que evidenciam a contraditória relação do capitalismo com a questão social, trabalho e educação. Considerou o debate teórico acerca da integração da educação profissional com o nível médio para formação

⁷ As instituições de ensino a partir das quais se criaram os IF'S foram principalmente: as Escolas Agrotécnicas Federais; Escolas Técnicas Federais; Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

humana integral, com perspectiva futura de ajuste neoconservador (mercado de trabalho) ou alternativa democrática (mundo do trabalho; liberdade e autonomia humana).

A pesquisa concentrou a maior parte de suas análises na avaliação dos resultados da implantação da Política do Ensino Médio Profissional vigente pelo Campus referido, mas não se fechou unicamente nele, abordou ainda aspectos das etapas de formulação e implantação da Política.

A escolha do estudo em tocar todos os estágios do ciclo da Política de EPTNM se pautou na adoção do referencial do modelo de análise de política desenvolvido por Stephen Ball e colaboradores, sintetizado em Mainardes (2011). Esse referencial de análise privilegia avaliações de cunho sociológico em detrimento das gerenciais, e suscita o entendimento de que uma análise fragmentada (estanque) dos diversos estágios de uma política desfavorece a coesão e a ampliação do seu debate, além de dificultar a compreensão de como as questões sociais e a visão dos atores envolvidos nos diferentes estágios, determinam o conteúdo e as práticas educacionais e interferem nos respectivos efeitos.

A estratégia metodológica usada pelos pesquisadores para compreender a realidade estudada e analisar os dados coletados, pautou-se na corrente do materialismo histórico dialético e seus aspectos próprios, dentre eles, a visão histórica e as categorias de análise, tais como, hegemonia, reprodução, contradição, mediação e totalidade. A adoção dessas categorias permitiu ver para além da realidade aparente, o que colaborou muito na avaliação do fenômeno social estudado e de seus propósitos de mudanças.

A especificidade do objeto do estudo, isto é, as condições de oferta do curso técnico de agropecuária, na modalidade integrada, tão somente do Campus IF Baiano/ Senhor do Bonfim-BA, conferiu-lhe a tipologia de um estudo de caso (LUDKE; ANDRÈ, 1986).

Para consecução do método do estudo de caso (YIN, 2005), os pesquisadores trilharam as seguintes etapas:

- a) a escolha do referencial teórico sobre o qual se trabalhou; a seleção do caso e o desenvolvimento de um protocolo para a coleta de dados;
- b) a condução do estudo de caso, com a coleta e análise de dados, culminando com o relatório;
- c) análise dos dados obtidos à luz da teoria selecionada, interpretando os resultados da pesquisa.

Entre os referenciais teóricos escolhidos pelos pesquisadores para sustentar suas análises estão os que:

- a) debatem o tema do Desenvolvimento Social, para além da perspectiva econômica, precisamente como sinônimo de liberdade humana (SEN, 2010);
- b) discutem Educação e Trabalho, enquanto instrumentos de reprodução do Capital (MARX, 1971, 1997; MÉSZAROS, 2005; BRAVERMAN, 1987; FILGUEIRAS, 1997);
- c) entendem a Educação Politécnica Omnilateral como uma construção de conhecimento comprometida com a base democrática e emancipadora do desenvolvimento humano (SAVIANI, 1989, 1989, 2000, 2002 e 2007);
- d) defendem o ensino médio integrado à educação profissional, enquanto processo educacional que pode alavancar a travessia dos seus beneficiários na direção da cidadania⁸ e do trabalho que empodera e liberta. (FRIGOTTO, 1989, 1994; MOURA, 2007, 2013; CIAVATTA, 2005, 2008, 2014; KUENZER, 2007).

Em termos de protocolo para coleta dos dados, os pesquisadores se valeram de levantamento documental na legislação básica e nos documentos oficiais da Política de EPTNM notadamente para o contexto dos Institutos Federais (Documento Base: Proposta de Discussão Políticas de EPT, MEC, 2004; Leis nº 11.741/2008 e nº 11.982/08); dos Planos de Desenvolvimento Institucional (2009; 2014) do IF Baiano (geral); do Plano do Curso em Técnico Agropecuária do Campus Senhor do Bonfim-BA (particular); e de dados oficiais fornecidos pela Secretaria de Registros Acadêmicos do Campus.

Na análise da legislação e documentos da Política foram identificados objetivos e pressupostos definidos para o ensino médio integrado dos IF'S. Nos documentos do IF Baiano e do Campus Senhor do Bonfim, os pesquisadores extraíram informações relacionadas ao curso técnico integrado em agropecuária, a exemplo da estrutura física e qualificação dos docentes e número de alunos matriculados.

As respostas aos questionários, aplicados e respondidos conjuntamente por quatro gestores do Campus, revelaram as percepções dos mesmos quanto à proposta de formação do curso, aspectos e ações que caracterizam o cotidiano da escola e do curso.

⁸ O conceito de cidadania acolhida no estudo assentou-se nos referenciais de cidadania plena de Marshall (1967) e cidadania ativa de Chauí (1990).

ENSINO MÉDIO INTEGRADO E FORMAÇÕES HUMANA E PROFISSIONAL

Das análises realizadas em documentos legais e oficiais da Política de EPTNM, formulada a partir de 2004, os pesquisadores identificaram para os IF'S os objetivos explícitos da formação integrada e da priorização da oferta de cursos integrados, além do que a fixação de pressupostos para norteá-los no alcance desses objetivos. A base conceitual da formação integrada perseguida pela Política, bem assim, alguns dos pressupostos fixados pela Política para os IF'S, encontram-se sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 - Objetivo formativo do ensino médio profissional dos IF'S e pressupostos para seu alcance, conforme EPTNM - 2004

OBJETIVOS	<p>Estimular e apoiar processos educativos que levam à formação integrada – preparação para a geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.</p> <p>Articular educação profissional à educação básica (ensino médio), prioritariamente através dos cursos integrados.</p>
PRESSUPOSTOS	<p>Atuação no ensino, pesquisa e extensão, compreendendo essas dimensões educativas no particular e também nas suas relações de indissociabilidade.</p> <p>Sintonia da oferta formativa com as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural do local e região em que se situa o IF.</p> <p>Reconhecimento das questões de inovação e tecnologia, num contexto de equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e proteção ambiental. Do trabalho, como categoria humana de saber e de produção, que pode organizar-se de maneira nova, provocando mudanças sociais e econômicas (empreendedorismo/cooperativismo)</p>

Fontes: Documento Base: Proposta de Discussão Políticas de EPT (BRASIL, 2004); Leis nº 11.741/2008 e nº 11.982/08 (BRASIL, 2008a, 2008b).

Com relação à concepção de formação integrada, apontada no quadro 01, como objetivo da Política vigente para o ensino técnico dos IF'S, importante esclarecer a existência de duas vertentes, na literatura, que comportam as diferentes fundamentações teóricas do que seja educar o ser humano na sua integralidade.

Uma primeira vertente parte do pensamento liberal de John Dewey e da filosofia da ação comunicativa de Habermas (1981) cuja base está no conceito de “educação como reconstrução da experiência”. Essa ideia de formação integral dessa primeira vertente se faz presente no Brasil, nos ideais da escola de tempo integral de qualidade, defendida por Anísio Teixeira e os demais integrantes do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ocorrido em 1932, como orientações básicas para enfrentar o problema da educação brasileira naquela época e a necessidade de preparar os jovens para a vida e para o país que necessitava enormemente dos jovens trabalhadores qualificados, pois iniciava o processo de industrialização.

Essa vertente liberal teve sua aplicação e experiência prática conduzida pelo próprio Anísio Teixeira, na década de 1950, quando criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro no bairro da Liberdade (ESCOLA..., [2016?]), em Salvador. O Centro que ainda hoje está em funcionamento, contava, àquela época, com as escolas-classe, onde os alunos permaneciam 04 (quatro) horas de estudo aprendendo linguagem, aritmética, ciências e estudos sociais além da escola-parque onde permaneciam após o horário da classe e do almoço, por mais 04 horas, completando seu tempo integral de educação com diversas atividades de práticas educativas (artes, educação física, música, teatro).

A segunda vertente sobre a formação integrada se expressa no debate entre o ensino geral e a educação profissional, técnica ou tecnológica. Tem como fundamentos básicos a educação politécnica ou politecnia, como formação integral e humana, segundo as referências feitas por Marx (1971) em seus escritos que analisam o sistema do capital, e suas reflexões quanto à educação que deveria ser ofertada às classes trabalhadoras na direção de uma contra-hegemonia.

Essa vertente remonta, ainda, às referências da educação socialista, que pretendia ligar a escola com a vida, aproximando-a da população; propiciando a compreensão da vida concreta e o desenvolvimento da capacidade de trabalhar, estudar e viver coletivamente (KRUSPKAYA, [S.d.], apud SAVIANI, 2011), enfim, uma educação que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano nas suas integralidades física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (CIAVATTA, 2008).

A formação integrada e a priorização da oferta de cursos médios integrados, enquanto objetivos formulados na Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica de 2004, para solucionar a necessidade de elevação da escolaridade de milhares de jovens de

classes trabalhadoras (BRASIL, 2004) que não concluíram a educação básica e que não trabalham, reacendem discussões no Brasil sobre a Educação Tecnológica ou Politécnica sintonizadas com a vertente defendida pelo marxismo. Isto é, vincular a educação ao sistema de produção com o propósito de “desenvolvimento do homem numa perspectiva coletiva e individual, tratando-se, portanto, do trabalho na sua forma genérica, como atividade de produção individual e coletiva, e não do trabalho alienado na sua forma capitalista” (PARO, 2013, p. 138).

Na contraposição do desenvolvimento essencialmente econômico defendido pelas forças do capital que dominam o mundo, a educação profissional pode efetivamente colaborar com uma alternativa: a do desenvolvimento humano. Nessa retórica, o desenvolvimento passa a ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2010), que enseja atenção em torno de elementos que expandam as capacidades dos homens de levarem o tipo de vida que valorizam, podendo atuar livremente em prol dessa condição.

Atenção a elementos que ampliem as capacidades humanas para além do que interessa ao capital e ao que o ensino médio profissional pode contribuir significa:

- a) desenvolver a ativa cidadania política e social (MARSHALL, 1967; CHAUI, 1990), capaz de colocar no social um sujeito com consciência política, participação ativa, engajamento coletivo nas questões sociais, que lute pela garantia ao direito concretizado;
- b) despertar para a percepção do que vem a ser trabalho humanizado, nas dimensões positiva e original como manifestação da vida, como forma de os homens se apropriarem da sua natureza, em seu devir (MARX, 1971), que em nada tem a ver com o trabalho, que pauta suas decisões e reivindicações no automatismo suscitado pelas condições objetivas do capitalismo.

O desempenho de uma educação para além do capital, conforme Mészáros (2005), significa que, no domínio educacional, as soluções para o enfrentamento dessa luta não podem ser formais, mas essenciais e claras, evitando a subserviência à lógica capitalista, cuja orientação permeia as políticas de parte das sociedades na pós-modernidade.

Nesse sentido, é preciso mudar e consolidar as políticas, pois, conforme denotado por Gramsci: todo ser humano contribui de alguma forma para construir uma concepção de

mundo, e essa contribuição a depender do modo como é inculcada pode servir às categorias da “mudança” ou da “manutenção”. Uma solução positiva para destruir a autoalienação do trabalho provém da universalização conjunta da educação de qualidade e do trabalho, libertos do controle que os mantem em compartimentos separados. Para sair deste círculo, é necessária a intervenção da educação promotora da negação das estruturas capitalistas, e consolidar práticas culturais, políticas e educacionais fomentadoras de uma reestruturação de prioridades a partir das deliberações dos indivíduos conscientes (MÉSZÁROS, 2005).

PRESSUPOSTOS DA EPTNM

Os pressupostos definidos pela EPTNM para os IF'S (vide quadro 1), entre eles, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a adoção do trabalho, da pesquisa e extensão como princípios educativos, precisam configurar-se em ações com compromisso de transformar o ensino técnico num instrumento de emancipação humana, para assim trazer ao presente os ensinamentos da politecnicidade e da educação omnilateral, enquanto contrapontos da formação unilateral que aprisionam muitos trabalhadores numa posição única e menos prestigiada na sociedade capitalista.

A construção concreta deste contraponto requer que os IF'S, em suas ações formativas, incorporem algumas premissas importantes, muito bem sintetizadas na visão de Moura (2007), como:

- a) a compreensão de homens e mulheres como seres histórico-sociais capazes de transformar a realidade;
- b) o trabalho como princípio educativo, prática pedagógica que reflete sobre o mundo do trabalho, a cultura desse trabalho, as correlações de força existentes, os saberes construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção;
- c) a pesquisa como princípio educativo, que instiga o estudante a ter curiosidade sobre o mundo que o cerca; inquietude, para que ele não incorpore “pacotes fechados” de visão de mundo, de saberes, quer sejam do senso comum (saber cotidiano), escolares ou científicos;
- d) a realidade concreta como síntese das múltiplas relações, que possibilita ao estudante a compreensão do contexto no qual está inserido, para que possa intervir nele, em função dos interesses coletivos;

- e) a interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade, como novas posturas do fazer pedagógico para construção de conhecimento, que analisam os objetos estudados, a partir do conhecimento de diferentes disciplinas; problematizam as condições sociais, históricas e econômicas, mediante sua relação com as experiências vivenciadas por alunos/educadores; asseguram uma dinâmica de aprendizagem não linear, que comporta reconstruções, reinterpretações do conhecimento.

Uma questão de vital importância identificada na Política, como pressuposto para a oferta educativa dos IF's, é a oferta formativa em benefício das potencialidades e do desenvolvimento local e regional. É preciso oferecer ao educando uma formação que lhe possibilite buscar alternativas de trabalho e renda em sistema de produção alternativos ou não, assim como desenvolver a “capacidade de perceber os problemas da contemporaneidade e posicionar-se criticamente perante estes. Enfim, adotar um comportamento que exige autonomia intelectual e visão integrada do contexto, enfim, emancipação” (SILVA, 2009, p. 44).

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CAMPUS / SENHOR DO BONFIM

Quanto aos aspectos e percepções que se relacionam ao ensino médio integrado ofertado no contexto desta escola, as análises dos dados indicam características do curso e o cenário a seguir relatado.

O curso é oferecido gratuitamente e ainda disponibiliza alimentação, material didático, auxílios diversos, bolsas de estudo e possibilidade de participar de pesquisa (embora não contemple a todos) os que se inscrevem para a seleção. Além do mais, este é o único curso da região com características profissionalizantes nessas condições.

No que se refere a aspectos geográficos, o Campus que abrigou a pesquisa se localiza na Estrada da Igara – Zona Rural do município de Senhor do Bonfim/Bahia. Município este com uma área de 816,697 Km², população estimada de 80.810 habitantes (IBGE, 2014), clima quente e seco, distante 375 (trezentos e setenta e cinco) Km da capital do estado; e que regionalmente pertence ao Território de Identidade (BAHIA, [2016?]) Piemonte Norte do Itapicuru. Em termos de economia, Senhor do Bonfim-BA se destaca como província mineral (cobre, cromo, ouro, vanádio, magnesita, ferro, manganês, calcita, granito, ametista,

esmeralda e níquel), pela intensa atividade agropecuária com produção considerável de milho e feijão, bem como de gado de corte. Além da pecuária leiteira, abundam práticas de agricultura familiar e comércio de produtos agropecuários (PDI/IF BAIANO, 2014) (BRASIL, 2015?).

A criação do Campus, enquanto órgão que incorpora à estrutura do IF Baiano⁹ deu-se pela Lei 11.892/08. Anteriormente a essa incorporação, o Campus se constituía na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim (1993), que, no início do seu funcionamento, ofertava o Curso Técnico em Agropecuária, na época concomitância ao Ensino Médio, num quantitativo de oitenta vagas (MACEDO, 2009).

No primeiro ano de funcionamento da Instituição, como Campus do IF Baiano (2009), este tinha uma população aproximada de 500 (quinhentos) alunos, e oferecia Cursos de Técnico Agrícola, com habilitação em Agropecuária (integrado com o Ensino Médio) e Zootecnia (subsequente ao Ensino Médio); Técnico em Alimentos (subsequente ao Ensino Médio); Técnico em Processamento em Alimentos (modalidade PROEJA) (MACEDO, 2009).

Decorridos seis anos da implantação dos Institutos Federais (Dez/2008), dados cedidos pela Secretaria de Registros Acadêmicos do Campus mostraram que houve uma expansão no leque de ofertas de ensino para 08 (oito) cursos, que vão do nível técnico, superior à pós-graduação, não computados neste dado os cursos de educação a distância. Houve, ainda, aumento do universo de estudantes matriculados de 500 (quinhentos), em 2009, para 847 (oitocentos e quarenta), em 2014, somente nos cursos presenciais, conforme dados oficiais retratados no quadro 2:

⁹ Em 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com duas unidades: IF Baiano e IF Bahia.

Quadro 2 – Cursos presenciais, nível de ensino, modalidade do curso e número de matrículas no Campus IF Baiano/ Senhor do Bonfim-BA -2014

NOME DO CURSO	NÍVEL DE ENSINO	MODALIDADE DO CURSO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Técnico agrícola com habilitação em agropecuária	Médio Profissional	Integrado	412
Técnico agrícola com habilitação em zootecnia	Médio Profissional	Subsequente ¹⁰	38
Técnico em alimentos	Médio Profissional	Subsequente	60
Técnico em agrimensura	Médio Profissional	Subsequente	70
Técnico em manutenção e suporte em informática	Médio Profissional	Subsequente	40
Licenciatura em ciências da computação	Superior	Graduação	91
Licenciatura em ciências agrárias	Superior	Graduação	96
Especialização em desenvolvimento sustentável no semiárido.	Superior	Pós Graduação Lato sensu	40
TOTAL DE ALUNOS PRESENCIAIS = 847 (oitocentos e quarenta e sete)			

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados gentilmente cedidos pela Secretaria de Registros Acadêmicos, do Campus Senhor do Bonfim-BA.

Os dados do quadro 2 (dois), que tratam das ofertas educativas do Campus, demonstram que, após a sua transformação em IF (2008), como decorrência da Política de EPTNM, o único curso médio profissional, de modalidade integrada, que era oferecido na Escola Agrotécnica de Senhor do Bonfim-BA (técnico em agropecuária), a partir do Decreto nº 5.154/04, passou a dividir o mesmo cenário institucional com outros 02 (dois) cursos superiores e 01 (um) de pós-graduação, o que se mostra bem diferente do que até então era vivido pela escola antes disso, quando ela apenas ofertava educação de nível médio e PROEJA.

Essa caracterização do Campus Senhor do Bonfim-BA como instituição pluricurricular, encontra respaldo na Lei nº 11.982/2008, que criou os Institutos Federais de Educação (art. 2º e 7º). De acordo com essa lei, os Institutos podem atuar em todos os níveis e modalidades de educação, desde a formação inicial (com oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores) até a superior, esta última abrangendo as graduações tecnológicas¹¹, bacharelados e engenharias;

¹⁰ Curso técnico subsequente – são curso ofertados pelo Campus somente para quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL,1996).

¹¹ Quanto ao termo “graduações tecnológicas”, Silva (2009) enfatiza que essa denominação foi dada pela lei n.º

licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica; pós-graduações em sentido *Lato e Stricto Sensu*.

O modelo dos Institutos Federais para atuar na educação profissional e tecnológica integrada e referenciada regionalmente constava do Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007a) (PDE) de 2007, que defendia que os IF's deveriam oferecer:

[...] educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão (BRASIL, 2007a, p. 31-32, grifo nosso).

Ciavatta (2006, p. 914), ao discutir a elevação dos CEFETs em instituições de ensino superior, faz questionamentos sobre o futuro incerto de outros níveis de ensino historicamente ofertados pelos CEFETs, especialmente o ensino médio, que pode ter sua qualidade posta à prova, no momento de realce do ensino superior.

Em termos de estrutura física, o Campus apresenta uma área total de 1.742.400,00 metros quadrados, na qual foram erguidos pavilhões administrativos e pedagógicos, salas de aula, biblioteca, refeitório, cantina, auditório, unidades educativas de produção (UEP), complexo de 14 (quatorze) laboratórios (Informática, Geografia, Topografia, Solos, Física, Química e Biologia). Além, ainda, de espaço destinado à Cooperativa-Escola, onde o aluno desenvolve as competências e habilidades do processo associativista, além de comercializar o excedente da produção advinda das UEP's, e nos âmbitos esportivo, cultural e de lazer, salão de convivência, ginásio poliesportivo, piscina semiolímpica, e um telecentro para inclusão digital e social da comunidade.

A sua oferta do ensino médio profissional de modalidade integrada ocorre em jornada integral, isto é, com atividades que vão das 07h30min às 17h30min horas, com intervalo para o almoço, refeição que, juntamente com o café da manhã, é oferecido pela própria escola.

Esse modelo de escola com ensino técnico em jornada integral, adotado no Campus Senhor do Bonfim-BA, era uma das diretrizes defendidas por Anísio Teixeira desde a metade

9.394/96 alterada pela lei n.º 11.741/08 e que ela não reduz a importância e nem se contrapõe às obrigações dos institutos federais com a educação básica e superior. Isto porque esta denominação no texto legal é compreendida no sentido lato, inscrito na Lei n.º 9.394/96 e não como equivalência aos cursos de educação profissional e tecnológica. Dessa maneira, o curso técnico é de nível médio independente da forma como é articulado (integrado, concomitante ou subsequente) e a graduação tecnológica é de nível superior.

do século XX para construção da escola pública universal, solucionadora da dualidade estrutural que caracterizava a educação brasileira na sua época, e que ainda hoje permanece.

Anísio Teixeira (2015) acreditava que uma escola que funcionasse em tempo integral e com educação voltada para a formação completa, com atividades diversificadas e um mínimo de infraestrutura garantiria aos alunos uma educação de qualidade, e não aquela 'democratizada' nas décadas de 1920 e 1930, garantidora apenas do aspecto "acesso", muito semelhante ao que ainda se vê no Brasil na atualidade.

Todos esses suportes físicos disponibilizados pelo Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim-BA colaboram para a valorizar o processo de vivência prática, cooperativa e integradora dos alunos, e contribuem para a edificação de um ensino médio profissional de identidade politécnica e qualidade humana, conforme referenciais teóricos de Moura (2007; 2013).

Em termos de profissionais para desenvolver suas atividades de formação educacional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2015) evidenciou que o Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim, em 2014, possuía um quadro de 62 (sessenta e dois) docentes efetivos, dos quais 30 (trinta) são mestres, 16 (dezesesseis) doutores e 13 (treze) especialistas.

É provável que esse quadro qualificado de docentes do Campus tenha contado com o impulso dado pelo Plano de Carreira criado pela Política de EPT vigente para os docente dos IF'S, que valoriza mediante gratificações nos salários¹², profissionais que tenham especialização, mestrado e doutorado.

A presença de um quadro profissional qualificado é um aspecto importante, mas não garante, por si só, a qualidade humana e social das ofertas educativas do Campus Bonfim. Essas qualidades da oferta educativa, para serem garantidas na prática, precisam tornar-se as referências centrais dos docentes no desenvolvimento do processo de formação do Técnico em Agropecuária. O que significa dizer que devem determinar o modo como os docentes abordam os conteúdos teóricos; utilizam o espaço físico, os instrumentos e equipamentos que a escola dispõe, e até como estabelecem as relações em sala de aula.

No que se relaciona ao curso técnico integrado em agropecuária em específico, os

¹² Para se ter uma ideia da valorização mencionada, o Plano de Carreira para docente do IFES traz, na estrutura remuneratória deste cargo, a previsão além do vencimento básico, de um adicional de retribuição para aqueles que tenham titulação de especialista, mestre ou doutor, sendo o valor para essas duas últimas titulações (2014), respectivamente, de R\$ 1.931,38 (um mil novecentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos) e R\$ 4.540,35 (quatro mil quinhentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos).

gestores indicaram que apresenta reduzida carga horária de disciplinas da área técnica em relação ao que havia até 2009, muito embora esteja a escola dotada de unidades educativas bem estruturadas para atender aos conteúdos teóricos do currículo e aos estudantes. A análise dos dados ainda revelou que o curso não conta com avaliação quanto à satisfação da comunidade escolar e nem com acompanhamento da inserção dos seus egressos no mundo do trabalho.

Os gestores informaram que a carga horária das disciplinas técnicas do curso técnico integrado em agropecuária, no início do seu funcionamento, em 2006, era prevista no currículo em 160 horas anuais, embora, na prática, essa carga horária fosse ampliada para uma média de 300 horas anuais por disciplina, a fim de permitir ao aluno conhecimentos profissionais sólidos de agricultura e zootecnia, exigidos de um técnico em agropecuária qualificado. Por ocasião da implantação da Política de EPTNM em nível de IF Baiano (2009), esta carga horária na prática foi reduzida as 160 horas previstas no currículo, sob o entendimento pedagógico de que os alunos precisavam contar com horas livres para desenvolverem atividades de pesquisa e extensão, o que predomina até a atualidade (2014). Na percepção dos gestores, esta redução minimiza o potencial do aprendizado prático do fazer profissional, além de dissociar teoria da prática e atrair para o curso alunos sem perfil profissionalizante.

Em termos institucionais, ainda de acordo com a percepção dos gestores do Campus, a interação com os arranjos produtivos locais ainda é pouca. Os gestores declararam que as ações de extensão e pesquisa do médio integrado ocorrem de forma atrelada a projetos disponíveis através de editais ou em eventos realizados no Campus ao longo do ano, sendo que, em qualquer das hipóteses, não consegue ainda abranger a totalidade dos alunos do EMI.

Quanto à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista como fundamental pela Política para assegurar a formação integrada, os gestores mencionaram que, no curso técnico, há uma garantia mediante projetos de iniciação científica e participação em eventos científicos.

No sentir dos pesquisadores, a instituição aproveitou as medidas de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica trazidas pela Política atual de 2004, à medida que ampliou e melhorou sua estrutura física, equipamentos e o corpo de pessoal. O avanço desses aspectos, sobretudo de qualificação do pessoal docente, mostra-se positivo em colaborar com a escola no desafio de construir uma formação humana integral, capaz de fazer com que tanto alunos quanto professores desenvolvam suas atividades, com senso crítico,

reflexividade e conhecimentos profundos.

Especificamente, no que tange à expansão das ofertas educativas, o estudo notou que, em termos de EPTNM, a diversificação das áreas se restringiu aos cursos de modalidade subsequente, optando o Campus por oferecer, na modalidade integrada, apenas o curso médio da área de agropecuária, conforme faz desde 2006 antes da criação do IF Baiano (2008). No cenário do Brasil onde milhares de jovens de classes trabalhadoras não concluíram o nível médio, torna-se importante refletir sobre uma diversificação da oferta do médio integrado, a fim de colaborar com o acesso de jovens que desejem outras áreas de formação.

A análise dos dados, que refletem as condições de oferta do curso técnico em agropecuária no Campus, permitiu identificar ressalvas quanto às qualidades social e humana desta formação. As ressalvas dizem respeito à:

- a) capacidade de desenvolver a cidadania ativa no contexto social. Uma das justificativas para tal ressalva é o fato de o Campus Sr. do Bonfim apresentar ações de extensão e de pesquisa ainda tímidas, para estabelecer a interação dos estudantes com a realidade local e suas demandas sociais;
- b) o curso não explicita para qual concepção de trabalho prepara seus alunos: se a noção de trabalho está atrelada apenas ao capital ou à realização pessoal e cidadã do trabalhador, como orientado pela Política. A ressalva da falta de clareza do curso quanto à concepção de trabalho que acolhe se respalda na timidez do Campus em manter uma carga horária de disciplinas técnicas e realização das aulas práticas mitigada; pouca proximidade com os arranjos produtivos locais; e não acompanhar a inserção dos egressos no mundo do trabalho.

Diante dessas ressalvas, o estudo sugere ao Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim que aprofunde a compreensão quanto ao potencial emancipador da extensão e da pesquisa, enquanto atividades que, interacionando o aluno com a realidade concreta e suas demandas sociais, podem mobilizar sua mente e atitudes para uma perspectiva reflexiva, ética, crítica e solidária.

É igualmente importante que a escola estabeleça: a) o diálogo permanente com os arranjos produtivos locais e suas demandas de desenvolvimento, acolhendo nesta direção a proposta formativa do seu curso integrado; b) o acompanhamento contínuo dos seus egressos, para obter informações sobre a efetividade das ações educativas frente ao cumprimento de suas finalidades; c) a garantia no currículo de disciplinas técnicas e atividades práticas, inclusive

empreendedorismo, todas sob o manto de uma sustentabilidade que preserva a original autonomia da natureza e do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso a relevância da educação no contexto da sociedade pós-moderna na qualificação da população para conduzir seus destinos e tornar-se independente das amarras que impedem os desenvolvimentos humano e cidadão. Educação para a emancipação, como já tratado por vários autores, inclusive Paulo Freire, é uma força que eleva a autonomia e a capacidade de tomar decisões mesmo no mundo de incertezas e de rápidas transformações.

Uma das motivações para o desenvolvimento da pesquisa foi conhecer as condições e a qualidade da oferta do ensino médio integrado decorrente da Política de Educação Profissional e Tecnológica, implementada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF BAIANO)/Campus Senhor do Bonfim-BA. As outras motivações foram relativas à consecução do objetivo de desenvolver o educando para a cidadania e a preparação para o trabalho, conforme objetivado pela Política para o ensino médio integrado dos IF'S. O referencial teórico buscou a literatura nacional sem esquecer as contribuições de autores estrangeiros. Foram analisados documentos oficiais e a legislação referente à Política de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, considerando os anos de 2004-2014.

Quatro Gestores do Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim-BA responderam em conjunto a um questionário aberto com quatorze questões sobre as condições e a qualidade da oferta prática do curso. As respostas aliadas a dados oficiais, gentilmente cedidos pela Secretaria de Registros Acadêmicos do Campus e outros extraídos do PDI/IF Baiano (BRASIL, 2009; 2015), indicaram que as condições de oferta do curso quanto à estrutura física e à qualificação de pessoal são positivas para uma formação que pretenda desenvolver o profissional e o cidadão com qualidade social e humana. Contudo, alguns aspectos pedagógicos do contexto da oferta desse curso, revelados durante o estudo, permitem questionar a qualidade dessa ação educativa, com relação a que cidadania e trabalho direciona seus egressos e para que oportunidades reais de desenvolvimento humano eles se propõem e podem alcançar em suas vidas.

Diante dos questionamentos, o estudo sugeriu ao Campus IF Baiano/Senhor do Bonfim que rompesse com as ressalvas que ainda não permitem que o seu ensino médio integrado ofereça totalmente uma formação humana integral. Nessa tarefa de rompimento,

apontou, como colaboradores, a compreensão mais profunda do potencial emancipador da extensão e da pesquisa, enquanto atividades que interacionam o aluno com a realidade concreta e suas demandas sociais, viabilizando a mente e as atitudes para uma perspectiva mais reflexiva, ética, crítica e solidária. Sugeriu, ainda, o estabelecimento das ações: de diálogo permanente com os arranjos produtivos locais e suas demandas de desenvolvimento; acompanhamento contínuo dos seus egressos; garantia no currículo de disciplinas técnicas e atividades práticas, numa perspectiva sustentável que preserva a original liberdade e autonomia do homem e da natureza.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Hanrrikson de. **IBGE: um quinto dos jovens no Brasil é "nem-nem", que não estuda nem trabalha**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BAHIA. **Territórios de identidade**. Salvador, [2016?]. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

BALL, S. J., MAINARDES, J. (Orgs). **Políticas Educacionais: Questões e Dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 13 abr. 2016.

_____. Instituto Federal Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2009-2013**. Salvador, 2009.

_____. Instituto Federal Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2015-2019**. Salvador, 2015.

_____. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: 1998. Disponível em: 13 abr.

2016.

_____. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Brasília: 2008a.

_____. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões princípios e programas. Brasília, 2007a. Disponível em: <<http://goo.gl/H0OZyN>>. Acesso em: out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proposta em discussão**. Políticas Públicas para a educação Profissional e Tecnológica. Brasília, abr. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CARNEIRO, Thaline T. N. **Ensino Médio Integrado no Campus IF Baiano/ Senhor do Bonfim-BA**: Desenvolvimento Humano na Percepção de Egressos. Bahia: Universidade Católica do Salvador, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Estado, OAB. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB, 13., 1990, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos...**, Belo Horizonte: Conselho Federal da OAB, 1990. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1990;000125515>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

CIAVATTA, M. Formação integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. In: PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **O ensino médio integrado à educação profissional**: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED, 2008.

_____. Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Cortez: São Paulo, 2005. p. 83-105.

_____. O Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: Por Que Lutamos? In: **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, jan-abr, 2014.

_____. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96, Especial, p. 911-934, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a13v2796.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

ESCOLA PARQUE DA BAHIA (A). **Experiência pedagógica pioneira no Brasil**. Obra de projeção internacional. [S.l., 2016?]. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro11/pagina33.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. São Paulo: Vozes, 1994.

_____. Trabalho-Educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação tecnológica. In: **Educação & Realidade**. [S. l.], v. 14. n. 1, jan./jun. 1989.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pnad 2012**: Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

LUDKE, M; ANDRÈ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, José Dionísio Borges de. **Ontem Escola Agrotécnica Federal, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano** – Campus Senhor do Bonfim: mais compromissos e oportunidades para a região. [S. l.], 2009. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2009/05/TEXTO-A-escola-Agrotecnica-Federal-de-Senhor-do-Bonfim.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

MACENO, E.T. **(Im) possibilidades e Limites da Universalização da Educação sob o Capital**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/QbvNdv>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: José Barata Moura. Lisboa, Portugal: Editorial Avante, 1997. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Holos**. Natal, a. 23, v. 2, p. 4-30, 2007.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a

formação humana integral? **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set., 2013.

NOVAES, Ivan Luiz; CARNEIRO, Breno P. Brandão. Enlaces entre Subjetividade, Percepção e Produção de Sentido na Gestão Escolar. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 21, n. 38, p. 95-194, ju./dez./2012.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PARO, Vitor Henrique (Org.). **A Teoria do Valor em Marx e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Nereida. Concepção Socialista de Educação: A contribuição de Nadedja Krupskaya. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, número especial, p. 28-37, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3267/2894>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Caetana Juracy Resende Silva (Org.). **Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008. Comentários e Reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

TEIXEIRA; Anísio. **Educação não é Privilégio**. Org. e Apres. de Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Abstract

The object of the study was the conditions and the quality of the courses offered by the Instituto Federal Baiano Campus IF Baiano / Senhor do Bonfim Bahia-as part of the Professional and Technological Education Policy 2004. The operational and physical conditions, the supply of courses, pedagogical issues and the training of teachers were studied. The objective of the study was to identify the physical, technical and educational practices at the campus in relation to the objectives of the current educational policy. Official documents of the Instituto Federal Baiano were examined, including the legislation on the Professional Education and Technology Policy in Brazil, corresponding to the years 2004-2014. The theoretical framework is based upon a survey of the literature and contributions of authors like Mézaro and Ball, others. The methodology was a qualitative, exploratory case study, including document and content analysis. Four managers answered a questionnaire with fourteen questions. The analysis of the data indicated that the current physical conditions are positive as well as the qualification of sixty-two teachers: thirty have masters degrees, sixteen hold doctorates, and thirteen are specialists. The examination of the data showed that the structure of the course is consistent with the policy, but reduced compared to previous years with respect to the implementation of the current policy. Nonetheless the school has well-structured educational units it needs to meet the requirements of the curriculum. What is needed, however, is an assessment of the satisfaction of the school community and the monitoring of its graduates in the working world.

Keywords: Professional educational policy. Integrated high school. Quality conditions.

INITIATION TRADITIONNELLE AFRICAINE ET VIVRE ENSEMBLE: PISTES POUR UN RENOUVEAU ÉTHIQUE AUJOURD'HUI

Iniciação tradicional africana e viver juntos: pistas para uma renovação ética hoje

Brice Bini*

Résumé

Dans le contexte actuel de déresponsabilisation de plus en plus marquée du fait de la mondialisation où les violences de toutes sortes désorganisent la vie sociale, l'Afrique a-t-elle encore quelques valeurs probantes sur lesquelles l'on peut reconstruire les responsabilités sociales pour la promotion du bien commun? C'est à cette question fondamentale que cet article tente de donner réponse. Pour l'auteur, la responsabilité morale effective se construit à partir d'une culture authentique qui enracine le sujet moral dans une tradition précise. Et l'Afrique en possède encore notamment à travers les rites d'initiation traditionnelle. Malgré les ravages de la culture technologique moderne, les initiations traditionnelles africaines manifestent, là où elles existent encore, une force de résistance qui doit obliger les universités, notamment en Afrique, à repenser leurs curricula pour mieux former les acteurs moraux de demain. Partant alors de l'interprétation concrète de l'initiation des jeunes hommes Kabiye (nord Togo) que l'auteur a, lui-même, pratiquée, il montre le bien-fondé d'une formation universitaire intégrale où prend place nécessairement l'éducation morale des jeunes universitaires.

Mots-clés: Initiation traditionnelle. Culture africaine. Inculturation. Responsabilité morale. Formation universitaire.

Resumo

No contexto atual de desresponsabilização, marcado cada vez mais pela globalização, com violências de todos os tipos, desorganizam a vida social, a África teria ainda sólidos valores sobre os quais se poderiam reconstruir as responsabilidades sociais para a promoção do bem comum? É a essa questão fundamental que este artigo tenta dar resposta. Para o autor, a responsabilidade moral efetiva se constrói a partir de uma cultura autêntica que enraíza o sujeito moral em uma tradição precisa. A África detém ainda tal tradição que se expressa, notadamente, através dos ritos de iniciação. Apesar da devastação causada pela cultura tecnológica moderna, as iniciações tradicionais africanas manifestam, onde ainda existem, uma força de resistência que deve obrigar as universidades, notadamente na África, a repensar seus currículos para melhor formar os atores morais de amanhã. Partindo, então, da interpretação concreta da iniciação de jovens rapazes Kabiye (norte do Togo) que o próprio autor praticou, ele mostra a solidez de uma formação universitária integral, na qual há, necessariamente, lugar para a educação moral dos jovens universitários.

Palavras-chave: Iniciação tradicional. Cultura africana. Inculturação. Responsabilidade moral. Formação universitária.

* Professeur de théologie morale à l'Université Catholique de l'Afrique de l'Ouest, Unité Universitaire d'Abidjan (UCAO. UUA)- Côte d'Ivoire. Email: brice.bini@gmail.com

INTRODUCTION

Depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale, les sages, les chercheurs scientifiques et les acteurs politiques et économiques savent que, pour éviter de retomber dans la folie meurtrière, il faut remettre, au centre de l'existence sociale, l'éthique et la morale. Beaucoup ont alors pensé que *La Déclaration Universelle des Droits de l'Homme* (1948)¹ comme référence politique fondamentale² de tous allait éviter, partout dans le monde, les dérives de la violence et de la barbarie. L'Église elle-même a adhéré à cette volonté et le "bon pape" saint Jean XXIII, par son encyclique *Pacem in Terris* (1963), a, d'une certaine façon, adopté cette *Déclaration Universelle des Droits de l'Homme* comme moyen d'une paix véritable dans le monde³. Si cet engagement a permis de redorer le blason de la question de l'éthique et de la morale naguère pratiquement exclue des débats publics, avec les violences de la fin du 20^e siècle et du début du 21^{ème} siècle, l'on comprend de plus en plus que la reconnaissance et l'adoption des chartes des droits de l'homme ne suffisent plus pour rendre les sociétés humaines plus humaines. Bien plus, l'interprétation, parfois tendancieuse des principes de *la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme*, peut engendrer de nouvelles violences et exclusions. En conséquence, il faut bien plus que la mondialisation et l'universalité des droits de l'homme pour restructurer les individus à leurs sociétés et les rendre plus responsables de l'existence humaine dans le monde.

Dans cette perspective, quelle peut être la contribution réelle de l'Afrique? Autrement dit, en matière d'éducation de la jeunesse pour plus de responsabilité sociale en vue de la diminution effective de la violence et pour une vraie culture de la paix aujourd'hui et demain, quelle contribution pertinente l'Afrique peut-elle apporter au monde?

¹ Par l'Assemblée Générale de l'ONU le 10 décembre 1948 à Paris!

² Cf. Le Préambule de la Déclaration Universelle des Droits de l'homme stipule notamment: « **L'Assemblée générale proclame la présente Déclaration universelle des droits de l'homme** comme l'idéal commun à atteindre par tous les peuples et toutes les nations afin que tous les individus et tous les organes de la société, ayant cette Déclaration constamment à l'esprit, s'efforcent, par l'enseignement et l'éducation, de développer le respect de ces droits et libertés et d'en assurer, par des mesures progressives d'ordre national et international, la reconnaissance et l'application universelles et effectives, tant parmi les populations des Etats Membres eux-mêmes que parmi celles des territoires placés sous leur juridiction. »

³ Selon le pape Saint Jean XXIII, (1963, n.143-144), « Un des actes les plus importants accomplis par l'O. N. U. a été la *Déclaration universelle des droits de l'homme*, approuvée le 10 décembre 1948 par l'Assemblée générale des Nations Unies. Son préambule proclame comme objectif commun à promouvoir par tous les peuples et toutes les nations, la reconnaissance et le respect effectifs de tous les droits et libertés énumérés dans la Déclaration. Nous n'ignorons pas que certains points de cette Déclaration ont soulevé des objections et fait l'objet de réserves justifiées. Cependant, Nous considérons cette Déclaration comme un pas vers l'établissement d'une organisation juridico-politique de la communauté mondiale. ... »

Pour répondre convenablement à cette question, il convient de revisiter l'éducation traditionnelle africaine dans ce qu'elle a de vraiment spécifique et de meilleur : l'initiation. Mon examen se limitera à en dégager quelques valeurs morales pour une existence sociale plus apaisée dans le contexte actuel où, pour les jeunes, les références morales sont de plus en plus insignifiantes. S'il est vrai, comme le montre Alain Thomasset (2015, p. 19) que les « individus se construisent grâce à des traditions de sens portées par des communautés vivantes », une exacte interprétation de l'initiation traditionnelle toujours pratiquée en Afrique peut aider à mieux percevoir la nécessité d'une formation intégrale de la jeunesse où la dimension éthique et morale trouve une place de choix. Par conséquent, après avoir fait le point sur l'état de la culture traditionnelle africaine comme matrice de l'initiation traditionnelle, je m'appuierai sur l'interprétation d'une initiation traditionnelle que j'ai personnellement pratiquée, pour montrer comment l'initiation peut être une authentique voie de formation à la responsabilité morale, but essentiel de l'éducation. J'en déduirai alors la responsabilité concrète de l'université en matière de formation pour le respect et la promotion du bien commun.

SITUATION CONTRASTÉE DE L'ÉDUCATION ET DE L'INITIATION TRADITIONNELLES AUJOURD'HUI EN AFRIQUE

Il est clair que dans la culture traditionnelle africaine, éducation et initiation étaient généralement liées étroitement. Dans une étude qui date déjà, Mungala Assindie (1982) le relève. Pour lui, l'initiation traditionnelle fait partie des méthodes de l'éducation traditionnelle africaine. De toutes les méthodes pratiquées⁴, les milieux initiatiques considèrent l'initiation comme la méthode supérieure de l'éducation et de la formation de la jeunesse. Mgr Anselme Sanon (1982) a pu, à ce propos écrire que c'est par l'initiation qu'il est permis au jeune d'acquérir la majorité sociale et religieuse devant sa communauté.

Or, à première vue, on peut dire qu'avec l'évolution scientifique et technologique mondiale qui n'est pas sans influence sur l'Afrique, même la plus profonde, l'éducation traditionnelle aurait perdu de plus en plus de terrain. De fait, la situation est beaucoup plus complexe qu'on peut le croire. Certes, bien qu'aujourd'hui on trouve très peu d'endroits sur le continent noir où prédomine l'éducation traditionnelle, il reste exagéré de croire à une

⁴ Contes, légendes, proverbes, jeux, devinettes, etc.

modernisation très avancée de l’Afrique qui aurait relégué l’initiation traditionnelle au second plan, mis au placard même ! La modernité scientifique et technologique, malgré son évolution et son emprise, en vérité, n’est ni très nette ni homogène sur le continent. On le voit bien avec l’état de l’école moderne en Afrique. En l’Afrique de l’Ouest francophone⁵ notamment, le taux d’alphabétisation reste encore très faible. En effet, alors que la population est à majorité jeune (plus de 70% à moins de 45 ans), la population scolarisée ne dépasse guère les 50%. La grande majorité, si elle n’est pas totalement analphabète, n’a guère dépassé le niveau de base c’est-à-dire l’école primaire. Seule une minorité de la population a la chance de faire des études supérieures. De plus, avec le chômage galopant, la déscolarisation, elle aussi, n’arrête pas de prendre de l’ampleur. Du coup, même si la culture traditionnelle n’est plus en vogue, ce n’est pas encore le règne sans partage de la culture moderne et technologique.

Mais il n’y a pas que ce problème qui affecte la formation de la jeunesse africaine : il y a aussi qu’elle connaît une rupture réelle avec la tradition, et cela, à plusieurs niveaux. D’une part, à cause du manque d’infrastructures adéquates, de l’insuffisance des établissements scolaires et universitaires mais aussi de la concentration de ces établissements dans les villes, la majorité des jeunes en âge de scolarisation quittent leur milieu traditionnel pour venir s’instruire en ville, loin des parents qui n’ont plus, dès lors, d’impact sérieux sur l’éducation de leurs enfants. D’autre part, du fait de ces déplacements géographiques, la langue de l’école moderne, même si elle n’est pas très maîtrisée, prend une place prépondérante par rapport à la langue maternelle traditionnelle⁶ si bien que celle-ci finit progressivement par non seulement perdre sa pureté mais surtout son importance et son utilité.

Du coup, ni l’École moderne n’impacte sérieusement la jeunesse pour la former comme il convient, ni l’éducation traditionnelle n’a de prise réelle sur elle. Cet entre-deux cultures crée une superficialité qui a des dommages profonds sur l’existence au plan éthique.

⁵ Je reprends ici les données recueillies pour ma thèse de doctorat en théologie en 2004, p. 149s Malgré le temps, la situation n’a guère évolué positivement ; elle a même empiré dans certains pays avec les crises politiques à répétition !

⁶ En nous situant uniquement sur le plan des langues africaines, on constate que, malgré les campagnes de revalorisation de ces langues dans nombre de pays africains, le fait est là qu’elles perdent de jour en jour du terrain. Jean Damascène Ndayambaje (1983, p. 124) a pourtant pu avertir déjà : « Dans les pays africains où depuis l’école primaire à l’université, l’enseignement est dispensé en langue européenne, il arrivera une période où les gens ne parleront plus une langue africaine mais des formes de Créole, de Sabir, de pidgin. Déjà, au Sud du Cameroun, au Gabon et en Côte d’Ivoire, les 90% des enfants d’intellectuels, ne savent plus un mot d’aucune langue africaine ».

Les jeunes, comme sujets éthiques, manquent d'enracinement et de profondeur, et par conséquent, manquent d'engagement et d'authenticité dans ce qu'ils font.

La situation de la culture traditionnelle est encore plus complexe chez les intellectuels, les gouvernants et autres leaders sociaux. Bien que recourant davantage à la culture moderne et technologique dans la vie ordinaire, dès qu'ils sont confrontés à un problème sérieux (maladie grave, échec troublant ou de stérilité dans le couple), ils ont recours, sans hésiter, aux pratiques de la culture traditionnelle africaine⁷. C'est à croire que celle-ci leur offre beaucoup plus de sécurité.

Tout ceci montre clairement que le contexte culturel africain manifeste actuellement une véritable complexité, avec un mélange en tout genre. Traditions et modernités s'entremêlent dans tous les domaines : politique, économique, social, artistique, avec une imprégnation partout du religieux. Dans ce contexte, il ne s'agit pas simplement d'un pluralisme accepté par tous et vécu comme tel dans l'autonomie et la liberté reconnues à chacun⁸. Il se dégage plutôt, dans certains cas, une impression de cultures exotiques et superficielles, avec pour conséquence de ne pas structurer pleinement le sujet ; dans d'autres cas, c'est, au contraire, la résurgence de quelques noyaux durs de la culture traditionnelle, apparemment refoulés et dont il est difficile de rendre compte rationnellement.

Ce noyau dur de la culture traditionnelle africaine est porté et se manifeste principalement par l'initiation traditionnelle. Ainsi, même si l'École moderne occupe ordinairement plus de place et repousse de plus en plus la culture traditionnelle dans les coins le plus reculés des villages et campagnes, l'initiation et la culture traditionnelle africaine subsistent encore et toujours. L'ethno sociologue René Luneau (2002, p. 11) le montre

⁷ Du point de vue de la pastorale catholique, on sait que les deux synodes spéciaux sur l'Afrique ont déploré cette situation. Dans *Africae Munus*, le pape Benoît XVI (2011, n. 63) fait remarquer : « Les préoccupations concernant la santé, le bien-être, les enfants, le climat, la protection contre les esprits mauvais, conduisent de temps à autre à recourir à des pratiques des religions traditionnelles africaines qui sont en désaccord avec l'enseignement chrétien. Le problème de la « double appartenance », au christianisme et aux religions traditionnelles africaines demeure un défi. » Au premier synode spécial sur l'Afrique, cette inquiétude a été relevée par la conférence épiscopale du Malawi. (cf. CHEZA Maurice, 1996, p. 90ss)

⁸ Certes, cette situation existe également, mais seulement à propos de certaines questions et dans quelques rares milieux ; sur d'autres questions engageant l'existence comme la maladie et la mort, les soins sanitaires et les funérailles, cela est moins évident. Sur des questions naguère indiscutables parce que faisant l'objet de totale unanimité telles que la sexualité, l'avortement et le mariage (encore que sur ce dernier point c'est seulement en partie), bien des libertés se prennent. Mais face à la maladie et la mort, le traditionnel se fait plus fort (ce que d'ailleurs quelques politiciens véreux savent bien exploiter malicieusement avec les intimidations de toutes sortes, les emprisonnements et les tortures pour faire taire les revendications. Lorsqu'il y a risque de mort d'un membre de la famille ou de la tribu, tout le monde se range pratiquement. Corrélativement, on sait mobiliser les siens, et sous prétexte que sa vie donc celle de la tribu et de l'ethnie est menacée, on fait se déchaîner les passions racistes et meurtrières.)

clairement dans *Comprendre l'Afrique* lorsqu'il tente «de faire comprendre à ceux et celles que l'Afrique d'aujourd'hui déconcerte – et ils sont nombreux – qu'elle est le plus souvent écartelée entre une tradition qui ne se laisse pas oublier et une modernité qui la fascine et la violente.»⁹

Malgré la disparition drastique de l'éducation traditionnelle, paradoxalement, l'initiation traditionnelle subsiste à la modernisation de l'Afrique. Se révélant comme le noyau dur de la tradition africaine, l'initiation traditionnelle, moyennant à la limite quelques ajustements, ici ou là, persiste encore et toujours dans certains milieux. Il en résulte que sa morale est plus efficace en matière de structuration de ces sociétés. Même s'il est impossible de revenir à la tradition africaine, dans sa pureté initiale, la morale véhiculée par l'initiation ne peut-elle pas aider à mieux reconstruire les sociétés africaines déboussolées par les postures? Comment se présente une telle morale et comment y former les jeunes aujourd'hui pour une existence meilleure pour tous? Les réponses à ces questions passent par un rapide examen de quelques rites d'initiation traditionnelle africaine afin d'en saisir le projet éducatif et les vertus encore valables aujourd'hui.

INITIATION TRADITIONNELLE AFRICAINE POUR UNE PRISE EN CHARGE INTEGRALE DE LA SOCIETE

Michel Padonou (2007) fait remarquer que lorsqu'on parle d'Afrique et d'initiations africaines, il faut mettre les deux concepts au pluriel : « car il existe plusieurs Afriques, plusieurs peuples, et à l'intérieur de chaque peuple plusieurs initiations, et à l'intérieur de ces initiations, plusieurs rites ou catégories de rites initiatiques et, enfin des initiations d'hommes et des initiations de femmes. ». Pour éviter les approximations et les conclusions hâtives souvent peu exactes, je pars de ma connaissance précise d'une initiation traditionnelle vécue, en 1986, à Kara, au Togo¹⁰. À cette expérience d'initié traditionnel, s'ajoute ma connaissance

⁹. L'auteur note par ailleurs que: «si l'architecture futuriste des gratte-ciels ivoiriens n'a rien à envier à ceux du quartier de la Défense, aux portes de Paris, des traditions séculaires et des peurs venues de très loin ont survécu à la modernité» (p. 10)

¹⁰ J'étais en stage pastoral de vacances après ma deuxième année de Grand séminaire quand mon père est venu obtenir du curé, lui aussi Kabiyè, chez qui j'étais en stage, l'autorisation de m'amener pour l'initiation des Evala. Il y tenait absolument, pour ne pas faillir à sa responsabilité parentale ; et le curé, le Père Raphaël Adjola, n'y voyait aucun empêchement ! Je dois aussi faire remarquer que mon statut d'abbé, « grand séminariste déjà en soutane » m'a dispensé de certains rites et contraintes. Mais mon parrain et ma classe d'âge ont veillé à m'inculquer scrupuleusement l'essentiel du rituel afin que je ne perde rien de notre tradition ancestrale.

intellectuelle des pays de l'Afrique occidentale francophone ¹¹ où l'initiation traditionnelle existe encore. De cette connaissance, je puis affirmer que malgré l'École moderne, il subsiste, dans presque tous les pays négro-africains, des rites initiatiques, noyau dur de la culture et de l'éducation traditionnelle. Pour Michel Padonou (2007),

La vie de l'Africain est une succession d'initiations. Comme la vie de tout être, elle est parsemée d'apprentissages, c'est-à-dire de passages d'un état à un autre avec les nécessaires phases d'adaptation ou de mutation où le commencement (*initium*), où le recommencement, sont la règle naturelle : naissance, adolescence, phases de la vie, vieillesse et mort sont autant de points de passage de la vie justifiables de nouveau démarrage total ou partiel. L'initiation fait donc partie de la vie.¹²

Il convient toutefois de bien noter que les rites de passage ne sont pas tous des initiations. Anselme Sanon (1982, p. 105) déplore cette confusion : « ceux qui parlent d'initiation traditionnelle englobent souvent des rites dits de passage dont les étapes n'ont ni le même déroulement ni toujours le même sens que les initiations villageoises traditionnelles qui sont des institutions de portée politique et culturelle, partant des coutumes et croyances religieuses. » Certes, les initiations traditionnelles sont aussi des rites de passage, elles en sont même des prototypes comme l'a si bien montré Arnold Van Gennep (1909 [1981], p. 76-79), mais elles ne se réduisent pas à cela. Avec Zemplén Andras (1991, p. 375) il faut reconnaître que :

l'initiation (proprement dite) consiste à engendrer une identité sociale au moyen d'un rituel et à ériger ce rituel en fondement axiomatique de l'identité sociale qu'il produit. Cette identité à laquelle le rite confère bien souvent la qualité d'«une nouvelle vie» est la condition de sa propre reproduction puisque seuls les initiés sont habilités et tenus à effectuer l'opération initiatique. L'initiation est un rite identitaire qui contient donc le principe de sa propre répétition [...].

Se fondant sur la thèse de Jean de Dieu Mvuanda (1998), Sié Daniel Kambou (2006, p. 79) relève

quatre types d'initiation en Afrique :

- Les initiations occultes ou ésotériques opposées à celles qui sont publiques. Elles introduisent dans la sorcellerie, l'envoutement, la divination, le fétichisme et sont entourées de secrets.
- Les initiations spirito-psycho-somato-thérapeutiques. Elles touchent la vocation médicinale et mystique.

¹¹ Je connais beaucoup mieux cette région pour l'avoir parcourue dans le cadre de mes recherches doctorales. Dans tous les pays francophones (Bénin, Burkina-Faso, Côte d'Ivoire, Guinée, Mali, Mauritanie, Niger, Sénégal, Togo) de même que les pays anglophones et lusophones (Ghana, Nigeria, Liberia, Sierra Leone, Gambie, Guinée-Bissao, Cap-Vert) souvent frontaliers de pays francophones et dont on trouve les mêmes peuples de part et d'autre, la majorité des ethnies ont des rites initiatiques.

¹² Voir sur <http://www.romanice.ase.ro/dialogos/15/07-Michel-Padonou.pdf> lu ce 05 avril 2016.

- Les initiations d'intégration sociale de la jeunesse. Celles-ci sont les plus connues.
- Les initiations sociopolitiques et professionnelles. Elles visent la transmission des pouvoirs et l'équipement nécessaire pour l'exercice de l'autorité, de l'apprentissage des savoirs pour la pratique des métiers.

En ne considérant que les initiations d'intégration sociale, les seules qui m'intéressent ici, ce qui les caractérise fondamentalement, c'est leur volonté d'enraciner dans une tribu, de conférer des devoirs dans un groupe social donné, de structurer une responsabilité morale sociale effective dans une population précise. Contrairement donc à ce qu'on pourrait croire, les initiations traditionnelles africaines confèrent plus de responsabilités qu'elles n'offrent de droits : Les individus sont initiés pour assumer les charges de gardiens et protecteurs de la société. C'est ainsi que Mungala (1982) a pu affirmer que les rites initiatiques «marquent le passage de l'adolescence à l'état adulte et ont pour tâche principale de combler les lacunes de l'éducation reçue antérieurement, de rendre l'adolescent capable de porter le poids, de supporter les difficultés et de pénétrer les secrets de la vie nouvelle.»¹³

Pour mieux le saisir, portons le regard sur l'initiation des jeunes garçons kabiyè, au nord Togo¹⁴.

UN EXEMPLE D'INITIATION TRADITIONNELLE AFRICAINE : LES *EVALA* AU TOGO

Contrairement aux cultures Dogon et Bambara, au Mali, Senoufo, en Côte d'Ivoire, entre autres, sur lesquelles abondent des publications concernant leurs initiations notamment des masques (dogon), du Poro (sénoufo) et du Korè (Bambara), il y a peu d'écrits scientifiques sur les initiations traditionnelles des Kabiyè au nord Togo¹⁵. Et pourtant, les deux initiations fondamentales des jeunes filles, Akpema, et des jeunes garçons, Evala, font converger d'énormes populations dans la ville de Kara (environ 450km de Lomé) de fin juin à août. Dans la conception kabiyè, l'initiation a pour but principal de faire accéder l'être à sa perfection pour une existence sociale épanouie et excellente. C'est dans ce sens que Pignan

¹³ Voir sur <http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article838> consulté le 18 mars 2016.

¹⁴ Le pays Kabiyè est situé au Nord du Togo entre le 9°25' et le 10°10' de latitude Nord d'une part et, les méridiens 0°50' et 1°30' Est, d'autre part. Les Kabiyè sont des montagnards vivant en cités claniques. En faisant tous les recoupements nécessaires, sur une population d'environ 6650000 habitants que compte le Togo, les Kabiyè seraient environ 1500 000 habitants, en 2016.

¹⁵ Seuls deux grands classiques sont cités par tous les chercheurs : VERDIER, R., *Le pays Kabiyè: cité des dieux--cité des hommes*, Paris : Éditions Karthala, 1987 ; CORNEVIN, R., *Le Togo: des origines à nos jours*, Paris : Académie des sciences d'outre-mer, 1987.

Pidalani Eloi (1988, p. 43) repris après par Kéyéwa Georges Oulégoh (1997, p. 167) définit l'initiation traditionnelle des jeunes kabiyè.

La formation du garçon, ainsi que l'affirme ce dernier auteur¹⁶, se déroule en six classes d'âge dont cinq ritualisées : l'Initié, *Evala*, le Purifié, *Sangayou*, l'Adulte relatif, *Esakpa*, l'Adulte complet, *Kondo* et l'Adulte mûr, *Egulou*. De tous ces rites, un seul constitue réellement une initiation au sens vrai du terme. Il s'agit du premier, le rite *Evala*, dont la description, dans les lignes qui suivent, permettra de comprendre qu'à partir de son projet éducatif qu'il porte, on peut concevoir une formation authentique des jeunes aujourd'hui.

Description sommaire du rite des *Evala*¹⁷

Le rituel de l'initiation des *Evala* comprend généralement deux grandes parties : une partie essentielle et une autre de manifestation solennelle :

- La partie essentielle (*toozu*) qui a lieu en saison sèche (janvier-mars)¹⁸

Le rite essentiel comprend l'enlèvement du jeune homme, la retraite et l'intégration. Tout commence avec l'enlèvement du jeune homme à initier. Une fois que le père et l'oncle maternel conviennent d'initier un jeune¹⁹, ils font appel à un parrain principal (*kpangbamun*) et quelques autres aides à qui l'exécution est confiée. Ces parrains sont toujours des initiés, généralement ceux qui viennent de finir les trois ans que dure cette initiation ou même des jeunes en deuxième ou troisième année d'initiation. Ils guettent le jeune à initier et l'enlèvent au moment propice. Ils le traînent, avec force ; à un endroit "sacré", parce que réservé

¹⁶ Contrairement à la fille qui n'a qu'un seul rite de passage constituant en même temps son initiation, *Akpema*, qui la fait passer de l'enfance à la maturité et lui donne de pouvoir se marier dans la dignité.

¹⁷ Le rituel n'est pas exactement le même d'un village ou canton à un autre. La prononciation, elle aussi varie. Selon les localités, on prononce *Evala* (singulier, *Evalu*) ou *Efala* (singulier *Efalu*). Mon choix reste conforme à la prononciation de mon canton, Somdina ! Pour plus de détails, aussi bien sur la culture Kabiyè que sur cette initiation des *Evala*, se référer notamment à : Bini, B. K. **La protection et la promotion de la vie, wezu, loi fondamentale du Kabiyè, face à la loi de l'évangile**. Mémoire présenté en vue de la licence canonique en théologie. Abidjan : ICAO, 1993 ; Kéyéwa G. O. **Vie, énergie spirituelle et moralité en pays Kabiyè (Togo)**. Paris : L'Harmattan, 1997.

¹⁸ Ces derniers temps, et pour réduire leurs dépenses, certains parents, en particulier ceux de la diaspora, font subir ce rite à leurs fils dans la période des luttes, juste avant ou après celles-ci.

¹⁹ Kéyéwa (1997, p. 169) fait remarquer que l'âge des *Evala* va généralement de 18 à 22 ans. Personnellement, j'avais 21 ans lorsque j'ai été initié !

uniquement aux initiés. Il s'agit d'un rocher où se fait la cuisson rituelle de la viande de chien et dont l'accès est strictement interdit aux femmes.

Commence alors la phase de la retraite. Elle dure environ une semaine pendant laquelle le jeune en initiation va subir de nombreuses cérémonies : onction de graisse de chien²⁰, des consignes relatives à la discipline de la classe dans laquelle il fait son entrée, on lui fait faire le tour du rocher sacré, puis on l'amène chez son oncle maternel²¹ où il subit quelques scarifications en même temps qu'un ensemble de rituel fait de sacrifice, de prière et de repas : c'est la phase d'intégration (Azole)²².

À partir de ce moment, l'initié n'a plus le droit de manger hors de ses deux familles paternelle et maternelle, sauf en voyage.

Après ces cérémonies, il faut attendre le mois de juillet pour voir les *Evala* des trois années se manifester solennellement par des danses et des luttes.

- La manifestation solennelle qui a lieu en juillet

La saison des manifestations des initiés, jeunes garçons et filles, est donnée par le grand prêtre traditionnel (*Cojo soso*). Les parents achètent alors des chiens à leurs *Evala* qu'eux seuls sont habilités à préparer et manger. Tous leurs repas se tiennent alors dans leurs repaires respectifs (*hawore*) où ils se rassemblent et vivent tout le temps de ces festivités, généralement une semaine. C'est de là qu'ils viennent pour les danses et les luttes sur la place publique.

Les luttes ont lieu d'abord au niveau de chaque *hawore*, (groupement de quelques familles autour d'une pierre sacrée), puis des *hawore* entre eux dans le village, et enfin, les villages entre eux dans le canton, jusqu'à la constitution de deux camps de villages qui se rencontrent en finale cantonale pour voir les meilleurs. Il n'y a pas de lutte entre les cantons.

Quel projet éducatif recèle cette initiation traditionnelle des *Evala*?

²⁰ Parfois, dès l'enlèvement, le jeune est oint par cette graisse.

²¹ Dans certaines localités, dès l'enlèvement, le jeune est conduit directement chez son oncle maternel. Dans ce cas, on lui fait l'onction de la graisse de chien pendant l'enlèvement. Dans tous les cas, dès qu'il reçoit cette onction, dite sacrée, le néophyte est désormais dans le monde du silence et de soumission totale aux règles de sa classe d'âge sous la direction de ses parrains.

²² Dans les régions où la chasse fait partie du rite d'initiation *Evala* (ce n'est pas le cas partout), une semaine après leur internement, les *Evala* sortent de leur retraite pour prendre part, sous la conduite de leurs parrains, à la chasse traditionnelle où ils devront faire preuve de leur endurance et de leur dextérité.

L'initiation traditionnelle des *Evala* : pour un vrai vivre ensemble

De la description du rite initiatique *Evala* faite ci-dessus, et malgré les variantes interprétatives dans les différents villages ou cantons, ce qui justifie quelques légères divergences selon les quelques auteurs sur le sujet, il apparaît clairement que cette initiation se veut une formation intégrale de l'homme Kabyè avec un objectif fondamental qui est la protection de la vie.

À y réfléchir de près, on voit nettement que cette initiation se déroule comme une vraie renaissance à la vie sociale en vue des responsabilités pour le bien commun²³. Cette renaissance passe par la mort à soi-même, la mort de son passé "sauvage" et l'acquisition d'un statut de membre d'un groupe social devant protéger le village, le clan, le pays.

Dans ce processus, ce qui semble le plus important, c'est la soumission à l'initiateur et son respect total. Pignan (1988, p. 43) le relève bien : « Qui parle d'initiation, parle aussi de maître de l'initiation ... On ne s'initie pas tout seul, on est initié par quelqu'un qui ne fait que transmettre une tradition et une connaissance que lui-même a reçues de ses maîtres. » Or, ici, même s'il y a un parrain, il ne s'agit pas d'un individu initiateur, car il y a la tradition et la communauté qui transmettent cette initiation au néophyte par plusieurs membres et acteurs. Et le jeune *Evala* est dès lors tenu de se soumettre à chacun de ses membres faute de quoi il souffrira inutilement. Cette soumission et son apprentissage commencent par l'obéissance à la classe d'âge qui précède immédiatement la sienne ; c'est cette classe d'âge qui l'introduit progressivement dans la connaissance effective des exigences de la vie sociale. De la soumission à la classe d'âge qui commence son initiation, il est conduit à l'obéissance plus consciente des parents et de l'ensemble de la communauté clanique ou villageoise au moyen des interdits. Ce processus est une véritable ascèse et une authentique purification de la "sauvagerie" de la liberté individuelle qui est désormais ordonnée à l'exercice du bien commun pour le bonheur de tous. Lors du rituel chez l'oncle maternel²⁴, celui-ci, devant tout le clan réuni, édicte les règles morales que le jeune initié doit désormais suivre, sous peine de malédiction. Kéyéwa (1997, p. 173) en donne un exemple : « Tu ne voleras pas, tu

²³ Retenons avec *Gaudium et Spes* (1965, n. 26), que le Bien Commun est « cet ensemble de conditions sociales qui permettent, tant aux groupes qu'à chacun de leurs membres, d'atteindre leur perfection d'une façon plus totale et plus aisée »

²⁴ Pour les Kabyè, l'oncle maternel est le garant de la vie, celui qui a le dernier mot sur la vie et la mort de toute personne. Aussi, ses paroles et directives passent pour péremptoires!

n'insulteras personne, tu ne mépriseras pas tes cadets, tu respecteras absolument ta mère, ton père et toute personne âgée, tu respecteras le bien d'autrui, tu respecteras la terre et la nature qui n'appartiennent qu'à Dieu. » Ces recommandations faites dans un contexte d'invocation des ancêtres et de prière à Dieu, à qui l'oncle demande protection et bénédiction pour son neveu tout le reste de son existence, prennent une allure solennelle et très grave. Du coup, il n'y a pas qu'aux hommes que l'initié doit respect et soumission, il le fait aussi aux ancêtres, à la nature et à Dieu.

Par ailleurs, les interdits et obligations alimentaires et sexuels forgent en lui une force d'âme qui lui permet de tenir vaillamment sa place dans la société. Pour Kéyéwa (1997, p. 171)

la chair canine que l'initié est obligé de manger pendant la période des trois ans que dure l'initiation²⁵ donne le vrai sens mystique de tout le rituel... la chair canine pendant ce rite est considérée comme ayant des vertus magiques capables d'apporter à l'initié une force physique et un supplément d'énergie surnaturelle pendant les différentes phases de lutte [...] qui doivent le voir affronter publiquement des adversaires de sa classe d'âge. Le fait de consommer la chair canine lui impose des interdits.

Ces interdits sont principalement d'ordre sexuel. En effet, c'est au cours de cette initiation que l'éducation sexuelle se fait, en commençant par l'obligation de respect des filles que l'initié ne peut guère toucher pendant l'initiation parce qu'il mange la chair canine qui est absolument interdite aux femmes²⁶. C'est seulement à la fin de cette initiation qui l'aura fait accéder au statut d'adulte qu'il pourra se marier et fonder une famille.

L'exercice physique des luttes et de la chasse ont aussi toute leur importance éducationnelle : l'initié apprend par elles à savoir s'allier aux autres et à coopérer pour le bien de tous, le bien commun. Contrairement à ce qu'on pourrait croire, ces exercices physiques ne sont pas de simples compétitions pour louer ou récompenser le vainqueur, elles ne sont que des instances d'alliance et de coopération pour défendre la communauté, le clan, le village, le pays. Voilà pourquoi Kéyéwa (1997, p. 175) a pu noter:

Ainsi, ceux parmi les initiés qui auront pu supporter les épreuves d'endurance et de discipline de lutte renaissent spirituellement ; moralement

²⁵ Et uniquement pendant cette période! Ces dernières années, certains jeunes obtiennent, de leurs parrains, la dispense de manger cette viande. Ce fut mon cas, lors de mon initiation !

²⁶ Kéyéwa (1997, p. 172) renseigne qu'« Après chaque repas de viande de chien, l'initié est obligé d'aller se laver à la rivière, il doit s'abstenir de parler, de donner la main à une fille, et laalebasse qui lui a servi à manger la chair de chien ne doit être touchée par aucune femme, dans la mesure où il leur est absolument interdit d'en consommer. »

engagés et prêts à exercer le rôle social que leur confère ce statut dans cette classe d'âge. Pour assumer ce rôle, ils vont former en quelque sorte un régiment d'âge qui jadis était un régiment de guerrier. Le but de ce régiment était de défendre le territoire clanique pendant trois ans au terme desquels ils entraient dans la classe d'âge supérieure où l'initié, impur pour avoir pendant trois ans consommé la chair canine, aura été purifié²⁷, c'est-à-dire *sangayou*. C'est alors que la vie comme valeur des valeurs se révèle plus forte que la mort physique, plus forte que la mort physique parce qu'il se sentira capable de dominer la crainte, capable de faire risquer sa Vie.

Bref, lorsqu'on fait le point sur le projet éducatif de l'initiation des *Evala* en pays kabiye, au-delà des éléments concrets qui constituent les différents rites, on se rend compte que l'initiation des *Evala* est une véritable formation culturelle et religieuse, psychologique et physique, morale et artistique, avec un objectif fondamental clair : protéger la vie et de promouvoir le bien dans le clan, le village, le canton. C'est donc une formation intégrale pour une vraie responsabilité qui prend en charge autrui et travaille au respect du bien commun.

Il en découle que les dures épreuves inhérentes aux pratiques rituelles de l'initiation traditionnelle africaine ont pour but, *in fine*, comme le dit Mungala (1982), «de développer l'endurance physique du sujet, de combattre en lui toute forme de violence et de lui imposer la soumission totale afin de préserver et garantir l'unité et la survie du groupe.»²⁸

Il en est ainsi de l'initiation *Evala* qui est une formation intégrale. Mais, les chrétiens peuvent-ils pratiquer ces initiations traditionnelles sans risques, alors qu'elles contiennent des éléments et rites religieux dits païens?

AFRICAINS CHRETIENS ET INITIATION TRADITIONNELLE

Selon Pignan (1988, p. 106), «Si l'acquisition de nouvelles méthodes de connaissance a déraciné beaucoup de jeunes de la société de type initiatique, si les fils de l'initiation convertis au christianisme reviennent aux pratiques ancestrales, c'est que leur conversion comme nouveau savoir impliquant une nouvelle vie spirituelle et morale, n'a pas

²⁷ Il convient de savoir que le rite de purification qui fait passer *Evalu* à la classe d'âge supérieure de *Sangayou*, ne s'explique pas simplement par le fait d'avoir mangé la viande canine. Il y a surtout que pendant ces trois ans de défense du clan, peut-être il peut être en contact avec la mort, dans les combats contre l'ennemi. Cette période finie, tout comme au retour de la guerre, ou à la fin des funérailles, il faut se laver pour se purifier de la mort ! Ainsi, en quittant la classe d'âge des *Evala*, l'initié ne devant plus être aux prises avec la mort, comme guerrier combattant l'ennemi, se lave pour bien couronner sa victoire sur la mort !

²⁸ Voir sur <http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article838> consulté le 18 mars 2016.

été située au cœur d'une tradition, et d'une initiation qui éclaire d'une lumière nouvelle le présent à partir du passé reçu.» Que faire alors?

Cette question n'est pas banale ; elle a toujours intéressé l'Église dans la perspective d'évangélisation et aujourd'hui encore elle l'intéresse davantage dans celle de la nouvelle évangélisation. Si cette question se pose toujours après plus d'un siècle d'évangélisation de la plupart des pays africains, c'est qu'elle est d'une grande complexité. La diversité et la multiplicité des initiations traditionnelles africaines ne permettent pas d'en donner une réponse simple, toute faite.

En 1982, Mgr Anselme Sanon (1982, p. 149-162) examinait déjà le rapport exact qu'il convient d'établir entre l'Église et l'initiation traditionnelle. Il préconisait un dialogue sérieux et profond. Mais il notait déjà que ce dialogue n'est pas aussi facile qu'on pourrait le penser. En effet, il y a des chrétiens convertis des religions traditionnelles pour qui la suite du Christ a exigé le renoncement total de l'initiation traditionnelle et qui, comme les anciens missionnaires, recommandent cette attitude à tous, estimant qu'entre les initiations traditionnelles et la foi chrétienne, il ne peut y avoir aucun contact. Il y a d'autres, désireux d'être héritiers légitimes de leur tradition et héritiers authentiques de la tradition catholique qui estiment au contraire que même si le dialogue n'est pas sans risque, il ne peut être simplement et purement éludé. Il est clair que tout dialogue est toujours difficile à établir, et plus encore quand il s'agit de traditions séculaires plus ou moins conscientes d'elles-mêmes. Par conséquent, lorsqu'on veut établir un dialogue entre l'Église et l'initiation traditionnelle africaine, il faut savoir que celle-ci n'offre pas de doctrine systématique comme la tradition chrétienne, mais seulement un rituel qui permet la célébration où se fait la jonction entre le culte et la culture, entre hier et aujourd'hui, entre l'homme et ce qui le dépasse. Ainsi, selon lui, dans le dialogue – jamais facile comme il a été noté – il convient de tenir compte de la dimension doctrinale pour le christianisme, du pôle culturel pour l'initiation traditionnelle africaine et la jonction de la foi à la culture ou de la religion avec la communauté culturelle. Pour l'Église, dans un tel dialogue, il y a nécessairement comme une réévaluation et réévangélisation de l'initiation traditionnelle africaine qui permettrait une authentique conversion des personnes et des cultures. Ce dialogue, dans le respect mutuel ne peut être confondu avec une quelconque complicité qui créerait une sorte de syncrétisme, aussi bien destructeur de la tradition chrétienne que de l'authentique culture africaine. C'est d'ailleurs le sens de cette autre recommandation de Mgr Sanon (1982, p. 158):

La communauté chrétienne a intérêt à ce que cela se fasse pour hâter l'approfondissement de sa foi en confrontation avec la culture africaine. Concrètement, il faut y mettre une attitude humaine de simple compréhension intellectuelle, précèdent les jugements de type théologique. Comme au temps des Pères, confrontés aux religions à mystères, il nous faut adopter une intelligence spirituelle de ces traditions qui ont souvent fait pour leurs membres tout ce qui leur était possible.

La position de ce pasteur est encore d'actualité. Les dernières recommandations des deux synodes spéciaux sur l'Afrique ne sont pas allées plus loin. Les papes Jean-Paul II (1995, n. 67) et Benoît XVI (2011, n. 92) demandent un dialogue prudent avec les religions traditionnelles africaines, en s'appuyant, insiste Benoît XVI sur «des personnes bien informées pour qu'elles deviennent pour l'Église des guides dans la connaissance toujours plus profonde et précise des traditions, de la culture et des religions traditionnelles.»²⁹

Si l'initiation traditionnelle africaine est significative de la culture africaine dans ce qu'elle a d'authentique, elle offre aux théologiens et aux pasteurs l'opportunité d'une inculturation féconde pour mieux enraciner la foi chrétienne des Africains désireux d'être pleinement chrétiens et Africains. Chez les Kabiyè du Togo, ce travail a commencé et porte déjà quelques bons fruits. Grâce à un discernement sérieux, aujourd'hui, les chrétiens devant être initiés peuvent le faire dans le respect de leur foi catholique sans rien perdre de la formation initiatique. Pour ce faire, il a fallu distinguer clairement dans le rite des *Evala* ce qui relève de religion traditionnelle de ce qui n'est qu'élément culturel propre non religieux. Ainsi, tout ce qui concerne sacrifices et prières, les chrétiens le célèbrent à l'Église, de préférence dans l'eucharistie bien inculturée, avant de rejoindre leurs condisciples pour les manifestations solennelles des danses et luttes. Ce travail de discernement n'est jamais terminé ; si l'on veut enraciner parfaitement les jeunes dans leur culture et dans la foi, sans contradiction et sans légèreté, il convient d'approfondir et d'affiner la recherche afin d'arriver au mieux possible, à des « solutions inculturées, attentives aux traditions et aux défis locaux. Car les cultures sont très diverses entre elles et chaque principe général [...] a besoin d'être inculturé, s'il veut être observé et appliqué ;», comme l'a recommandé tout dernièrement le pape François (2016, n. 3), au sujet des difficultés dans le mariage chrétien. La crédibilité de la foi au Christ pour un engagement sociopolitique transformant en dépend pleinement.

²⁹ Dans *Ecclesia in Africa*, Jean-Paul II (1995, n. 67) écrit notamment: « En ce qui concerne la religion traditionnelle africaine, un dialogue serein et prudent pourra, d'une part préserver d'influences négatives qui affectent la manière de vivre de nombreux catholiques, et, d'autre part, permettre l'assimilation de valeurs positives, telles que la croyance en un Être Suprême, Éternel, Créateur, Providence et juste Juge, qui s'harmonisent avec le contenu de la foi» (n. 67)

UNIVERSITE ET FORMATION DES JEUNES A LA RESPONSABILITE SOCIALE AUJOURD'HUI

Dans *La morale sort de l'ombre*, Paul Valadier (2008, p. 9-29) relève trois facteurs principaux, qui, conjugués, ont contribué à la dévalorisation de la morale : primo, la montée en puissance de la rationalité scientifique et technologique, secundo, la modernité et l'autonomie individuelle et tertio, la judiciarisation à outrance de la société. « La convergence de ces trois facteurs [...] offre le cadre à l'intérieur duquel la morale a connu un discrédit affectant la production intellectuelle aussi bien que l'enseignement universitaire au point même que le terme « morale » a semblé inutilisable, tant la réalité qu'il recouvre paraissait dévaluée. Or, il se trouve que la morale pourrait justement sortir de l'ombre par le fait que ces trois facteurs qui ont consacré son effacement se trouvent eux-mêmes remis en cause » (p. 18). En effet, d'une part, « les progrès scientifiques et techniques qui semblaient porteurs d'un avenir positif au point qu'ils pouvaient dispenser de recourir à la morale, posent eux-mêmes des questions qu'ils ne peuvent résoudre » (p. 19), d'autre part, le pluralisme éthique et la difficulté d'arriver à un consensus au niveau des décisions morales satisfaisant l'ensemble de la société, ainsi que l'actualité du mal, « un mal radical affectant le rapport de l'homme comme la possibilité de perversité à peine imaginable dont l'homme peut se faire l'inventeur raffiné » sortent désormais la morale de l'ombre. « Cependant, note-t-il, cette ouverture n'est pas acquise. Il faudrait s'interroger sur les ressources intellectuelles dont nous disposons pour faire face aux grands défis du siècle. »

Cela ne concerne pas que l'Europe et l'Occident ! En Afrique, il n'est pas rare de voir aujourd'hui des individus hyper cultivés ou hyper fortunés se trouver incapables de se prendre en charge et de prendre en charge efficacement leurs familles ou leurs communautés comme par le passé³⁰. La rééducation morale ou le renouveau de la morale traditionnelle africaine devient alors un réel défi dans ce continent. En définitive, aujourd'hui il convient de remobiliser sérieusement l'intelligence au service de la construction morale et d'un meilleur vivre ensemble. C'est là, l'un des rôles de l'université. Pendant longtemps, on a pensé qu'une

³⁰ Amadé Badini (2008) a pu écrire : « l'intellectuel africain d'aujourd'hui est lui-même profondément un être de contradiction, perdu entre une tradition (racines) qui lui échappe et un avenir qui se fait attendre (avec tant d'incertitudes !) du fait que le présent lui-même est un problème » (Voir sur <http://www.altersocietal.org/documents/pekeanewsletter/Badini-KiZerbo-Fr-NL15.pdf> consulté le 20 mars 2016).

simple formation intellectuelle suffirait pour changer en bien le monde ; maintenant, il s'avère clairement que sans formation intégrale, c'est-à-dire une formation qui prenne en compte aussi et très sérieusement l'éducation de la conscience morale à la responsabilité sociale effective, nos sociétés seront toujours à la dérive. L'université en général et l'université africaine en particulier devrait repenser ses curricula en intégrant la formation de la conscience morale. En ce sens, l'initiation traditionnelle africaine peut offrir une inspiration pertinente dans la manière de faire et dans la méthode de reconstruction efficace du lien social. L'accès à l'université se fait pratiquement à l'âge de l'initiation des *Evala*. Les années de licence, dans le système LMD, peuvent être repensées en intégrant une formation morale pratique dont l'objet principal serait le respect et la promotion du bien commun. Dans cette perspective, l'utilisation du tutorat (tutorat des maîtres comme tutorat des pairs) pourrait mieux aider les étudiants et étudiantes à mieux s'intégrer non seulement à l'université, mais aussi au monde social. Il me semble que c'est là une urgence pour les universités africaines et certainement une plus grande urgence pour les universités catholiques en Afrique. Il n'est pas inutile de rappeler que les deux synodes spéciaux sur l'Afrique ont appelé les universités catholiques en Afrique à s'engager sérieusement dans la formation intégrale des Africains. Dans cette perspective, l'appel du pape Benoît XVI (2011, n. 135) est à prendre au sérieux aujourd'hui : « Chers frères et sœurs engagés dans les universités et les institutions académiques catholiques, c'est à vous qu'il revient, d'une part, d'éduquer l'intelligence et l'esprit des jeunes générations à la lumière de l'Évangile, et, d'autre part, d'aider les sociétés africaines à mieux comprendre les défis auxquels l'Afrique est confrontée aujourd'hui, en fournissant la lumière nécessaire par vos recherches et vos analyses. ». C'est pourquoi la recommandation d'enseigner la Doctrine sociale de l'Église³¹ à l'université catholique ne doit ni être banalisée ni prise avec légèreté.

CONCLUSION

Dans *Éléments de psychologie politique africaine : rite initiatique et socialisation politique*, Roger Mawuto Afan (2014, p. 10-13) après avoir décrit le spectacle désolant de la politique africaine,

³¹ Benoît XVI (2011, n. 137) : « Pour apporter une contribution forte et qualifiée à la société africaine, il est indispensable de proposer aux étudiants une formation à la Doctrine sociale de l'Église. Cela aidera ainsi l'Église en Afrique à préparer, avec sérénité, une pastorale qui rejoint l'être de l'Africain et le réconcilie avec lui-même dans l'adhésion au Christ »

regrette le fait que certains voulant sauver l’Afrique, se tournent plutôt vers des antivaleurs et les ennemis du peuple africain au lieu de chercher leurs orientations et leurs appuis dans les valeurs culturelles africaines. Pour lui:

l’Afrique possède des valeurs culturelles capables d’aider à proposer une alternative pour soulager des populations malades de leurs dirigeants. La communauté traditionnelle africaine était ordonnée, aux points de vue politique et social, pour transmettre des idées et des comportements adéquats à ses membres qui sont appelés à assumer des responsabilités. Notamment, par le rite de l’initiation, les jeunes initiés étaient engagés de tout leur être dans la culture du groupe. L’initiation était en fait le critère de maturité juridique et le moyen d’intégration du jeune dans sa communauté : en respectant les leçons apprises et l’engagement pris sur le lieu de l’initiation, l’initié s’imposait aux yeux de tous comme une autorité morale capable d’agir avec prudence et fermeté.

Benoît XVI, (2011, n. 33) relevait que « les membres du Synode ont, [...] souligné qu’un grand nombre de chrétiens en Afrique adoptent une attitude ambiguë face à la célébration du Sacrement de la Réconciliation, alors que ces mêmes chrétiens sont souvent très scrupuleux dans l’application des rites traditionnels de réconciliation. » Il ne fait pas de doute, malgré la mondialisation, en Afrique, la culture traditionnelle a encore une réelle imprégnation qu’il serait naïf de négliger. La persistance ici ou là des initiations traditionnelles, malgré les récupérations politiques qui tendent à les folkloriser, montre bien qu’on peut encore tirer d’elles, des éléments pour une bonne éducation de la jeunesse en vue d’une meilleure prise en charge des sociétés de demain. Comme le soutient Pignatari (1988, p. 105) « embrasser la science et la technique pour résoudre des problèmes d’ordre matériel en mutilant sa propre culture, conduit à la longue au matérialisme et à l’incroyance ; et sortir du système traditionnel au nom du christianisme c’est renier en même temps l’initiation qui est le fondement de l’identité culturelle. » Seule la culture authentique épanouit l’homme en lui donnant la capacité de se prendre en charge et de prendre en charge autrui par le respect et la promotion du bien commun. Dans les milieux où elles existent en Afrique, l’initiation traditionnelle se présente comme le paradigme de l’éducation authentique qui investit dans la dignité de la responsabilité. Pour que le vivre ensemble soit possible, il est indispensable que chacun soit enraciné pleinement dans sa culture. Toute vraie culture ouvre à l’altérité, sans se renier et sans détruire. Avec l’initiation traditionnelle africaine, telle que nous l’avons dans le rite des *Ewala Kabiyè*, c’est bien la naissance ou renaissance de l’homme social qui s’engage pour défendre et protéger la vie de sa communauté ; jamais seul, mais avec le condisciple dont il se fait l’allié par la lutte. Si le vivre ensemble est un bien commun ou moyen de

garantir le bien commun, les universités qui ont pour objectifs de préparer l'avenir auraient un grand profit à s'en inspirer pour former la jeunesse d'aujourd'hui pour demain.

REFERENCES

- Pape Saint Jean XXIII. **Pacem in Terris**. Vatican : Librairie éditrice vaticane, 1963.
- Concile Vatican II. **Gaudium et Spes**. Vatican : Librairie éditrice vaticane, 1965.
- Pape Saint Jean-Paul II. **Ecclesia in Africa**. Vatican : Librairie éditrice vaticane, 1995.
- Pape Benoît XVI. **Africae Munus**. Vatican : Librairie éditrice vaticane, 2011.
- Pape François. **Amoris Laetitia**. Vatican : Librairie éditrice vaticane, 2016.
- AFAN, R. M. **Eléments de psychologie politique africaine : Rite initiatique et socialisation politique**. Paris : L'Harmattan, 2014.
- ASSEMBLEE GENERALE DE L'ONU. **Déclaration Universelle des Droits de l'homme** consulté sur : <http://www.un.org/fr/universal-declaration-human-rights/> le 10 mars 2016.
- BADINI, A. « Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) – le développement clés en tête » in <http://www.altersocietal.org/documents/pekeanewsletter/Badini-KiZerbo-Fr-NL15.pdf> consulté le 20 mars 2016).
- BINI, B. K. **La place de l'inculturation en théologie morale fondamentale. Étude à partir des cours donnés dans les séminaires de la CERAO (1997-1999). Thèse présentée pour l'obtention du Doctorat en théologie**. Paris : Institut Catholique de Paris, 2004.
- BINI, B. K. **La protection et la promotion de la vie, wezu, loi fondamentale du Kabiyè, face à la loi de l'évangile**. Mémoire présenté en vue de la licence canonique en théologie. Abidjan : ICAO, 1993.
- CHEZA, M (éditeur). **Le synode africain. Histoire et textes**. Paris : Karthala, 1996.
- CORNEVIN, R. **Le Togo: des origines à nos jours**. Paris : Académie des sciences d'outre-mer, 1987.
- KAMBOU, S. D. (2006). **Le Joro et l'éducation à la foi: fonctions et enjeux d'une démarche d'initiation**. (Doctoral dissertation, Université Laval).
- KEYEWA, G. O. **Vie, énergie spirituelle et moralité en pays Kabiyè (Togo)**. Paris : L'Harmattan, 1997.
- LUNEAU, R. **Comprendre l'Afrique : Evangile, modernité, mangeur d'âmes**. Paris : Karthala, 2002.
- MUNGALA, A.S. « **L'éducation traditionnelle en Afrique et ses valeurs fondamentales** » in Ethiopiques n.29, février 1982 lu sur <http://ethiopiques.refer.sn/spip.php?article838> le 18 mars 2016.
- NDAYAMBAJE, J. D. **Rapports entre l'éducation et l'emploi en Afrique noire : Rôle et responsabilité d'une politique éducative adéquate et fonctionnelle. thèse de doctorat présentée à la faculté de philosophie et lettres de l'université de Fribourg**. Fribourg : Saint-Paul, 1983.

- PADONOU, M. « **Représentations initiatiques : des valeurs et de l'authenticité à travers les rituels en Afrique** » in <http://www.romanice.ase.ro/dialogos/15/07-Michel-Padonou.pdf> lu ce 05 avril 2016.
- PIGNAN, P. **Initiations africaines et pédagogie de la foi : le mariage chrétien et le mariage traditionnel kabiyè à la lumière de l'enseignement du concile Vatican II**. Paris : éditions SOGICO, 1988.
- SANON, A. T. « **Vocation baptismale de l'initiation villageoise** » in SANON, A. T. et LUNEAU, R. **Enraciner l'Évangile: initiations africaines et pédagogie de la foi**. Paris : Éditions du Cerf, 1982.
- THOMASSET, A. **Les vertus sociales. Justice, solidarité, compassion, hospitalité, espérance**. Namur/Paris : Editions Jésuites-Lessius, 2015.
- VALADIER, P. **La morale sort de l'ombre**. Paris : Desclée de Brouwer, 2008.
- VERDIER, R. **Le pays Kabiyé: cité des dieux--cité des hommes**. Paris : Éditions Karthala, 1982.
- ZEMPLENI, A. « **Initiation** » in BONTE, P. et IZARD, M (sous la direction de). **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris : PUF/Quadrige, 1991.

Abstract

In today's context more and more characterized by unaccountability due to the globalization and where violence of any kinds disorganize social life, does Africa still have some probative values on which social accountability can be rebuilt for the promotion of common interest? That is the fundamental question to which this article is trying to find an answer. For the author, effective moral responsibility can be built from an authentic culture which deeply roots the moral subject in a precise tradition. And Africa still has some, in particular through traditional ritual initiations. Despite the ravage of modern technological culture, African traditional initiations, show, where they still exist, a resistant strength which must bring universities, especially in Africa, to rethink their curricula in order to better educate the moral actors of tomorrow. Then, from the concrete interpretation of Kabiye young men initiation (North of Togo) that the author has practiced himself, he shows the merit of an integral university formation where the moral education of young university students necessarily takes place.

Key words: Traditional initiation. African culture. Inculturation. Moral responsibility. University formation.

RELIGIÃO, LAICIDADE E DEMOCRACIA: APONTAMENTOS SOBRE O BRASIL

Religion, Laicity and Democracy: notes about Brazil

José Ivo Follmann*

Resumo

Tomando como ponto de partida uma breve provocação dentro do conceito de secularização, o artigo revisita brevemente o conhecido debate estatístico sobre as religiões e religiosidades no Brasil e retoma uma reflexão sobre processos de identidade religiosos. O debate central desemboca na relação entre a esfera religiosa e a laicidade do Estado no Brasil, com uma nota de reflexão sobre religião e democracia e pontuando, em conclusão, a importância do ensino religioso e da educação para as relações religiosas na sociedade e o papel da academia nesta questão.

Palavras-chave: Secularização. Laicidade. Religiões no Brasil. Ensino religioso. Religião e democracia.

INTRODUÇÃO

Muitas interrogações passam pela nossa mente e coração quando convidados para refletir e escrever sobre a questão da laicidade no Brasil. O impacto inicial mais importante está na própria percepção do Brasil como um “mundo das religiões e religiosidades”. Trata-se de um mundo complexo e com muitos atalhos e caminhos de interrogação. Dentro deles a laicidade do Estado¹, declarada há 125 anos, aparece como um ator, ao mesmo tempo, visível e dissimulado.

O presente artigo é uma composição despretensiosa de alguns excertos de reflexões e estudos meus recentes, tentando traçar atalhos e caminhos de abordagem suficientemente provocadores para avançarmos nas respostas sobre o papel das religiões e religiosidades no Brasil de hoje avançando no entendimento da esfera religiosa em sua complexidade e em sua relação com a laicidade do Estado, como caminhos para o Brasil.

* Doutor em Sociologia das religiões; professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, São Leopoldo. Jesuíta e Secretário para a Justiça Socioambiental da Companhia de Jesus no Brasil. E-mail: jifmann@unisinos.br

¹ Para distinguir laicidade de secularização utiliza-se este artigo, importante relatório governamental canadense sintetizado em obra coordenada por Therrien, S. and others (2005).

O fenômeno complexo que envolve crenças religiosas, descrenças, religiões, religiosidades e espiritualidades, mais do que nunca, nos desafia. As estatísticas fornecidas e conhecidas, que aqui são lembradas, proporcionam uma aproximação útil, apesar das suas limitações amplamente conhecidas e que já se tornaram quase paradigmáticas.

O artigo parte de uma provocação a partir do conceito de secularização e, depois de passar por alguns lembretes conhecidos, em termos de debate estatístico, com a retomada de uma reflexão sobre processos de identidade religiosos e alguns ensaios para o debate atual da relação entre a esfera religiosa e a laicidade do Estado no Brasil, conclui com uma chamada sobre a urgência do ensino religioso e da educação para as relações religiosas na sociedade e uma revisão radical nas posturas da academia.

INTERROGAÇÃO INICIAL SOBRE RELIGIÃO E SECULARIZAÇÃO...

Em sua obra de 1967, *O Dossel Sagrado*, Peter Berger faz dois movimentos importantes de reflexão. Num primeiro movimento reflexivo, ele nos conduz por questões que relacionam a religião com a construção e a manutenção do mundo e, num segundo movimento reflexivo, traz aportes fundamentais para o entendimento do processo de secularização e as implicações do mesmo para a plausibilidade da religião (BERGER, 2004).

Esse autor tornou-se referência obrigatória na sociologia contemporânea das religiões e na sociologia em geral. Ao explicitar a sua premissa de que a sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo, realça que a religião ocupa um lugar de destaque nesse empreendimento. Cabe ressaltar a atenção dada por ele à função de legitimação da religião e aos processos de alienação e des-alienação, nos quais a religião também participa.

Peter Berger escreveu esta obra em 1967 (BERGER, 2004) e, na época, segundo o seu entendimento, o processo de secularização era visto como uma fragilização do religioso, decorrência da perda de força de referência das grandes instituições religiosas como garantidoras de uma visão ordenada dos mundos. O pluralismo religioso estaria debilitando a própria religião em sua plausibilidade. O sociólogo brasileiro que mais vigorosamente se alinhou com a tese de fragilização do religioso, a partir da secularização, foi Antonio Flavio Pierucci (2004). Chegou a falar da desmoralização das religiões à medida que vão sendo forçadas a se lançarem em um mercado sempre mais competitivo (PIERUCCI; PRANDI, 1996).

Estaria a religião fadada a um processo irrecuperável de desmoralização? Ou, pelo contrário, estaria acontecendo, um processo de remoralização do religioso via processos de identidade? Segundo Ricardo Mariano, o próprio Peter Berger, vários anos depois de ter lançado o seu clássico aqui referido, teria rejeitado sua perspectiva teórica progressista, afirmando ser *“falsa a suposição de que vivemos em um mundo secularizado”* e que *“toda a literatura escrita por historiadores e cientistas sociais, chamada vagamente de ‘teoria da secularização’, está essencialmente equivocada”* (MARIANO, 2011, p. 241)

De fato, o que se conhece por secularização não pode ser considerado um processo que leva ao fim da religião, mas sim o processo que institui um novo momento na esfera religiosa, na qual a religião ganha novos modos de ser e agir, com novo dinamismo, formas novas e presença renovada. Às vezes se fala em renascer... Enquanto as instituições religiosas se veem diminuídas em sua incidência social e pública, a religião parece restabelecer-se com vigor e vida renovada, no nível dos sujeitos individuais em seus processos religiosos de identidade.

Assim, a ação eficaz para a vida, garantidora de uma visão ordenada dos mundos, que era sempre ação precípua das instituições religiosas enquanto empreendimentos humanos através dos quais se estabelece um “cosmos sagrado” (BERGER, 2004), tende a ser assumida e assimilada, de mais a mais, no plano do sujeito individual ou no plano pessoal, fazendo com que, em lugar de grandes “cosmos sagrados”, tenhamos uma constelação de “microcosmos sagrados”, refletindo “sínteses pessoais” vividas com profundidade e garantindo, por baixo da aparente fragmentação e caos, a visão ordenada dos mundos consistente e, mais do que nunca, dinâmica. Oneide Bobsin (2011), acresce um viés interessante de reflexão com a ideia de “humanismo de autotranscendência”, que inclusive extrapola a própria esfera religiosa propriamente, manifestando-se também pela via de fórmulas sucedidas de autoajuda.

REVISITANDO AS ESTATÍSTICAS RELIGIOSAS

Enquanto reinava o predomínio inequívoco da dominação religiosa católica, como religião oficial do Brasil, havia pouca margem para a percepção da diversidade e de outras forças dentro da esfera religiosa neste país. Havia também pouca percepção da “violência simbólica” religiosa de parte de uma religião com relação às demais expressões religiosas. A partir do momento em que foram geradas condições históricas para uma maior abertura para a diversidade, além de serem proporcionadas condições de maior percepção da própria diversidade antes oculta e “clandestina”, passou-se também a perceber melhor e explicitar as

violências simbólicas existentes. O próprio Estado Brasileiro, que é um Estado Laico, desde a Proclamação da República em 1889,² como já foi referido, também foi lentamente amadurecendo em sua laicidade, passando paulatinamente, num sucedâneo de dissimulações e visibilidades, a assumir mais explicitamente, ao menos no discurso, uma posição de equidistância com relação às diversas formas de expressão religiosa.

Quanto à esfera religiosa, enquanto tal, os dados estatísticos do IBGE, apesar das muitas fragilidades de seus números, evidenciam que, ao longo das últimas décadas, existe um processo acelerado de inflexão nas forças religiosas: de um Brasil predominantemente católico está-se caminhando para um Brasil onde a força do segmento evangélico, especialmente pentecostal e neopentecostal, tende a conquistar espaços sempre maiores. Também ganha visibilidade o aumento significativo do número daqueles que se declaram “sem religião”.

Estes são dados muito conhecidos e retomá-los aqui pode parecer redundante, mas a nossa memória precisa desses apoios, na reflexão... O quadro estatístico dá conta da queda numérica sensível daqueles que se declaram católicos (de 95,2% da população em 1940, para 64,6% em 2010) e do aumento acelerado, daqueles que se declaram evangélicos (de 2,6% da população em 1940, para 22,2% em 2010), bem como aumento grande daqueles que se declaram “sem religião” (de 0,2% da população em 1940, para 8% em 2010), incluindo, nesse último grupo, os descrentes ou ateus (que, provavelmente, não passam de 1% da população). Constata-se também a multiplicação do número de religiões que se somam no quadro das “outras religiões” (2% da população em 1940, para 5,2% em 2010).

² Através do Decreto nº 119-A de 07 de janeiro de 1890, redigido por Rui Barbosa, o sistema de relação entre Religião e Estado foi transformado radicalmente. O Brasil deixou de ser um Estado confessional para ser um Estado laico, antes mesmo da primeira Constituição da República, redigida em 1891.

Quadro 1 - Composição da população brasileira em percentuais segundo identificação religiosa nos dados dos censos demográficos oficiais de 1940 e 2010

Identificação religiosa	1940 (%)	2010 (%)
Católicos	95,2	64,6
Evangélicos	2,6	22,2
“Sem religião”	0,2	8,0
Outras religiões	2,0	5,2
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. **Censos Demográficos 1940 e 2010.**

Esse quadro, no entanto, não diz tudo. Ou melhor, ele provavelmente não consegue explicitar aspectos importantes que se mantêm não explicitados ou intencionalmente “submersos”³. Alguns comentários e publicações sobre estatísticas religiosas brasileiras mostram, por exemplo, uma grande interrogação frente ao paradoxo do pequeno percentual registrado quando se trata de seguidores das religiões da matriz africana (0,3% da população em 2010). Geraram-se, neste sentido, polêmicas frente à limitação lamentável do IBGE por ainda não ter encontrado mecanismos apropriados para colher dados mais condizentes. Qualquer levantamento superficial que se faça nas regiões metropolitanas do Brasil leva, por exemplo, à constatação de números elevados em termos de espaços físicos dedicados a religiões de matriz africana, como “casas”, “terreiros”, “templos” ou “centros”, com uma multiplicidade ímpar de denominações, tanto pelo viés das “afrobrasilidades” umbandistas, quanto pelo viés de “africanidades” mais cultivadas em suas tradições de origem, muitas vezes também se expressam em suas formas cruzadas.

A mesma “surpresa” ou “interrogação” que nos causam os percentuais baixos das religiões de matriz africana e de umbanda, também pode ser manifesta com relação ao espiritismo. O Brasil é, provavelmente, uma das culturas onde o espiritismo, nas diferentes versões, encontrou maior guarida. O indício mais evidente que faz reforçar esta hipótese é a intensidade com que concepções religiosas espíritas são veiculadas por certos meios de comunicação, sobretudo, através de novelas de grande penetração popular. Esse aspecto da realidade religiosa, em grande parte, continua, também, ausente nas estatísticas religiosas.

³ Inspiro-me em Marcio Goldmann (2015) na utilização do termo “submersão”. Este autor se refere à prática de “submergir” como mecanismo de sobrevivência cultural para depois reemergir, em seus estudos de contra-mestiçagem e contra-sincretismo. O autor trata da relação “afroindígena”, mas podemos fazer ilações para as relações “afrocatólica” (ou “afroeuropéia”) e “espírito-católica” etc... O texto inspirador é a sua conferência no concurso para Professor Titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

Existe um consenso criado de que é urgente e fundamental que o IBGE crie mecanismos adequados para dar conta, de forma mais consistente, das diferentes práticas religiosas, ou seja, da real diversidade religiosa e, sobretudo, do fenômeno tão próprio dos processos de identidade vividos no Brasil e que envolvem dupla ou múltipla adesão religiosa.

Independente das limitações apontadas, o mapa religioso, que foi apontado pelo IBGE 2010, é tremendamente significativo e sinalizador da diversidade, que, em grande parte, ainda está pouco explicitada ou “submersa”. O que o IBGE mostra é “a ponta de um iceberg”, que emerge. A ponta de um grande “iceberg da esfera religiosa” do Brasil que sinaliza para uma diversidade crescente. O mapa religioso brasileiro sinalizado pelo IBGE 2010, além de apontar para esta multiplicação de novas formas de expressão do religioso, não consegue mostrar uma riqueza muito grande que subjaz e que as estatísticas ainda não estão conseguindo fazer emergir.

Também, obviamente, o Protestantismo Histórico conseguiu organizar-se com uma presença mais pública ao longo do século XX. A explosão da diversidade pode ser vista como reação contra os constrangimentos uniformes anteriores, na história brasileira, de quase quatro séculos de religião católica como religião oficial. Em algumas situações, esta explosão da diversidade assume contornos de pluralismo religioso, ou seja, de convívio e reconhecimento democrático entre as diferentes expressões religiosas.

FOCANDO OS PROCESSOS RELIGIOSOS DE IDENTIDADE...

Saindo da análise dos dados estatísticos, o processo histórico brasileiro com relação à sua esfera religiosa é, sobretudo, um processo de múltiplas relações inter-religiosas e inter-étnicas. Falar das estatísticas religiosas, sua evolução e suas limitações não é algo fortuito, nem casual... Como foi dito, o quadro estatístico religioso é uma ponta visível de um enorme ‘iceberg’ constitutivo da complexidade dos *processos de identidade* (FOLLMANN, 2001; 2012) que acontecem na sociedade, mediados pela dimensão religiosa. Muitos aspectos e eventos poderiam ser arrolados para mostrar a complexidade desta dimensão nem sempre suficientemente percebida.

Quando na minha pesquisa de doutorado trabalhei o conceito de identidade, inspirei-me com a ideia de “encruzilhada” ou de “cruzamento complexo” de vias (sem semáforo), ou, ainda, de “lugar de encontro” e de “cruzamento” de diferentes projetos. Em uma palavra: o

conceito nasceu da ideia da interação, ou seja, a identidade é uma constante “costura” que se faz no seio da interação. “Costuras” fazem-se sempre necessárias. (FOLLMANN, 2001; 2012).

Segundo Gilberto Velho (1987, p. 26s), os projetos estão sempre ligados a contextos específicos. Um projeto não é jamais um fenômeno puramente subjetivo e também não totalmente objetivável. Ele sempre é elaborado em um campo de “possibilidades” e de “conveniências”. Levando essa ideia ao extremo, o projeto, dentro da experiência de fragmentação, que é a experiência diária dos indivíduos em sociedade especificamente em contextos como o que vivemos, não é nada mais que a tentativa permanente de dar sentido e coerência à sua existência em interação com a complexidade que os envolve e atravessa.

A grande fragilização e ameaça constante de fragmentação vivida pelos indivíduos em sociedade e, sobretudo, o vazio e a angústia em contextos onde as referências institucionais perderam força, fazem com que os mesmos busquem alguma referência que, ao mesmo tempo, seja suficientemente segura, com respaldo de conhecimento socialmente aceito, por um lado, mas suficientemente independente, por outro, para que a autonomia pessoal seja preservada. Certamente o papel da educação para as relações religiosas e do ensino religioso é fundamental. Em uma sociedade na qual a dimensão religiosa exerce um substrato cultural predominante e historicamente consolidado, é fácil de entender que as sínteses religiosas pessoais possam tornar-se as principais formas de se potencializar isto.

Em suma, quero dizer que, ao voltarmos a nossa atenção ao estudo do “mundo das religiões e religiosidades” focando a complexidade dos processos religiosos de identidade, percebemos a importância da interlocução do próprio conhecimento religioso na produção do conhecimento acadêmico sobre o “mundo das religiões e religiosidades” sendo inequivocamente inerente e necessária ao processo, ao menos quando se trata de compreender processos religiosos de identidade; em suma, a realidade social religiosa por dentro.

Na teoria da secularização, à qual fizemos menção no início deste texto, alimentava-se uma espécie de aposta com relação à iminência da extinção da dimensão religiosa, enquanto portadora de significação considerável nas sociedades humanas. A teoria, no entanto, sofreu fortes revisões, sobretudo, no sentido de dizer que o que realmente está em jogo - e é fato - é a gradual perda da força das instituições religiosas. Isso significa perda ou esvaziamento dos sentimentos religiosos, mas, pelo contrário, pode proporcionar maior busca de cultivo pessoal da dimensão religiosa. O fenômeno que se observa é um movimento

simultâneo, por um lado, de perda da força institucional das grandes instituições tradicionais e, por outro lado, um novo ganho e maior vivacidade nas múltiplas formas de vivências religiosas cultivadas pelos sujeitos contemporâneos. Essas vivências religiosas são, na maioria dos casos, “arranjos pessoais”, muitas vezes carentes ou sequiosos de melhores conhecimentos.

RELIGIÃO E DEMOCRACIA

A explosão da diversidade religiosa a que assistimos no Brasil contemporâneo, por si só, não gera espírito pluralista ou espírito de convívio democrático. Ao contrário, muitas vezes, pode descambar em radicalizações fundamentalistas. Tem-se um movimento duplo contraditório gerado pela diversificação: crescimento do espírito de convívio democrático pluralista, de um lado, e aumento de radicalizações fundamentalistas, de outro. Assim como, também, é perceptível um duplo movimento em nível de Estado: ao mesmo tempo em que são constatáveis movimentos sérios de amadurecimento da laicidade no sentido de garantir o direito à diversidade e pluralidade de expressão religiosa de todos, existem, também, os movimentos de busca de vantagens eleitorais contando com o apoio desta ou daquela confissão religiosa.

Um componente fundamental nos processos de identidade religiosa é a relação sadia com o outro, com o diferente. Pode-se dizer que o diálogo inter-religioso é a nossa tábua de salvação. A humanidade estará dando a volta por cima quando aprender a dialogar nessa esfera (religiosa) onde historicamente se geraram, também, os maiores fanatismos e intolerâncias. A história está repleta de eventos de guerra e de mortes em nome de adesões ou não a determinada religião. Muitos também imolaram e imolam as suas vidas em nome de uma fé. Se quisermos trabalhar efetivamente pela paz, devemos empenhar-nos pelo cultivo do diálogo inter-religioso. Assim como já foi dito que o desenvolvimento é o novo nome da paz (PAPA PAULO VI, 1967), assim também se pode dizer que o diálogo inter-religioso é o novo nome da paz. (KÜNG, 1996; TEIXEIRA, 1997). Diálogo só acontece quando existe um verdadeiro reconhecimento do outro, do diferente. Diálogo só se faz possível se aqueles que dialogam entre si sabem cultivarem sinceramente os seus próprios processos de identidade religiosa e se cultivarem ao mesmo tempo um grande reconhecimento dos processos de identidade religiosa dos outros.

O papel da esfera religiosa e sua interlocução no âmbito da educação é um papel chave nas sociedades de hoje e isso se dá tanto no plano dos processos de identidade das pessoas e dos processos de conhecimento, como no plano dos processos de convívio cidadão. Cabe ao Estado laico criar as condições para isso.

A laicidade do Estado é fundamental neste sentido, ou seja, uma laicidade maduramente vivida e administrada pelo Estado é condição para que a esfera religiosa possa exercer o seu papel na construção da sociedade democrática. Um ensino religioso e uma “educação para as relações religiosas” são um bom caminho para ajudar a sociedade a amadurecer, desde as gerações mais jovens, para uma cultura do pluralismo religioso e da laicidade, condições fundamentais da democracia.

A reflexão sobre religião e democracia no Brasil não pode deixar de mencionar dois eventos de suprema importância: A Liga Eleitoral Católica – LEC, que funcionou durante as décadas de 1930 a 1950 e a Frente Parlamentar Evangélica – FPE que vem funcionando com crescente vigor nas últimas três décadas. Trata-se de força ou articulações suprapartidárias pela defesa dos interesses e valores de determinados segmentos religiosos.

No caso da LEC, o foco principal estava voltado contra o absenteísmo dos católicos na política e contra os fisiologismos políticos por um combate mais eficaz aos interesses comunistas, protestantes, espíritas e maçons, com campanha permanente pela defesa da família, da educação católica, dos bons costumes e de combate à liberalidade da moda.

No caso da FPE, estão expressos os interesses de segmentos evangélicos, tendo com supremacia parlamentares do segmento pentecostal e neopentecostal. Alterando a marca estritamente católica, para os interesses evangélicos e de combate ao catolicismo, grande parte das pautas desta Frente tem semelhança em seu teor básico com as pautas da então LEC.

Este registro, mesmo que superficial, é importante pois sinaliza para um dos aspectos mais fortes na relação das religiões com a construção da condução política do País. Mesmo que não se conheçam partidos fortes de marca exclusiva de determinada religião, essas duas articulações suprapartidárias são paradigmáticas e refletem importantes forças institucionais da esfera religiosa com braços de força ostensiva para dentro da esfera política.

Tais forças institucionais suprapartidárias, no entanto, podem às vezes ocultar certas promiscuidades de interesses (partido invisível), quando não claro ocultamento (fachada falsa) de propósitos perversos, totalmente contrários aos valores ostentados publicamente. A

verdadeira cultura democrática tem mais chance de acontecer à medida que existe um profundo cultivo em nível pessoal do processo religioso de identidade, movendo-se reforçado por seus valores pessoais, dentro da arena política pública, dentro das regras públicas explícitas do jogo político.

LAICIDADE DO ESTADO BRASILEIRO E ESFERA RELIGIOSA

É de consenso que cabe ao Estado laico criar as condições para que se eduquem as consciências religiosas em sua diversidade e seu reconhecimento mútuo. Acredito, também, que uma laicidade maduramente vivida e administrada pelo Estado é condição para que a esfera religiosa possa exercer o seu papel na construção da sociedade democrática. A laicidade do Estado, com o seu caráter distinto e separado das religiões, além de poder garantir que cada cidadão possa escolher livremente a sua religião, tem condições para oferecer a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade no espaço público (MAFRA, 2002). Muitas vezes já se ouviu dizer que a “liberdade religiosa é a mais importante das liberdades”, como está expresso em uma frase do próprio Rui Barbosa (1877, p. 419), mas isso só tem condições de funcionar à medida que, na própria esfera religiosa, houver um efetivo reconhecimento da diversidade e da pluralidade.

Mencionei a instalação do Estado Laico, dentro do mesmo processo de início do Estado Republicano Brasileiro. Já se passaram 125 anos desde a primeira Constituição Republicana, que foi em 1891, e a laicidade do Estado Brasileiro ainda está longe de uma consolidação amadurecida. A história do século XX está repleta de exemplos que trazem à luz do dia o “fantasma” do Catolicismo como religião oficial. Isso foi, sobretudo, acentuado durante todo o longo período do governo Vargas.⁴ Esse tempo histórico da laicidade do Estado Brasileiro presenciou, também, por um lado, sob a influência de setores da religião católica, uma forte carga de preconceitos e perseguições (repressões) às religiões de matriz africana e outras, que, comumente, eram desclassificadas enquanto religião, não aceitáveis pela racionalidade cristã ocidental (MONTEIRO, 2009); e, por outro lado, sobretudo, na segunda metade do século XX, foi crescente o aumento das Igrejas Evangélicas Pentecostais

⁴ Muitos argumentos foram usados para justificar essas “recaídas”. Um deles é uma espécie de substrato cultural indicando a catolicidade como o “mais correto” para o Brasil, dado a sua história; outro também sempre foi o argumento estatístico. O que, no entanto, sempre mais pesou são os “espaços consideráveis nas áreas da saúde, educação, lazer e cultura” (MARIANO, 2001, p. 146) que a Igreja Católica continuava e continua ocupando.

e, na sequência, as Neopentecostais, acompanhadas de um forte trabalho de lobby político e de oposição à influência católica e combate aberto às religiões de matriz africana. No Brasil, não é muito diferente de outros países, porque, de fato, não se conhecem exemplos concretos de total isenção ou neutralidade do Estado frente às diferentes religiões (MARIANO, 2005).

Um evento recente foi particularmente perturbador na evolução harmônica das relações do Estado Laico com a esfera religiosa no Brasil. Trata-se do Acordo entre o Estado Brasileiro e a Santa Sé assinado em 2008. Foi um acordo bilateral solenemente assinado em 13 de novembro de 2008 entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, onde os signatários foram o Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva e o Papa Bento XVI. Uma grande polêmica foi gerada com relação a esse Acordo do Estado Brasileiro com uma determinada confissão religiosa. Apesar das justificativas apresentadas pelos representantes da hierarquia católica, dizendo que não se tratava de busca de privilégios institucionais e que esse direito poderia ser estendido a todas as outras confissões (ROCHA, 2009), o fato foi visto como um retrocesso grave, sobretudo, porque nenhuma outra confissão religiosa dispunha dos mesmos instrumentos jurídicos para um acordo internacional semelhante. Só a Igreja Católica tem um “Estado do Vaticano”. Viu-se no Acordo um grande número de entraves para a laicidade, a democracia, o pluralismo religioso. O princípio da laicidade passou a ser defendido por instituições que nem sequer concordam com a laicidade do Estado. Ou seja, religiões que em sua prática, em geral, mais se empenham por transformar o Estado Brasileiro em um Estado Evangélico, acabam defendendo a laicidade, para assegurar direitos nos quais se sentem lesadas.

É neste embate, que foi gestada a Lei Geral das Religiões apresentada em 2009, por um Deputado Federal, Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (Igreja Neopentecostal). O teor principal desta Lei é tornar o conteúdo do Acordo em questão, extensivo às outras denominações religiosas. A busca ou defesa da laicidade está associada ao ataque à hegemonia católica e se persegue uma pauta de privilégios e de garantia de mais espaço no âmbito estatal. Segundo a pesquisadora Fischmann (2009), trata-se de uma “tentativa de corrigir um erro incorrigível” e acrescentar mais um erro, aniquilando de fato o campo público com a presença da disputa de grupos de interesses religiosos.

Mesmo que a polêmica faça sentido, existe um avanço importante na proposta da Lei Geral das Religiões, uma vez que supera o cacoete anterior de a Igreja Católica, usar e continuar usando a prerrogativa de seu domínio histórico e de sua força numérica para

regulamentar em seu favor determinações genéricas na relação entre o Estado Laico e a esfera religiosa. Os mais prejudicados, em geral, sempre foram aqueles agrupamentos religiosos mais minoritários ou histórica e culturalmente colocados à margem. Segundo Negrão (2008), este contexto de debates vem apontando uma nova perspectiva muito desafiadora para a compreensão do quadro global das relações entre Estado, sociedade e religião no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo este breve caminhar através de alguns apontamentos bastante conhecidos, mas carregando em si a pergunta sobre o papel da esfera religiosa em nossa sociedade e o desafio da complexidade sempre mais explícita do “mundo das religiões e religiosidades” em nossa sociedade, permanecem dois convites: um primeiro diz respeito à não resolvida questão do ensino religioso ou da educação para as relações religiosas; um segundo diz respeito à nossa postura na academia, como cidadãos e cidadãs.

A pluralidade humana, que se expressa nas mais diferentes esferas do convívio social, se expressa, também, de maneira forte, na esfera religiosa. O ensino religioso e a respectiva educação para as relações religiosas nas escolas poderá ser, sem dúvida, um importante espaço para o cultivo da abertura para o viver plural e para evitar o crescimento de fanatismos. Esse último, em geral originado de desinformação e cultivo estreito sem abertura de horizontes. O convívio com a pluralidade traz dentro dele três grandes espaços de fecundidade e de desafios: - O espaço do cultivo dos processos pessoais de identidade; - O desafio de um conhecimento mais consistente, valorizando as diversas formas de saber e rompendo velhos paradigmas, para além das disciplinas acadêmicas; - O desafio da cultura do diálogo e do reconhecimento do outro, do diferente.

Vivemos tempos muito favoráveis para o cultivo, daquilo que chamo de “processos de identidade”. No caso, estamos falando de “processos religiosos de identidade” ou “processos de identidade religiosa”. Fico impressionado, no meu dia a dia de professor, com o fato de, no meio universitário, não existir mais aquele temor que existia, por exemplo, no meu tempo de estudante, quando falar de religião era tabu e soava totalmente ridículo falar de suas próprias convicções e opções religiosas. Isso está radicalmente mudado. Os sujeitos assumem muito mais a sua relação com o transcendente ou, também, a sua postura de negação com relação às crenças religiosas, quando é o caso. Existe evidentemente, em tudo isso, o risco da

rigidez nos posicionamentos e muita facilidade em resvalar para posições fundamentalistas e intransigentes.

Sempre costumo afirmar que o diálogo inter-religioso é a nossa tábua de salvação. A humanidade estará efetivamente dando a volta por cima quando aprender a dialogar nesta esfera onde, historicamente, se geraram os maiores fanatismos e intolerâncias.

A iniciativa de introduzir o “ensino religioso” nas escolas públicas estatais é uma iniciativa importante, mas infelizmente existe muita imaturidade política em nível governamental em diversos Estados e, sobretudo, um terrível despreparo das escolas e das professoras e professores. Sem um forte investimento no sentido de fazer do “ensino religioso” um efetivo espaço de educação para o pluralismo, estaremos perdendo uma chance ímpar na história deste país. Acredito num ensino religioso que seja uma efetiva “educação para as relações entre as diferentes crenças (descrenças) e práticas religiosas”. Nada melhor do que “sentar” ao redor da mesma mesa os diferentes conhecimentos (e crenças) no domínio religioso, seja pelo ângulo das diferentes ciências da religião, seja pelo ângulo de leituras teológicas e vivências espirituais. O papel da esfera religiosa é um papel chave nas sociedades de hoje, e isto se dá tanto no plano dos processos de identidade das pessoas, quanto no plano dos processos de conhecimento e dos processos de convívio cidadão.

O conhecimento exerce papel importante no processo de identidade religiosa. O que falta muito, em nossa sociedade, é conhecimento com relação ao mundo das religiões e das religiosidades. Infelizmente a história de nossa academia (das Universidades) está carregada por um positivismo obtuso que, de certa forma, entendeu que só o fato de falar da temática religiosa já manchava a pureza da ciência, sendo um assunto reservado às mentes menos esclarecidas. Este tipo de postura reflete uma espécie de “laicidade obscurantista”. Felizmente, existe atualmente um despertar para o que se poderia denominar de “laicidade lúcida”, quando nossas academias começam a superar este tremendo preconceito, que muito mais do que preconceito é um prejuízo intelectual inominável do qual continuamos sendo vítimas.

Quero, neste sentido, manifestar o meu apreço ao antropólogo Otávio Guilherme Velho, o qual em uma entrevista para a Revista IHU On Line (apud TEIXEIRA; MENEZES, 2005) usou a palavra “humildade”. A partir da percepção deste antropólogo, é fundamental que as ciências sociais e os estudos da sociedade no Brasil, mais do que nunca, se desfaçam de certos ranços que ainda dominam a academia brasileira, para assumir com humildade um

olhar mais atento para a dimensão religiosa da sociedade, condição fundamental para uma compreensão em profundidade desta mesma sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1877. Vol. 4. Tomo 1, O Papa e o Concílio.

BERGER, P.L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

BOBSIN, O. Experiências Religiosas Contemporâneas e Individualização. **Rev. Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 51, n. 2, p. 304-318, 2011.

FISCHMANN, R. **Acordo contra a Cidadania**. [S. l.], 2009. Disponível em: <<http://silncioerudoasatiraemdenisdiderot.blogspot.com.br/2009/06/enviado-por-roseli-fischmann.html>>. Acesso em: 03 mar. 16.

FOLLMANN, J. I. Produção do conhecimento e processos religiosos de identidade: apontamentos transdisciplinares para refletir sobre a Academia e o Ensino Religioso. In: **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**. Juiz de Fora, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/2851/2159>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

_____. Processos de Identidade versus processos de alienação: algumas interrogações. **Rev. Identidade!** São Leopoldo: EST., v. 17, n. 1, p. 83-89, jan./mar., 2012. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/325/384>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

_____. Identidade como conceito sociológico. **Rev. Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 37, n. 158, p. 44-65, 2001.

GOLDMANN, M. "Quinhentos anos de contato": por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 641-659, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300641&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p641>.

KÜNG, H. **Projecto para uma ética mundial**. Lisboa, Portugal: Piaget, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MAFRA, M. C. **Na posse da palavra**: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MARIANO, R. **Laicidade à Brasileira**: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. In: **Rev. Civitas**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, mai.-ago., 2011.

_____. **Neopentecostais**: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MONTEIRO, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 7-16, mai. 2009.

- NEGRÃO, L. N. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Rev. Sociedade e Estado**. Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, 2008.
- PIERUCCI, A. F. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, B. M.; Martino, L. M. S. (Orgs.). **Sociologia da religião e mudança social**. São Paulo: Paulus, 2004.
- PIERUCCI, A.F.; Prandi, R. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PAULO VI. **Carta Encíclica Populorum Progressio**. Cidade do Vaticano, Italy: Santa Sé, 1967.
- ROCHA, G. L. CNBB espera aprovação de acordo. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/politica/cnbb-espera-aprovacao-de-acordo-entre-brasil-e-vaticano-id198258.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- TEIXEIRA, F. (Org). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- TEIXEIRA, F; Menezes, R. (Orgs.). Religiões no Brasil. **IHU On Line**. (Número especial sobre as Religiões no Brasil). São Leopoldo, a. 4, n.169, 19 dez. 2005.
- THERRIEN, S. and others. **Laicity and Religious Diversity**; The Quebec's Approach. (Report to the Minister of Citizen Relations and Immigration). Montréal, Québec: Conseil des relations interculturelles, 2005.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Abstract

Taking as starting point a brief defiance within the concept of secularization, the article revisits the known statistical debate about religions and beliefs in Brazil and resumes a reflection on religious identity processes. The central debate ends in the relationship between the religious sphere and the secular State in Brazil, with a note of reflection on religion and democracy and scoring, in conclusion, the importance of religious teaching and education for religious relations in society and the role of the Academy in this.

Keywords: Secularization. Laicity. Religions in Brazil. Religious teaching. Religion and democracy.